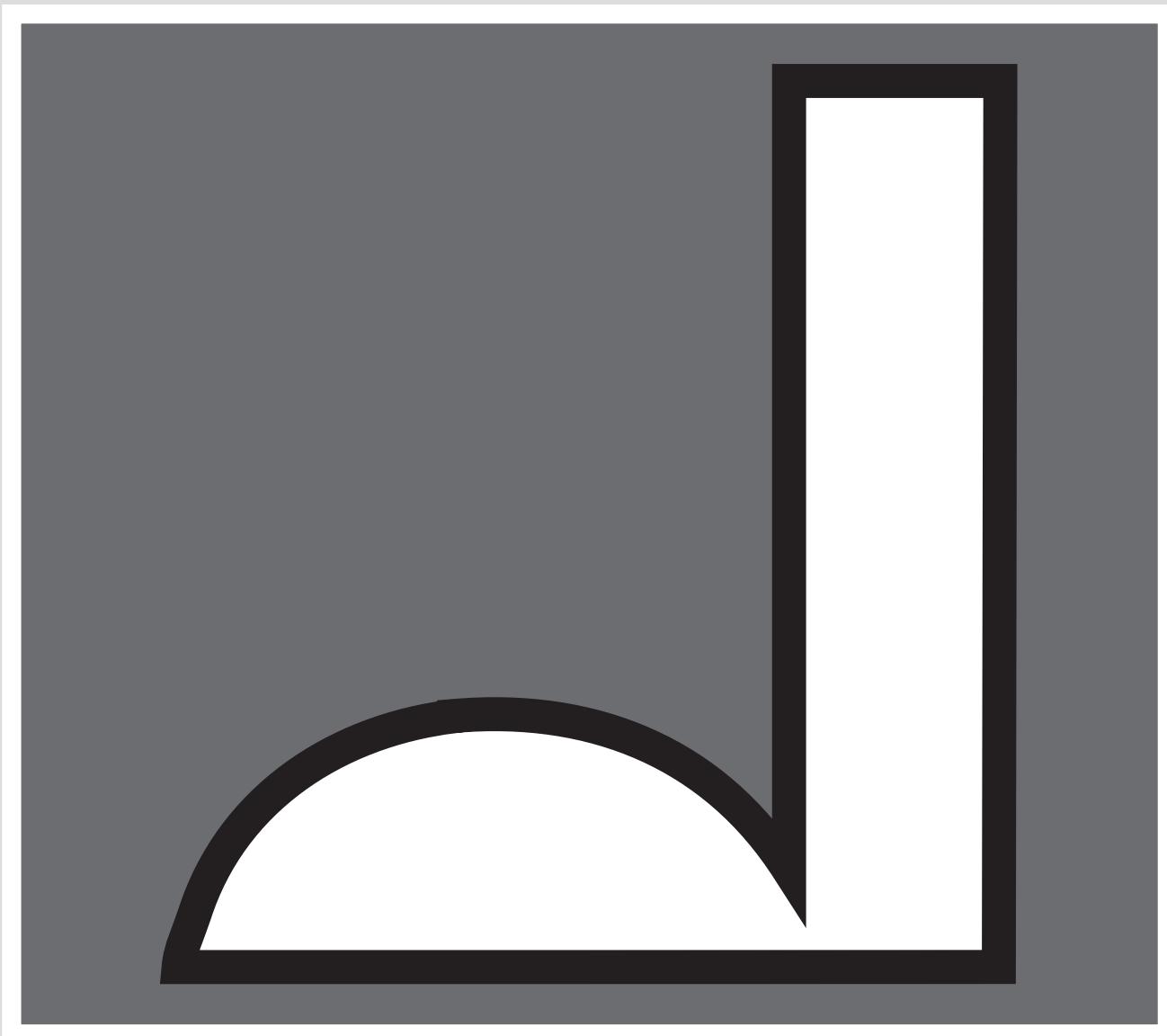




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 161 - SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)
Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior^(2,3) Maria do Carmo Alves⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 186ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Discursos do Expediente		
SENADOR MARCONI PERILLO, como Líder		
– Considerações sobre o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati, na sessão de ontem, sobre a crise financeira mundial. Convicção de que o Brasil necessita reduzir taxa de juros e gastos públicos.	39296	
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Elogios ao Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral brasileiro.	39298	
SENADOR JOSÉ NERY – Vulnerabilidade do Brasil diante da crise global dos mercados financeiros e de capitais.	39299	
SENADORA ADA MELLO, como Líder – Desempenho do PTB nas eleições municipais do Estado de Alagoas.	39300	
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Análise do crescimento e desenvolvimento do País. Comemoração de duas décadas da Constituição Cidadã.	39301	
SENADOR MÃO SANTA – Morosidade na apreciação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que extingue o fator previdenciário.	39303	
SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento à Mesa de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor gaúcho Luiz Paulo Pilla Vares. Transcurso dos 173 anos da Revolução Farroupilha. Celebração dos 120 anos da Abolição não-conclusa. Importância dos 20 anos da Constituição Cidadã. Uso abusivo de medidas provisórias.	39305	
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao Governo do Presidente Lula. Referência à expulsão da Construtora Odebrecht pelo Governo do Equador.	39310	
SENADOR NEUTO DE CONTO – O pleito eleitoral do último domingo e o desempenho do PMDB. Excelência do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral, com destaque para a divulgação dos resultados finais em Santa Catarina.	39312	
SENADOR RENAN CALHEIROS – Premência de uma reforma do sistema político brasileiro.	39313	
1.2.2 – Leitura de requerimentos		
Nº 1.174, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 185, de 2005 e 183, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.	39316	
Nº 1.175, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 18 e 8, de 2005, 355, de 2004, 45, de 2006, 42, de 2007 e 301, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.	39316	
Nº 1.176, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei da Câmara nºs 68 e 52, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 124, de 2004 e 43, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.	39316	
Nº 1.177, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação em conjunto dos Ofícios "S" nºs 9, de 2003 e 2, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.	39316	
Nº 1.178, de 2008, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista gaúcho Luiz Pilla Vares.	39316	
Nº 1.179, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado no dia 21 de outubro, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador.	39317	
Nº 1.180, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando autorização para desempenho de missão oficial no período de 9 a 15 de outubro de 2008.	39317	
Nº 1.181, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial.	39317	
Nº 1.182, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, seja apreciado pela Co-		

<i>missão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da comissão constante do despacho inicial.....</i>	39317
<i>Nº 1.183, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando autorização para desempenho de missão oficial no período de 13 a 16 de outubro de 2008.....</i>	39317
<i>Nº 1.184, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 9, 38 e 61, de 2004, 40 e 253, de 2006, 45, 112, 223 e 739, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.</i>	39317
1.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
<i>Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.</i>	39318
<i>Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008 (nº 1.507/2007, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.</i>	39319
1.2.4 – Leitura de projetos	
<i>Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.</i>	39320
<i>Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2008, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica.</i>	39322
1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
<i>Nº 345/2008, de 8 do corrente, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN (PLOA/2009). ..</i>	39326
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Apreciação de matéria	
<i>Requerimento nº 915, de 2005, lido em sessão anterior. Aprovado.</i>	39328
1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)	
Item extrapauta	
<i>Requerimento nº 521, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Interrupção do estágio da estudante grávida). Aprovado.</i>	39328

Item extrapauta

Requerimento nº 613, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. (Destinação da energia gerada no Rio Madeira). **Aprovado.** 39328

Item extrapauta

Requerimento nº 626, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal). **Aprovado.** 39328

Item extrapauta

Requerimento nº 648, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas). **Aprovado.** 39328

Item extrapauta

Requerimento nº 660, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (exploração de recursos minerais em terras indígenas). **Aprovado.** 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 680, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Regula a parceria em terras indígenas). **Aprovado.** 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 760, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Sustenta dispositivos que regulamentam o direito à informação sobre alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados). **Aprovado.** 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 761, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre

o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Mantém a condição de segurado especial ao produtor rural com até dois empregados).

Aprovado. 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 762, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Institui a estabilidade provisória ao empregado e estabelece diretrizes para a fiscalização com vistas à erradicação do trabalho irregular).

Aprovado. 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 782, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Autoriza a abertura de capital da Embrapa).

Aprovado. 39329

Item extrapauta

Requerimento nº 831, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 835, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 091, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 843, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (dispõe sobre cálculo do valor dos danos morais e materiais aos anistiados políticos e fiscalização da Comissão de Anistia).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 844, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de

distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (torna a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 845, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (criação de Centros de Integração Federal nas comunidades quilombolas).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 846, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (publicação de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte).

Aprovado. 39330

Item extrapauta

Requerimento nº 899, de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aprovado. 39331

Item extrapauta

Requerimento nº 900, de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Aprovado. 39331

Item extrapauta

Requerimento nº 927, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aprovado. 39331

Item extrapauta

Requerimento nº 976, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Aprovado. 39331

Item extrapauta

Requerimento nº 977, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Recolhimento e destino de pilhas e baterias usadas).

Aprovado. 39331

Item extrapauta		
Requerimento nº 990, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Regulamenta a profissão de economista). Aprovado.</i>	39331	<i>Cultura e Esporte (Torna obrigatória a exibição de filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas). Aprovado.</i> 39332
Item extrapauta		
Requerimento nº 991, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Regulamenta a profissão de economista). Aprovado.</i>	39331	Requerimento nº 1.088, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Dispõe sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimeto). Aprovado.</i> 39332
Item extrapauta		
Requerimento nº 992, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Altera o FAT para estimular os arranjos produtivos locais). Aprovado.</i>	39331	Requerimento nº 1.089, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência). Aprovado.</i> 39332
Item extrapauta		
Requerimento nº 997, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Regula a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço"). Aprovado.</i>	39332	Requerimento nº 1.098, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003). Aprovado.</i> 39333
Item extrapauta		
Requerimento nº 1.085, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica). Aprovado.</i>	39332	Requerimento nº 1.105, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Incluir entre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor a fabricação e comercialização de jogos de videogames ofensivos à moral e aos bons costumes). Aprovado.</i> 39333
Item extrapauta		
Requerimento nº 1.086, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência). Aprovado.</i>	39332	Requerimento nº 1.109, de 2008, de autoria do Senador Expedido Júnior, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Autoriza a criação do Ministério da Amazônia). Aprovado.</i> 39333
Item extrapauta		
Requerimento nº 1.087, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação,</i>	39332	Requerimento nº 592, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por regularem a mesma matéria (Dispõem sobre nome genérico para medicamentos de uso veterinário). Aprovado.</i> 39333

Item extrapauta

Requerimento nº 600, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, por regularem a mesma matéria (Incluem novos trechos no Plano Nacional de Viação).*

Aprovado. 39333

Item extrapauta

Requerimento nº 627, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 492 e 699, de 2007, por regularem a mesma matéria (Compensação com débitos previdenciários).*

Aprovado. 39333

Item extrapauta

Requerimento nº 783, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003, e 139, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Conceder ao trabalhador um dia de folga anual sem prejuízo da remuneração).* **Aprovado.** 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 832, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 211, de 2004, e 229, de 2008 por regularem a mesma matéria (Cadastro de pessoas desaparecidas).*

Aprovado. 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 834, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria (Simples Nacional).* **Aprovado.** 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 882, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2008, com os de nºs 243, de 2004, e 123, de 2007, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria (Dispõe sobre as práticas de telemarketing).* **Aprovado.** 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 983, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 26, de 2006, 205 e 264, de 2007, por regularem a mesma matéria (Permissão para menores a partir de 16 anos dirigir).* **Aprovado.** 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 1.053, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por regularem a mesma matéria (Isenção de IPI na aquisição de veículos para transporte de estudantes, autônomo de passageiro e a portadores de deficiência).* **Aprovado.** 39334

Item extrapauta

Requerimento nº 1.055, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, e 138, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado de nºs 423 e 495, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (Dedução de despesas da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física).* **Aprovado.** 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 1.075, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Proteção a vítimas e testemunhas e a acusados ou condenados que voluntariamente prestaram colaboração à investigação policial e ao processo criminal).* **Aprovado.** 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 1.098, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003).*

Aprovado. 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 879, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2003; 75, 280 e 323, de 2004; 87, de 2005; 132 e 467, de 2007, por tratar de matéria distinta (Isenções de IPI).* **Aprovado.** 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 883, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 210, de 2003; 75, 280 e 323, de 2004; 87, de 2005; 132 e 467, de 2007, para retomar sua tramitação individual (Isenções de IPI).* **Aprovado.** 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 981, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, de sua autoria (Aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet).* **Aprovado.** 39335

Item extrapauta

Requerimento nº 1.080, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2008, de sua autoria, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre

a discriminação e a promoção da igualdade racial em relação de emprego. Aprovado.	39336
São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 14:	
Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)	
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	39336
Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	39336
Item 3	
Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.	39336
Item 4	
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.	39336
Item 5	
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.	39337
Item 6	
Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).	39337

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

39337

Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

39337

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

39337

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

39337

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece... ..

39338

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

39338

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a im-

putabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.... 39338

Item 14

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). 39338

Item 15

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências..... 39338

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)..... 39338

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências..... 39338

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 39339

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. 39339

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)..... 39339

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento

familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 39339

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)..... 39339

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)..... 39339

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 39339

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 39340

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. 39340

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)..... 39340

Item 28 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.... 39340

Item 29 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.* 39340

Item 30 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 39340

Item 31

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 39341

Item 32 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 39341

Item 33

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.* 39341

Item 34

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).* 39341

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de rece-*

bimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 39341

Item 36

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.* 39341

Item 37

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.* 39342

Item 38

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 39342

Item 39

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 39342

Item 40

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.* 39342

Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.* 39342

Item 42

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Na-

cional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.....

39342

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO SUPlicY – Confirmação da vinda, hoje, ao Senado, do Ministro Guido Mantega e do Presidente do Banco Central. Homenagem pelo transcurso dos 100 anos do falecimento do escritor Machado de Assis.

39343

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem pelo transcurso, em 12 de outubro, de dois séculos de existência do Banco do Brasil.....

39347

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Referência ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati na sessão de ontem sobre a crise financeira internacional. Reflexão sobre a crise de incerteza por que passam os mercados financeiros no Brasil.

39349

SENADOR CASILDO MALDANER – Sugestão de medidas para que o Brasil possa enfrentar a crise financeira internacional. Preocupação com a genética no campo da suinocultura.....

39350

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Avaliação sobre o pleito eleitoral no Rio Grande do Norte, no último domingo. Defesa do municipalismo.

39352

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Apresentação de projeto de lei que dispõe sobre a introdução no currículo dos Ensinos Fundamental e Médio, da obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.....

39356

1.3.4 – Matérias apreciada após a Ordem do Dia

Requerimentos nº 1.180 e 1.183, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

39357

Requerimento nº 1.179, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

39358

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Comemoração, em 4 de outubro, do Dia de São Francisco de Assis.

39358

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Elogios ao pronunciamento do Senador Pedro Simon, que homenageou São Francisco de Assis. Observações sobre os debates que ocorreram ontem na Casa, acerca da crise financeira internacional e as consequências para o Brasil. Participação de S.Ex^a, hoje, no Seminário sobre a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. Registro da aprovação, ontem, do Relatório Preliminar do Orçamento.

39381

SENADOR VALDIR RAUPP – Enaltecimento à atuação do PMDB nas eleições do último domingo. Elogios ao pronunciamento do Senador Pedro Simon. Considerações sobre o problema mundial relativo à preservação do meio ambiente e justificação pela apresentação de projeto de lei acerca da questão.....

39384

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação com a aprovação do PMDB pela população brasileira. Reafirmação da posição de S. Ex^a no sentido de trabalhar pelo Estado de Roraima, independentemente de coloração partidária.

39387

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagem pelo transcurso da Semana Nacional do Idoso.

39388

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Campeões de Audiência”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 11 de julho último.

39389

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Teles avisaram a juiz que PF teria acesso total a cadastro”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 6 de agosto último.....

39391

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da entrevista concedida à revista **Veja** pelo economista americano James Robert.

39392

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Banqueiro rachou núcleo duro do governo Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 de julho último.

39394

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “Na CPI, Aparecido não revela quem fez dossiê”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de maio último. Considerações sobre a crise internacional e a economia brasileira.

39395

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 22 de junho último.

39398

SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição nos Anais da mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios”.

39400

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da apresentação de proposta do Brasil, em Montevideu, durante a realização da Cumbre de Ministros da Cultura, de eleger o ano de 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus.....

39401

1.4 – ENCERAMENTO

2 – PARECERES

Nº 45, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2008-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar*

<i>no valor global de R\$ 204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.....</i>	39403
<i>Nº 46, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2008-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.851.796.868,00 (dois bilhões, oitocentos e cinqüenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.....</i>	39406
<i>Nº 47, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 68.397.857,00, (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinqüenta e sete reais), para os fins que especifica.....</i>	39409
<i>Nº 48, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 34, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 66.900.000,00 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências.....</i>	39410
<i>Nº 49, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,</i>	

crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o fim que especifica..... 39411

Nº 50, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 47, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 167.400.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), para o fim que especifica..... 39412

3 – CONVÉNIO

Nº 26, de 2008, que entre si fazem o Senado Federal e o Banco Rural S.A. 39414

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53^a LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 186^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de outubro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 39 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/10/2008 07:24:27 até 9/10/2008 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO		X					
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PMDB	SC	CÁSILDO MALDANER		X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDÍNIO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
PT	AC	MARINA SILVA		X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		X					

Compareceram: 54 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a sessão de ontem foi uma das sessões mais movimentadas e de melhor conteúdo que nós vimos agora, neste semestre.

O Senador Tasso Jereissati protagonizou uma discussão muito profunda sobre a crise mundial, apetrechado por mais de uma dezena de Senadores, que procuraram dar suas opiniões responsáveis, sensatas e sérias sobre este problema que afeta a todos.

Hoje trago, falando em nome da Liderança do PSDB, mais algumas informações e opiniões a esse respeito. A edição do respeitado relatório **Panorama Econômico Mundial**, do Fundo Monetário Internacional, lançada ontem, afirma que os Estados Unidos, epicentro da tempestade financeira, deslizam para uma recessão e que a economia mundial transforma-se em perigosa ribanceira, como efeito do mais perigoso choque sofrido pelos mercados financeiros nos últimos 70 anos.

O FMI projeta, agora, que a economia global, após crescer 5% no ano passado, perderá considerável velocidade, baixando para 3,9% este ano e ainda mais em 2009, para 3%, no pior resultado desde 2002. O FMI tem considerado, em geral, que um crescimento global de 3% ou menos significa recessão global.

Essas previsões foram anunciadas no momento em que o Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, e outros seis bancos centrais – Europa, China, Reino Unido, Canadá, Suíça e Suécia –, com apoio total do Japão, reduziam as taxas de juros, buscando facilitar a retomada de investimentos e evitar que a crise financeira se transforme em precipício econômico mundial.

Simultaneamente, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Harry Paulson, advertia que outros bancos e empresas ainda vão desaparecer, apesar do plano de emergência aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, que prevê ajuda governamental superior a US\$700 bilhões. Paulson pediu paciência, porque o tumulto não terminará tão cedo e significativos desafios ainda estão diante de nós. Também anunciou-se a possibilidade, não só inesperada mas também inédita, de falência de um país, não africano nem latino-americano nem da Ásia Central, mas da Europa, a bem desenvolvida Islândia, com 320 mil habitantes, renda per capita superior a US\$30 mil – umas seis vezes maior do que

a nossa! –, níveis de educação e saúde entre os melhores do mundo, um país em que a renda das famílias cresceu 45% nos últimos cinco anos.

Paulson anunciou que já pediu ao Brasil, presidente do G-20, grupo dos vinte maiores países industriais do mundo, a convocação de uma reunião especial, em que dirigentes de bancos centrais, autoridades financeiras e responsáveis por regulamentação das economias emergentes mais importantes discutam os caminhos para reduzir os efeitos do tumulto na economia mundial e estimulem o ritmo da economia em todos os países.

E tudo está desmoronando porque o sistema bancário teve um crescimento desproporcional e está tremendamente fragilizado por créditos podres. Até a sua Caixa Econômica está sofrendo corrida dos depositantes e ameaçada de desaparecer.

Diante da gravidade da crise, pode-se qualificar como irresponsável a forma muito populista e irresponsável como o Governo do Brasil procurou apresentar o problema ao povo, porque tentou passar a imagem de que estávamos blindados, mas só depois das observações do nosso sensato e ilustre ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que teríamos problemas graves.

A Bolsa brasileira foi uma das que mais sofreram perdas em todo o mundo. Duas das nossas maiores empresas exportadoras – Sadia e Aracruz – amargam severas perdas porque entraram também nos “cassinos”, não lá de fora, mas os daqui mesmo que nunca foram devidamente regulados e fiscalizados pelo nosso Banco Central. Um “cassino” favorito de algumas empresas era o câmbio, com apostas pesadas em que o real continuaria sendo loucamente supervalorizado. Agora amargamos uma também louca e rápida desvalorização do real, em poucos dias superior a 40%. Ainda não conseguimos sequer estimar corretamente o total das perdas sofridas pelas empresas.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é a crise de confiança no Sistema Financeiro, porque, apesar de todos os esforços dos bancos centrais, inclusive com ação conjunta dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, a recuperação do mercado e a volta ao crescimento dependem muito do inconsciente coletivo, de as pessoas em todo o mundo tornarem a acreditar que vale a pena investir. Isso é particularmente preocupante nos Estados Unidos, centro da crise, porque os americanos estão mais acostumados a ajudar os outros e não a serem ajudados. Portanto, como as pessoas vão reagir é uma variável fora de controle e de difícil avaliação.

É inegável que o Brasil se encontra em situação mais favorável que na crise de 2002 – olhem que o PSDB passou por onze crises internacionais –, porque há US\$208 bilhões de reservas cambiais, as exportações brasileiras estão diversificadas e o grau de investimento

dá confiabilidade ao País. Entretanto, isso jamais poderia levar o Presidente a agir com o descaso demonstrado no primeiro momento da crise, tampouco a continuar a agir como se estivéssemos blindados, porque o quadro para os próximos anos tende a ser preocupante quando se avalia a equação do PIB brasileiro.

Ao contrário do que se pode pressupor, numa análise preliminar, a situação do crédito no Brasil não deve levar a uma crise financeira pela quebra dos bancos ou por colapso do mercado por inadimplência no setor de bens de consumo, nem no mercado automotivo interno.

No Brasil não existe “subprime” e a obtenção de crédito sempre foi difícil, de maneira geral. Isso significa que os credores de financiamentos de bens duráveis e de automóveis são selecionados de forma criteriosa e devem honrar os compromissos, a menos que a crise tome uma proporção que leve a uma hiperinflação e à perda da capacidade de compra a ponto de não se poderem honrar as dívidas.

Peço um pouco mais de tempo, Sr. Presidente.

A situação dos bancos e das instituições financeiras também está dentro do limite razoável, embora o Governo Federal já tenha tomado a medida de socorrer pequenos bancos com carteiras de crédito consignado.

Quem dera, Sr. Presidente. O Proer foi tão criticado e agora é imitado, de forma até grosseira, pelo Governo Federal. Desde o Proer, o Banco Central mantém rigorosa fiscalização das instituições financeiras de modo bem mais duro do que nos Estados Unidos.

O poder das reservas cambiais brasileiras para enfrentar a crise é uma incógnita, porque depende do tamanho do rombo no cenário mundial e das quantas intervenções serão necessárias para aplacar a corrida pelo dólar, que levou a moeda a subir, repito, 40%.

O Governo americano injetou por volta de US\$850 bilhões na economia, mas se estima que o tamanho real da crise seja da ordem de US\$3 trilhões. A Inglaterra, por sua vez, fez um socorro de US\$90 bilhões e se tornou sócia de praticamente todos os bancos ingleses. Este montante corresponde a pouco menos da metade das reservas cambiais brasileiras.

Ainda não conseguimos sequer estimar corretamente o total das perdas sofridas pelas empresas brasileiras e os impactos na exportação e na equação do PIB, mas não há motivos para otimismo. Todos os países estão procurando enfrentar a crise com reduções da carga tributária e redução dos juros, mas estranhamente o Brasil continua seguindo o caminho oposto.

O Governo não quer renunciar à gastação em um ano eleitoral, tampouco no ano de 2009, que antecederá a eleição presidencial. Isso pode ter um preço incalculável a médio e longo prazos, porque quanto mais

demoradas forem as medidas voltadas à contenção de gastos públicos, maior a possibilidade de aprofundamento da crise, ainda desconhecida, infelizmente, pelo cidadão comum.

O excessivo endividamento das famílias americanas é apontado como uma das razões da crise, mas aqui deixamos de remunerar adequadamente a poupança e, ao contrário, legalizamos a agiotagem e incentivamos nossos aposentados do INSS, servidores públicos e trabalhadores privados a se endividarem por muitos anos e por todas as formas possíveis.

Se, num primeiro momento, não deve haver uma crise no sistema creditício em razão de possível inadimplência, as previsões são incertas quanto à capacidade de endividamento da população.

O Presidente da República e o Ministro da Fazenda têm o dever de parar de pensar em voto e **marketing** político. O Brasil não está blindado e não é pensado apenas em voto, bons resultados em pesquisas e enganação permanente da população para sairmos da crise.

O Brasil deve ir à reunião do G-20 e, internamente, preparar-se para enfrentar o mergulho da economia global nessa crise, a maior em mais de meio século. Temos de ouvir atentamente as advertências do FMI...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...do Secretário do Tesouro americano e de outros economistas não-ligados ao mercado, lá de fora – Paul Krugman e Nouriel Roubini, entre outros.

O Governo tem o dever, também, de ouvir nossos maiores especialistas em economia, como, por exemplo, Luiz Gonzaga Beluzzo, Yoshiaki Nakano, Bresser Pereira, Delfim Netto, entre outros, que, há muito, já vinham alertando para os excessos da total confiança na auto-regulação dos mercados financeiros. Por fim, toda e qualquer medida a ser tomada deve levar em conta também as opiniões dos setores produtivos, setores empresariais, trabalhadores, que têm uma noção bastante razoável e realista da crise vivida na ponta do comércio e da indústria.

Agradeço, Sr. Presidente, pela atenção. Gostaria de dizer que, assim como ontem se pronunciaram V. Ex^a, o Senador Tasso Jereissati e tantos outros ilustres e notáveis homens públicos com assento nesta Casa, eu também estou à inteira disposição para, em conjunto com o nosso Partido e com a oposição, colaborar, dialogar com o Governo, no sentido de buscarmos saídas eficientes para evitar uma hiperinflação, que seria desastrosa para o País, para evitar maiores problemas com relação aos bancos, com relação os créditos e, principalmente, com relação à população mais pobre. Uma crise como essa – não tenho dúvidas – vai signi-

ficar o empobrecimento maior ainda da população e as principais consequências recairão sobre trabalhadores e sobre a população mais pobre.

Estou fazendo este primeiro pronunciamento, farei outros, porque, na minha opinião, esse assunto deverá ser desdobrado e exaustivamente discutido aqui, neste Plenário, dada a importância do tema e principalmente a apreensão que todos nós temos hoje em relação a essa que é uma das principais crises mundiais de pelo menos um século para cá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Meus cumprimentos a V. Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito. A Senadora Ada Mello fica também inscrita pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Minha inscrição também para uma comunicação inadiável. O Senador Mão Santa faz a permuta comigo, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a permissão do Senador José Nery, concedo a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, de cinco minutos e, em seguida, Senador José Nery.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além de querer, exatamente, reafirmar o que já colocamos aqui ontem e anteontem, com relação ao pronunciamento do Senador Marconi Perillo, sobre os riscos que o Brasil enfrenta, eu quero trazer aqui alguma informação a respeito da apuração eletrônica.

É do conhecimento de todos que o sistema eleitoral brasileiro é o mais moderno do mundo. Desde o final dos anos 90, é possível que o brasileiro conheça seus dirigentes eleitos antes mesmo do fim do dia em que se dá o pleito. No último dia 05, não foi diferente. E isso é possível porque o Brasil conseguiu implantar, em todas suas zonas eleitorais, a urna eletrônica, o chamado voto digital. Vejam que, na cidade de Curitiba, às 20 horas, nós já tínhamos o resultado final com a vitória de nosso candidato à reeleição, Beto Richa.

Desde a época inicial da discussão das questões do voto digital, o sistema vem sofrendo críticas que apontam, às vezes, insegurança e possibilidade de fraudes. Alguns críticos chegaram até a dizer que o TSE teria feito lobby para aprovar, aqui no Congresso, propostas que permitiram o voto digital e a implantação do sistema eletrônico nos moldes atuais.

Bem, como especialista da área de informática, cheguei a participar dos grupos de trabalho que idealizaram o processo eleitoral digital no Brasil. E, também, como especialista de informática, afirmo que o sistema de urnas eletrônicas tem margem de segurança quase total. Digo quase, porque todo sistema, digital ou não, está sujeito a eventuais fraudes.

Mas posso citar aqui alguns fatores que nos levam a confiar na urna eletrônica:

– Trata-se de uma tecnologia já testada e que nos deu demonstrações de eficiência. As urnas eletrônicas estão sendo utilizadas desde 1996, portanto, há seis eleições.

– Os partidos podem auditar os programas, conforme previsto em lei.

– Existe o registro digital do voto, implantado por lei de minha autoria. Os votos ficam armazenados na memória da urna – que nada mais é que um computador – mas, aleatoriamente, de forma a não permitir qualquer identificação entre o eleitor e o registro a partir da ordem de uso da urna. Ou seja, o sistema é seguro e garante o sigilo do sufrágio. Ou seja, o sistema é seguro, sim, e garante o sigilo do sufrágio. É evidente que algum erro pode acontecer. Existem erros mecânicos e outros que devem ser sempre perseguidos. Mas o fato é que, para haver uma grande fraude em uma instância de uma forma mais organizada, deveria haver um conluio sistêmico entre mesários e pessoas do TRE.

– Os partidos, em última instância, a militância e a sociedade podem e devem fiscalizar o processo eleitoral. Ainda é possível que isso aconteça, sim. Os partidos têm essa obrigação inclusive.

No último dia 5, quase 130 milhões de brasileiros votaram. A urna eletrônica já foi testada, já deu demonstrações de segurança. Esse processo, na verdade, vem de muito antes de 1996, quando o Brasil inaugurou as primeiras urnas.

A informatização vem de 1985, quando o Tribunal Superior Eleitoral implantou o processamento eletrônico de dados no alistamento de eleitores e revisão do eleitorado. Essa ação resultou, à época, na conces-

são de títulos, já emitidos por computadores, a 69,3 milhões de brasileiros.

Na eleição presidencial de 1989, a primeira depois do regime militar, foi possível a totalização dos resultados por meios informatizados no TSE. Esse processo levou à informatização dos tribunais regionais. Depois tivemos a totalização eletrônica de votos em 1992, nas eleições municipais, em 1.800 comarcas. E em 1994, a totalização dos votos foi inteiramente informatizada.

Em 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100, permitindo o uso de máquinas para votação. Depois de muitos estudos, o TSE optou pelo uso de máquinas de gravação direta, que ficaram conhecidas como urnas eletrônicas.

Em 1996, 32 milhões de eleitores, em 57 Municípios, escolheram seus prefeitos por meio eletrônico. Já em 1998, o sistema foi implementado em 537 cidades, e, em 2000, 100% dos eleitores brasileiros utilizaram a urna eletrônica. Foram 353.780 máquinas que atenderam, naquela época, 109 milhões de cidadãos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero concluir dizendo que as críticas existem e que todo sistema é cabível de falhas. Mas estou certo de que o brasileiro pode confiar, sim, no TSE e pode fazer a sua parte, exercendo o direito de cidadão de fiscalizar. O Brasil tem o sistema eleitoral mais moderno do mundo. E esse sistema merece nosso crédito.

Era o que tinha a trazer a esta sessão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador José Nery, primeiro orador inscrito, por dez minutos. Em seguida, a Senadora Ada Mello, pela Liderança do PTB; logo após, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a crise financeira internacional voltou a se manifestar com força. No espaço de dez dias, foram necessárias três estatizações de vulto no maior templo do liberalismo, os Estados Unidos, envolvendo duas empresas gigantes de crédito imobiliário e a maior seguradora do país, a AIG.

As bolsas de valores estão em desespero, inclusive a Bovespa, e o dólar disparou nos últimos dias.

Como todas as atenções do povo brasileiro estavam voltadas para as eleições municipais, só agora é que o cidadão está se perguntando quando a crise chegará ao Brasil e em que ela vai prejudicá-lo.

A crise atual é fruto da enorme ciranda financeira em que o capitalismo se meteu. Tudo indica que o longo ciclo de descolamento da esfera financeira em relação à

economia produtiva real está em xeque. O BIS – Banco de Compensações Internacionais –, uma espécie de central dos bancos centrais, estima um volume de ativos financeiros em circulação nas esferas especulativas em todo o mundo da ordem de US\$600 trilhões. Esse volume de direitos financeiros é dez vezes superior ao PIB mundial, estimado em US\$60 trilhões.

Há muitos anos diversos, analistas alertam para os riscos crescentes de essa bolha especulativa estourar. Ao longo dos anos, várias outras crises se esboçaram, mas a atual é muito mais grave pela sua extensão e pelo fato de envolver o coração financeiro da maior potência econômica do mundo.

O maior desafio do momento será procurar reduzir esse descolamento entre a economia financeira e a economia produtiva real. Ao menos para as autoridades norte-americanas, o caminho será colocar o Estado como gestor direto desse processo.

O que está acontecendo nos Estados Unidos neste momento é um processo muito conhecido por nós brasileiros. É o velho método de socialização dos prejuízos. Após a farra privada dos lucros fáceis, o povo americano e, por tabela e pelo peso da economia daquele país, o restante dos habitantes do planeta são chamados a pagar a fatura.

Segundo o economista Michael Hudson, o que aconteceu nas duas últimas semanas ameaça alterar o curso do século que começa de maneira irreversível. Para ele, estamos diante da maior e mais desigual transferência de riqueza desde que se presentearam terras aos barões das ferrovias na era da Guerra Civil.

A crise mundial coincidiu com a publicação das pesquisas sobre a popularidade do Presidente Lula, anunciada em patamares nunca dantes alcançados. O Presidente chegou a afirmar que a crise externa seria imperceptível no País, depois, que efeitos seriam muito pequenos. A cada dia o Governo é obrigado a reconhecer, de maneira lenta e gradual, que nenhum país está imune aos efeitos de uma crise no coração da principal economia mundial.

Essa postura não passa de um recurso defensivo ao fato de ter o Governo optado pela manutenção de uma política econômica que, mantendo a fé cega no papel do mercado e dos capitais externos como principais indutores do nosso desenvolvimento, deixou nosso País vulnerável aos efeitos devastadores desta crise.

A opção de Lula foi manter o modelo econômico em curso herdado do Governo Fernando Henrique Cardoso. E isso foi feito num momento em que a exuberância da economia internacional, a partir de 2002/2003, em combinação inclusive com as transformações políticas na América Latina, nos daria, naquele período, plenas condições de uma exitosa transição

ao falido modelo dos bancos e transacionais para um outro tipo de economia, menos dependente do exterior e de maior valorização do trabalho e elevação dos mecanismos de poupança interna.

O Brasil tem uma enorme vulnerabilidade externa. Ela ocorre na esfera comercial, produtiva, tecnológica, monetária, financeira. Concordo com o economista Reinaldo Gonçalves, quando afirma que a estabilidade do Brasil, na verdade, é falsa; é uma estabilidade de papel crepom As reservas internacionais brasileiras correspondem hoje ao valor da dívida externa, enquanto a dívida interna é cinco vezes maior que as reservas, com um valor superior a R\$1 trilhão. Somente o passivo de curto prazo está em torno de US\$600 bilhões, ou seja, três vezes as reservas.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Governo brasileiro precisa urgentemente dar explicações ao nosso povo. Esta Casa deve exigir do Governo informações acerca da gravidade dos efeitos da crise americana em nossa economia. E precisamos ser ouvidos sobre as medidas que estão sendo tomadas. Todas as vezes que vivemos crises econômicas invés de proteger os mais humildes, os poupadões e os assalariados, os pacotes governamentais se preocupam em salvar da falência os especuladores e os banqueiros, tudo em nome da estabilidade do capital.

É bom lembrar que nosso País gasta 10% do PIB com o pagamento de juros para manter a ciranda financeira. Para se ter uma idéia, o pacote do governo Bush, de mais de US\$700 bilhões, representa apenas 6% do PIB americano.

Não devemos aceitar que mais uma vez os recursos públicos sejam destinados a salvar a especulação, que foi incentivada pelo Governo e serve de âncora para nossa falsa estabilidade.

Com a palavra o governo do Presidente Lula. Espero que o Governo não esteja esperando o final do segundo turno para anunciar remédios amargos para os trabalhadores e o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a V. Ex^a.

Passamos a palavra à Senadora Ada Mello, que fala em nome da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com sentimento de satisfação e agradecimento ao povo alagoano que devo registrar, nesta Casa, o excelente desempenho e o crescimen-

to do meu partido, o PTB, nas eleições municipais em Alagoas.

Apenas para dar a devida dimensão do feito, destaca-se a conquista de 19 prefeituras no Estado. O resultado levou o partido à segunda colocação em quantidade de prefeitos eleitos, com apenas um a menos que o PP.

Contudo, em termos de percentual de aproveitamento em Alagoas, é importante ressaltar que o PTB atingiu o índice de 63% de vitórias – já que concorreu com 30 candidatos a prefeitos – contra 57% do PP, que teve 35 candidatos em todo o Estado.

Das 19 prefeituras conquistadas pelo partido, vale citar a dos Municípios de União dos Palmares, Girau do Ponciano, Atalaia e Santana do Ipanema, todas com mais de 10 mil votos válidos obtidos.

Outro dado relevante diz respeito ao desempenho do partido na Região Nordeste. Ficou em 4º lugar entre todas as legendas, conquistando 183 prefeituras, com um total de votos angariados superior a um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil.

Nas capitais dos Estados, verifica-se outro bom desempenho até aqui. O PTB está no segundo turno para duas importantes Prefeituras, Manaus e Belém, ambas com chance clara de vitória. Além disso, elegemos 33 vereadores em 14 capitais estaduais, com destaque para as Câmaras de Manaus, com seis cadeiras, e Porto Alegre, com cinco.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda no plano nacional, não podemos deixar de registrar o fato de o PTB ter alcançado a 6^a colocação – entre a totalidade dos partidos – nas eleições de prefeitos de todo o País. Foram conquistadas 409 prefeituras, com um índice de aproveitamento de mais de 42%, já que concorreu em 956 municípios. No total, somente para as prefeituras foram mais de 5 milhões de votos dados ao PTB.

Já para as Câmaras de Vereadores, foram consignados 5 milhões e 800 mil votos e mais de 500 mil somente na legenda, resultando na eleição de 15.247 vereadores, que significa o expressivo percentual de 70% de aproveitamento.

Ou seja, são dados e números irrefutáveis que comprovam a tendência de crescimento eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro nos três níveis de leitura.

Estamos certos da relevância do fato e, ao mesmo tempo, conscientes da responsabilidade de sermos hoje uma legenda partidária que a cada eleição se mostra e se consolida como uma das maiores e mais importantes do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ada Mello.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e, logo após, ao Senador pelo Piauí, Mão Santa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr's e Srs. Senadores presentes, o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, em que pese continuar encabeçando a lista de campeões de concentração de renda e desigualdade social, é uma realidade, na medida em que resulta do esforço comum da sociedade, dos governos, da iniciativa privada, dos trabalhadores, dos empresários e das instituições nacionais.

É um processo de acúmulo de iniciativas e ações, acertos e erros verificados em um longo período de tempo e, de forma alguma, podem ser atribuídos com exclusividade àqueles que se consideram ungidos para promover ora os milagres econômicos, ora os espetáculos de crescimento.

Em nenhum país é diferente, e nós não seríamos uma exceção. Sem dúvida, já vencemos alguns dos nossos mais persistentes desafios.

Dormir sobre os louros de metafóricos empreendimentos, de promessas que não se materializam, de obras que nunca terminam e de quimeras, por mais bem alardeadas que sejam, pode pôr a perder, como tantas vezes ocorreu na história, as conquistas que quanto têm nos custado em vidas perdidas, em esforços baldados, em sonhos desfeitos. Foi assim no decantado “milagre econômico” de uma fase do regime militar, e não seria diferente na democracia tão duramente restaurada.

Não podemos nos esquecer, Sr. Presidente, dos danos que a inflação, tão persistente, tão insidiosa, tão ardilosa e tão solerte, nos infligiu durante anos seguidos.

Devemos lembrar-nos de que a estabilidade econômica, a governabilidade, a moeda, símbolo de todas as nações, a esperança e a crença de algumas gerações foram suas principais vítimas. Isso não ocorreu apenas uma vez em nossa longa evolução histórica. Por isso mesmo, sempre que os ventos do ufanismo, de um lado, e as loas da louvação, de outro, se juntam para prestar homenagens, por mais justas e devidas que sejam, aos ícones do dia, temos que ter os olhos postos não só no presente, mas também no passado, útil por suas lições, e no futuro que almejamos. Os pés postos no chão da dura realidade, que tantas peças já nos pregou, são o melhor antídoto contra os arroubos da euforia.

Devemos estar advertidos para as falácias estatísticas que mascaram nossas mazelas, para a dubiedade dos números que sempre nos deixaram seqüelas e para o entusiasmo dos crédulos que acreditam sempre mais no que ouvem do que no que vêem.

Nossa Constituição, Sr. Presidente, acaba de completar duas décadas e estamos comemorando-a com justas homenagens. Duas décadas, porém, não são mais do que menos de um terço do que durou nossa primeira Constituição e ainda menos da metade do que sobreviveu a segunda. Sem dúvida é mais, bem mais, muito mais do que a Carta também outorgada mas totalitária do Estado Novo, que durante oito anos foi o signo de nosso martírio.

A Constituição cidadã está em vias apenas de se igualar em duração à de 1946, que tantas esperanças despertou, tantas expectativas gerou, mas que tão cruelmente marcou nosso destino, com a ditadura que a sucedeu, pela imprevidência de uns, pela empáfia de alguns e pela omissão de muitos. Lembremo-nos, contudo, que ainda é menos do que o sacrifício de mais de duas décadas que separam a que hoje nos rege, da que tantas esperanças despertou e que tantos sonhos sepultou.

O Brasil, Sr. Presidente, não se fez em uma ou duas décadas. Não deve seu passado, seu presente e não deverá seu futuro a esta ou àquela geração, a este ou àquele governo, nem a um, nem a nenhum dos salvadores da pátria que se arvoraram em arautos do futuro, mas inevitavelmente, como ensinam as sucessivas lições da história, terminaram se transformando em meros espantalhos do passado.

Equilíbrio, bom senso, austeridade, humildade, serenidade e descortino, moderação e temperança devem ser requisitos essenciais e permanentes de nossa vida pública, se nossa geração quiser cumprir os deveres que tem para com as que nos antecederam e ante as que nos hão de suceder.

Os perigos que sempre rondaram cada uma das etapas que, cruenta ou incruentamente, vencemos estão sempre presentes, como penhor de nossas vitórias, toda vez que pretendemos transformar as expectativas de nossas crenças no alento de nossas fraquezas.

Não foram as promessas que construíram o País, que impulsionaram o progresso que conquistamos e menos ainda os sonhos que materializamos. O Senado, Sr. Presidente, algumas vezes fechado, outras vezes dissolvido e tantas vezes cassado, é testemunha, em sua mais que centenária existência, das vaidades que não sobreviveram à verdade.

Podemos estar orgulhosos das reservas cambiais que amealhamos, mas não nos esqueçamos dos prejuízos que sofremos: R\$32,6 bilhões apenas no ano passado, com a desvalorização do dólar nos últimos três anos. É uma conta, Sr. Presidente, que, como as demais, vai ser debitada a todos os brasileiros.

Nossa dívida externa parou de crescer e continua sendo rolada, fruto dos saldos comerciais obtidos e pelos eventuais resultados em conta-corrente. Mas não es-

queçamos de que, em última análise, estamos apenas trocando seis por meia dúzia. A dívida externa que antes nos inquietava foi substituída pela dívida interna, que pode causar-nos inquietação ainda maior. Em julho de 2001, ela somava R\$597,280 bilhões. Dobrou em apenas cinco anos, quando chegou a R\$1,319 trilhão em setembro de 2008, representando hoje mais de 50% do PIB.

Festejamos os nossos avanços, mas não nos esqueçamos dos nossos retrocessos e menos ainda dos insucessos.

O último e mais comemorado aumento da renda média do trabalhador brasileiro, entre 2006 e 2007, foi efetivo, de 3,2%, passando de R\$932,00 para R\$960,00. Mas não foi substantivo, se considerarmos que é ainda menor do que os R\$1,011 mil de dez anos atrás. É o modelo que os humoristas chamam de crescimento “rabo-de-cavalo”.

A distribuição da riqueza entre os ricos e pobres virtualmente não se alterou nos últimos três anos. A dos 10% mais ricos representava 44,6%, em 2004. Em 2007, caiu para 43,2%; diminuiu 1,4%. A dos mais pobres passou de 1% para 1,1% no mesmo período; aumentou 1%.

Outra das muitas chagas de nossa realidade é o trabalho infantil. O programa de erradicação dessa doença endêmica e maldita caiu significativamente de 19,6%, em 1992, para 11,7%, em 2003, diminuição de 7,9%. De lá para cá, nos últimos quatro anos, baixou para 10,6%, queda de apenas 1,1%.

O que mais ameaça jovens e adolescentes, porém, não é apenas o trabalho infantil. A alfabetização e a educação travam uma luta inglória e desigual. O número de analfabetos caiu 0,4% entre os jovens com 15 anos ou mais, entre 2006 e 2007, mas na faixa de 10 a 14 anos, aumentou 0,1%, passando de 3% para 3,1%. Juntos somam 14,1 milhões de brasileiros. Dos 2,4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que hoje estão na escola, nada menos de 2,1% não se alfabetizaram. Não sabem ler nem escrever.

Podemos orgulhar-nos pelo fato de que 51,3% das residências sejam servidas por redes de esgoto. Mas, Senador Paim, como não lastimar os 48,7% que ainda não desfrutam desse benefício essencial a todos?

Não devo estender-me em cifras e números, que é área dos especialistas. E, por ser realista, creio que nosso dever é aplaudir os acertos, apontar os excessos, criticar os erros e lastimar os insucessos.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas isso não me impede de lembrar que, mais que o julgamento dos ufanistas, dos entusiastas e dos insensatos, mais que o julgamento do presen-

te, manda o bom senso aguardarmos a sentença que, inevitavelmente, há de ser prolatada pelo futuro, a que fica para a história.

Governos são capazes de muitas proezas, mas felizmente não de todas, e menos ainda de operar milagres, como se não existisse povo trabalhando, economia produzindo, população consumindo, cientistas criando e pesquisando e, acima de tudo, a ordem democrática estabelecida.

Vivemos um momento de complexa crise financeira da qual o Brasil não restará impune. É hora de avaliarmos se o País realmente amadureceu como precisava. É o momento de valorizarmos a capacidade de superação de todo o povo brasileiro, de todos os recantos, de todas as atividades e de todas as instituições.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Para sermos justos, convém reconhecermos que o atual estágio de desenvolvimento e crescimento, mesmo com os seus desníveis sociais e econômicos, é sobretudo fruto do esforço de cada um de nós brasileiros. A contribuição dos governos de plantão, quando positiva, é apenas uma parcela desse esforço e se verifica especialmente quando não atrapalha a sociedade na sua caminhada. Admitir que tudo é fruto da atividade de algum ungido é renunciar à percepção de que somos os agentes da nossa própria história. Aqueles que, pelo ufanismo ou pela manipulação do imaginário coletivo, tentam incutir a idéia de que há um governo como nunca antes houve no País e que ele é o único responsável pelos avanços alcançados são os mesmos que, cegos pela prática obtusa da autolatria, não conseguem enxergar o processo revolucionário da construção coletiva, Senador Paim.

O povo brasileiro precisa reconhecer-se nos avanços ocorridos no País, alimentando a própria auto-estima, para não correr o risco de acreditar na existência de uma espécie de gente diferente de todos nós, que recebeu do além a missão de salvar o País.

Para nossa sorte e infelizmente para alguns, Senador Alvaro Dias, a ciência ainda não conseguiu produzir essa espécie de gente geneticamente modificada.

Se o Presidente autorizar, concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Autoriza porque V. Ex^a está a proferir um dos mais importantes pronunciamentos na história deste Senado. V. Ex^a é conhecido não só no Acre, mas no Brasil todo. V. Ex^a encantou o Piauí, quando tive a oportunidade de levá-lo lá, como um jurista extraordinário. Um homem como Abraham Lincoln disse: “Caridade para todos; malícia para nenhum e firmeza no direito”. Você reencarna essa filosofia de Abraham Lincoln. Mas V. Ex^a traz ao País isso, essa realidade. O País não vai bem de jeito nenhum.

Shakespeare já dizia: "To be or not to be, that is the question". O ser, o acreditar em si, a auto-estima. E o Padre Antônio Vieira dizia: "Palavra sem exemplo é como um tiro sem bala". O exemplo arrasta. Tem que haver exemplos de acreditar no estudo que leva à sabedoria; tem que haver exemplos de acreditar no trabalho que fez a riqueza. Rui Barbosa está ali, e este Governo que mente não aprendeu com Rui Barbosa. Não sei para que o colocaram ali. Também não há ninguém do PT aqui – só o Suplicy, mas está telefonando – para ouvir e levar à Presidência a síntese da vida de Rui Barbosa: "A primazia tem de ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Eles vieram antes; eles fizeram a riqueza". Este País não está ensinando ninguém a estudar! Pode acompanhar, no seu Acre, no meu Piauí, as escolas públicas, o analfabetismo, a indolência. Fugiu aquele amor ao trabalho e ao estudo. E V. Ex^a foi profundo quando disse... Está aí o nosso bravo Gilvam Borges, que tem acesso ao Presidente da República. V. Ex^a falou uma realidade, e eu quero dizer: em 1978, eu era Deputado Estadual e ouvi aquele que foi Senador, João Lobo, dizer – atentai bem! – que "a diferença entre o Norte e Nordeste e o Sul era de duas vezes. E que havia o Nordeste rico e o pobre". Naquele tempo, o Nordeste rico era só a Bahia e Pernambuco. Eram o dobro do Piauí, do Maranhão, da Paraíba. A diferença de renda **per capita** era de quatro vezes; hoje é de oito. Aqui nesta ilha, neste paraíso que é Brasília, a maior renda **per capita** do País, é oito vezes maior do que a renda **per capita** do Maranhão, do Piauí e da Paraíba. Então, aqueles mecanismos sonhados por Juscelino Kubitschek, de acabar com essas desigualdades, não existem mais: a Sudene e a Sudam. Aumentou a desigualdade econômica no Brasil. Então, é isso. E, para terminar, busco Abraham Lincoln. O Presidente Luiz Inácio deveria aprender isso, aprender conosco, se não quer ler as biografias de Abraham Lincoln – eu já devo ter lido umas 50 biografias dele. Ele diz assim: "Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado". Atentai bem! Essa falácia, essa falência da economia nos Estados Unidos é porque muita gente comprou casa de US\$200 mil sem ter dinheiro. Os bancos entregaram. E pagar? E aqui, Geraldo Mesquita, neste Governo: esse empréstimo consignado. Estão pagando porque já tiram do aposentado na folha, mas os velhinhos não estão podendo mais existir, estão até se suicidando pelo empréstimo irresponsável. Carros em dez anos. Atentai bem que irresponsabilidade é essa! Você comprar sem poder um carro em dez anos. Então a escravidão do negro, Abraham Lincoln acabou, a Princesa acabou. A maior escravidão da vida moderna é a dívida; estamos todos endividados; está todo mundo endividado. Essa é a realidade. E dizer que não atingiu aqui? Depois da Grande Guerra Mundial, devíamos era

à Inglaterra. A Europa se arrasou e passamos a dever aos Estados Unidos, a comercializar... E eles são apenas um quarto da riqueza do mundo. Como é que não estamos sendo atingidos?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu queria participar porque este discurso do Geraldo Mesquita vai ficar nos **Anais**, na história, como um dos mais brilhantes a alertar a Presidência da República para o grave momento que vivemos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, agradeço, sensibilizado, suas considerações, seu aparte.

Agradeço a condescendência do Presidente Alvaro Dias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Mão Santa, do Piauí. Como sempre, brevíssima comunicação!

Em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, atentai bem, o Senado realmente é uma instituição que funciona, porque, nesses 183 anos, são gerações e gerações de iluminados organizados.

Os Senadores, pela manhã, recebem uma mídia com todos os assuntos que interessam ao País e ao mundo. Ô, Paim, Ô Geraldo Mesquita, depois de olhar todas as informações, tirei a mais importante, que é uma lástima, e lamento, mas é verdade. Olha, eu acho que quem tem mais ajudado Sua Excelência o Presidente da República sou eu, porque eu levo a verdade. Cristo dizia: "De verdade em verdade vos digo". Paim, quando for ao México, verás uma frase de um General que diz: "Eu prefiro o adversário que me diga a verdade ao puxa-saco aloprado que me mente e me engana". É o General Obregón. Que coisa bonita que o Presidente deveria entender.

Folha de S.Paulo: "Comissão aprova o fim do fator previdenciário". Paulo Paim, eu vou dizer: eu fui representar este Senado com Dornelles e o Ministro Lupi, na OIT, em Genebra. Eu disse: "Ministro, o mais bonito do Governo Luiz Inácio – gente boa, o Lupi, agradável – foi o salário mínimo que melhorou." Quando

aqui nós entramos, era US\$70. Paim esbravejou ali que íamos passar para US\$100, e eu fui seu Cirineu nessa jornada. Hoje já está por US\$220. Essa foi a maior realização. E o Ministro parou, mudou o discurso dele e eu sugeri que terminasse com Rui Barbosa, que só tinha cinco minutos. Rui Barbosa disse: "A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador." Ele veio antes, ele é que faz a riqueza.

Isso, com certeza – está ouvindo, Suplicy? – ele disse inspirado em Deus, que disse: "Comerás o pão com o suor do teu rosto." E no próprio Apóstolo Paulo, que disse: "Quem não trabalha não merece ganhar para comer." Mas e aqueles que trabalharam, os nossos velhinhos aposentados? Ô, Presidente Luiz Inácio, eles estão muito sofridos!

Juscelino tem um pensamento que diz que a velhice é uma tristeza, mas desamparada é uma desgraça. Juscelino, soridente, simpático.

E os nossos aposentados estão desamparados. Nós roubamos os aposentados. Nós, quando eu digo, não é o Luiz Inácio, não, somos nós. O Governo somos nós; tem três pernas: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nós nos comprometemos a pagar dez salários mí nimos; estão recebendo cinco; nós nos comprometemos a pagar cinco salários; e estão recebendo dois.

E Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, que honra esse nome e essa luta – antes de chegar aqui, eu já o conhecia por essa luta – foi que nem o Dom Quixote. Eu o ajudei. Fui Relator na CAE, na Comissão de Justiça, aqui. E posso dizer como Cícero dizia sobre o Senado e o povo de Roma: "O Senado e o povo do Brasil, aqui." Depois de Paim andar muito tempo, por muitos anos, com muitos tropeços, muita luta, ela foi aprovada por unanimidade. E foi à Câmara. Na Câmara, vocês têm de separar o joio do trigo. Aquele Chinaglia, ali, ô vergonha nacional! Atentai bem, é ele o culpado! Atentai bem para o que está aqui, Paim. Eu lamento, Paim. Eu não sei como V. Ex^a ainda não teve um enfarte, porque tanto lutou, com o seu coração grande, generoso e sensível, pelos pobres aposentados deste País.

Olha aí a manchete: "A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que extingue o fator previdenciário, índice usado para calcular o valor das aposentadorias".

Paim ensinou que só o Brasil tem esta vergonha. Nenhuma sociedade do mundo inventou essa malandragem para roubar os aposentados. E ele provou, convenceu a todos. Foi aprovado. Está lá. E a tristeza.

Lembro-me, Geraldo Mesquita, de Charles de Gaulle, aquele que disse: "Este não é um país sério." Foi verdade. Ele estava no Itamaraty, aí começaram a apresentá-lo a general, general, general. Na França tem quatro generais só, cinco em guerra. E ali ele conheceu

uns doze. Ele se virou para o assessor e disse: "Este não me parece um país sério." Mas esse Charles de Gaulle disse o que eu quero lhe dizer. Rapaz, o Rio Grande do Sul, de tanta gente de grandeza, olha aqui. O Charles de Gaulle disse: "Os maiores inimigos da França estão em Paris." Para ele libertar a França do jugo dos alemães, de Hitler, ele teve que fugir para a Alemanha. Os maiores adversários da França estão em Paris. E V. Ex^a, o Líder do Governo, diante PT, diz o seguinte: "Apesar de contar com o apoio de grande parte dos deputados da base aliada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder Henrique Fontana, PT do Rio Grande do Sul, avisou que o projeto não está entre as prioridades do Governo e não deve ser votado em 2008".

Olha, gaúcho, onde está o trabalho de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart, Pedro Simon, Zambiasi? O gaúcho enterrou. Vão morrer os velhinhos. Não dá mais para explorar. Tem é velhinhos se suicidando porque estão capando e estão sofrendo.

Nessas andanças políticas, Gilvam Borges, quero lhe dizer que encontrei muitos aposentados. Por isso, estou falando aqui. Todos choramingando e acreditando no Paim, acreditando no PT, acreditando no Presidente Luiz Inácio. E o Chinaglia embrulha e manda esse do Rio Grande do Sul.

Concedo um aparte ao Paim, que deve estar... Eu compreendo. Ao sair daqui, você tem que ir ao cardiologista Até tu, Brutus! – você tem que dizer isso ao irmão gaúcho, do PT, que está enterrando o seu projeto. Isso é uma indignidade!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, um rápido aparte. Primeiro, quero dizer, por uma questão de justiça, que o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, esteve em Porto Alegre na semana retrasada. Eu conversei com ele, que me disse exatamente que, como o Presidente Lula tinha já anunciado que, uma vez que o projeto do fim do fator e do reajuste dos aposentados fosse aprovado na Câmara, ele não o vetaria. O Arlindo disse a mim que ele colocará os dois projetos em votação, porque entende que a Câmara vai decidir. E se o Presidente não vetar, naturalmente será um ganho enorme para os aposentados. Quanto ao Líder Henrique Fontana, pelo que percebi da sua explicação, ele não é contra o projeto do fator previdenciário. Ele está dizendo que, até o momento, não houve orientação da prioridade. Eu entendo que a orientação da prioridade vai ser dada a partir do dia 26, Senador Mão Santa. Por quê? Nós teremos milhares de brasileiros fazendo uma vigília e uma caminhada em direção à Câmara. Essa caminhada, com certeza, vai garantir a prioridade e, consequentemente, a votação e a aprovação, tanto do 42 como do fator previdenciário ainda neste ano. A mobilização popular é que vai dar

a prioridade. E eu sei que isso vai acontecer no mês de novembro, o mais tardar na data-limite de 3 de dezembro, quando teremos aqui uma concentração que esperamos que ultrapasse a 20 mil pessoas, cujo eixo é o fim do fator previdenciário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo todas as palavras, aliás, a luta do Paim. Continuamos sendo seu Cirineu. Estamos aqui acreditando. Não foi brincadeira a luta. Aquela tem que ter resultado. O Paim não vai nadar, nadar, morrer na praia e, com sua morte, os velhinhos vão sofrer muito.

Então, eu queria dizer o que ele diz, o líder, o gaúcho: “A nossa prioridade agora é votar o fundo soberano [o que é uma besteira, não tem finalidade, principalmente nesse mundo convulsivo da economia. Isso é uma palhaçada nesse momento da economia!] e a medida provisória contra a crise da reforma tributária.”

O jornalista da **Folha de S.Paulo**, sucursal de Brasília, diz: O texto, de autoria do senador petista Paulo Paim (RS), chegou a receber críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo fato de ele não indicar a fonte de recursos para custear o aumento das despesas.

Depois, no entanto, o presidente disse que a proposta não será vetada quando chegar para sua sanção.

Então, os nossos aplausos ao Presidente da República e a nossa decepção quanto ao Líder do PT.

Sr. Presidente, para terminar, diria que lembro-me do Castro Alves, do Navio Negreiro, dos escravos: “Ó, Deus, onde estás que não acaba com o sofrimento desses nossos aposentados? Afastai pessoas como o Líder do PT, que está atormentando e arruinando os nossos velhinhos!”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como vou falar os meus 10 minutos, e quero falar da Assembléia Nacional Constituinte, eu queria ver se seria possível, neste momento, encaminhar um voto de pesar a um grande jornalista que faleceu no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, nos termos do Requerimento nº 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista com 68 anos, escritor e ex-Secretário da Cultura, Luiz Paulo Pilla Vares, ex-Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Luiz Paulo Pilla Vares, bacharel em Direito e estudioso em Política e Filosofia, começou a sua militância no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 60, mas logo aderiu às posições de Leon Trotsky e de Rosa

Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário, depois também na política operária.

Ao lado de Marco Aurélio Garcia (atual Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Presidente Lula), de Flávio Koutzii e do deputado estadual Raul Pont, foi um dos fundadores do Partido Operário Comunista, depois, no Partido dos Trabalhadores. Esteve no PT e tornou-se Presidente Municipal do Paratido, em Porto Alegre.

Ligado à área cultural, foi Secretário de Cultura, na capital gaúcha, na gestão de Olívio Dutra e Tarso Genro, também assessorou Raul Pont e João Verle, quando foram prefeitos da capital. Na gestão de Olívio, à frente do Executivo Estadual, assumiu a Secretaria Estadual de Cultura.

Luiz Pilla Vares estava em casa com a mulher, na rua Venâncio Aires, em Porto Alegre. Segundo informações da família, a morte teria ocorrido de forma natural. Pilla Vares escrevia quinzenalmente para o jornal **Zero Hora**.

Esse cidadão gaúcho, e sobretudo brasileiro, merece de todos o reconhecimento pelos seus feitos. Neste momento, apresento o voto de pesar à família, como singelo gesto de admiração a esse grande líder, e diria aqui em nome de todo o povo brasileiro.

Pilla Vares, Sr. Presidente, é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais, seus pensamentos, estarão sempre junto de nós. Ele era um humanista, um grande homem.

Sr. Presidente, termino dizendo como é bom saber que, no mundo, ainda existem homens e mulheres iguais a Pilla Vares.

Vida longa aos sonhos e projetos do grande e inesquecível Pilla Vares, porque seus projetos continuarão a ser defendidos por todos nós e seus sonhos, com certeza, um dia serão realidade.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento de V. Ex^a terá o seguimento regimental.

V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, 2008 é um ano especial. Eu diria que é quase um ano mágico. Para nós, gaúchos, tem um brilho. Lembramos os 173 anos da Revolução Farroupilha.

Olavo Bilac, o príncipe dos poetas, disse que os farroupilhas foram os primeiros criadores da nossa liberdade política. Olavo Bilac faz quase que uma oração ao povo gaúcho, lembrando a independência política dos Estados em relação à Federação. Também neste ano,

em maio, celebramos os 120 anos da Abolição não-conclusa. Neste ano, teremos ainda a data histórica: 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no dia 05 de outubro lembramos os 20 anos da promulgação da nossa Constituição Federal.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que é o tema do meu pronunciamento de hoje, foi um dos momentos mais bonitos da história do Brasil. Eu estava lá, estava lá vindo da fábrica, fruto de um congresso estadual de trabalhadores, fui eleito Deputado Federal Constituinte. Lembro-me como se fosse hoje, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, no dia 2 de fevereiro, o Deputado Ulysses Guimarães é eleito Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Ele disse uma frase que até hoje tenho viva na minha memória: "Esta será a Constituição Cidadã, porque vai recuperar a vida para cidadãos, milhões de brasileiros segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição. Não teremos medo. Viva a vida que ela vai defender." Palavras do inesquecível Ulysses Guimarães.

Claro que fico um pouco emocionado só de pensar e, às vezes, não tenho como segurar um pouco, eu diria, a palpitação mais forte do coração. Para mim, foram meses em que o povo brasileiro semeou e molhou a terra. Pela primeira vez na história republicana do País, tivemos uma autêntica representação de trabalhadores e trabalhadoras em uma Assembléia Constituinte.

Graças a essa participação, tivemos avanços, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais. Faço aqui um destaque e agradeço, Senador Suplicy, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ex-Governador de Porto Alegre, Olívio Dutra, nós três Constituintes. Éramos poucos, Senadores. Fui indicado junto com os dois para coordenar o capítulo da Ordem Social. Os dois abriram mão. Eu era vice da CUT nacional, e Olívio disse: abrimos mão para que o Paim coordene essa área de assuntos sociais. E fomos lá, com muita alma, muito coração, muita imaginação, e eu com a fibra de um jovem que chega da fábrica para o Congresso. E emplacamos não as 40 horas semanais, mas 44; emplacamos o direito de greve; a estabilidade dos dirigentes sindicais; o aviso prévio acrescido de forma proporcional; adicional de férias acima dos trinta dias; a não-prescrição do direito dos trabalhadores da área rural e urbana; uma redação moderna e atual da questão do salário mínimo; o turno de seis horas; a licença-gestante; a licença-paternidade; a igualdade de direito entre trabalhadores urbanos e rurais; a remuneração

integral dos aposentados e pensionistas – tema que estou debatendo e que vou continuar debatendo, pois está na minha alma, está no meu sangue e ninguém vai conseguir me barrar. Podem saber que, depois do dia 26, esse tema vai voltar à pauta aqui, no Congresso Nacional.

É claro que tivemos muitas propostas, nem todas vitoriosas, mas avançamos. Lamento não termos avançado na redação da reforma agrária, como também não avançamos no fim do voto secreto no Congresso Nacional. Perdi lá, repreendi a proposta aqui, ela está na pauta, PEC 50, para que nenhuma votação seja secreta no Congresso Nacional, seja voto, seja escolha de autoridade, seja projeto, seja **impeachment**, seja cassação de mandato... Voto secreto, não!

Sr. Presidente, eu queria também insistir que estamos ansiosos, claro, para que debates de temas como este sejam trazidos, mais uma vez, ao Plenário desta Casa, mas lembro também que, naquele tempo, as questões ideológicas e mesmo partidárias foram deixadas de lado porque entendíamos nós que o ideal era construirmos um texto moderno.

A lei de greve era uma antiga bandeira de luta do movimento sindical. Não se aceitava, em hipótese nenhuma, que fosse colocada no texto. Lembro-me, como se fosse hoje, ainda jovem, depois de uma reunião onde tive a alegria de estar com Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, João Paulo Pires de Vasconcellos e Renan Tito, de termos chegado a um grande entendimento. Na hora da defesa, quem iria defender na tribuna? Sabíamos que não havia consenso. Pedimos ao Senador Jarbas Passarinho que fizesse a defesa. Ele foi à tribuna e fez a defesa e a redação do direito de greve, assegurado até hoje. Passou por unanimidade.

Lembro-me de outro Parlamentar que marcou, no meu entendimento, a minha memória para sempre: o Deputado Alceni Guerra. Ele foi incansável na defesa da licença-paternidade. Quando foi à tribuna para defender, naquela oportunidade, a licença-paternidade, ele foi quase, eu diria, ridicularizado pelo Plenário. Quando terminou o discurso falando da sua vida – ele é médico – e de seus filhos, ele foi aplaudido de pé por todos os Constituintes, e a licença-paternidade foi aprovada por unanimidade. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que nenhuma Constituição brasileira havia tratado do assunto.

O que dizer da atuação, Senador Alvaro Dias, do grande Mário Covas? É inegável, ninguém pode negá-la. Não falo agora porque ele faleceu, pois eu já dizia isso antes e continuo dizendo: Mário Covas foi o grande líder, na Constituinte, do Bloco Progressista. Ele liderou e fazia a discussão no Plenário do Congres-

so, estando, muitas vezes, Jarbas Passarinho numa tribuna e ele em outra. Rendo aqui minhas homenagens a Mário Covas, que foi o grande líder na nossa Assembléia Nacional Constituinte no que diz respeito aos avanços dos trabalhadores. Até hoje, com certeza, ele faz falta.

Sr. Presidente, é nítido que as conquistas que temos foram alcançadas a partir da Constituição Cidadã. De sua promulgação, até hoje, cerca de 30 milhões de pessoas saíram da linha da miséria absoluta no País. A Constituição de 88 cumpriu seu papel de garantir avanços sociais.

Estou convencido de que fizemos o que tínhamos de fazer, pois carregávamos, naquele momento, todas as esperanças do povo brasileiro. Fomos soldados da nossa Pátria, e isso é motivo de orgulho para todos nós.

Sr. Presidente, quero dizer que não sou a favor, não, da realização de outra Assembléia Nacional Constituinte, como querem alguns. Nós fizemos uma Constituição detalhista? Fizemos, sim! Mas eu faria tudo de novo, porque sei que o retrocesso pode acontecer... Se alguém quiser tirar qualquer artigo da Constituição, terá de ter três quintos de Parlamentares que o acompanhem aqui no Plenário do Senado e também na Câmara.

Se analisarmos o texto da época e o texto de hoje, veremos que muito poucos são os avanços. Se compararmos com o que tínhamos naquela oportunidade, veremos que a maioria das mudanças foi um retrocesso.

Lembro aqui o que não mudamos e que devíamos mudar. A medida provisória, por exemplo, foi um equívoco nosso, os Constituintes. Nós aprovamos porque entendíamos, à época, que, no plebiscito, passaria o parlamentarismo, Senador Mão Santa, mas passou o presidencialismo. Hoje, sabemos, após vinte anos de experiência, que a gente deita com uma legislação e acorda com outra, pelo instituto da medida provisória. Lamentamos. Foi um equívoco de nós todos, Constituintes, termos instituído a medida provisória, porque entendíamos que o decreto legislativo era perverso. Porém, mais grave é o instituto da medida provisória, independente de quem esteja ou tenha estado na Presidência: Presidente Collor, Presidente Sarney, Presidente Fernando Henrique, Presidente Lula... Nós temos de achar uma solução. O instituto da medida provisória só enfraquece o Parlamento. Digo isto com a maior tranquilidade, porque sou parlamentarista. Entendo que o Congresso tem que ser forte. Vacilou, cai o Congresso e vamos às eleições de novo. Aí o povo vai dizer quem prestou e quem não prestou e vão voltar aqueles que realmente prestarem. Creio que o uso

da medida provisória é abusivo e que vamos ter que tomar medidas.

Sr. Presidente, eu gostaria muito de ter mais tempo, mas quero avançar.

Hoje, vendo as mãos calejadas e as rugas na face do nosso povo, que, lá atrás, como eu dizia, se meou e molhou a terra, sei que a nossa democracia social e econômica está consolidada. Está consolidada graças à nossa Constituição, fruto da Assembléia Nacional Constituinte.

Alguns dizem "ele fala tudo isso, mas não assinou". Não é verdade! Votamos a favor e votamos contra. Assinei a nova Carta. Ao meu lado estava Jean Cristian, que tinha 12 anos à época e hoje está com 32 anos. A foto que tiramos naquele dia, 5 de outubro, está até hoje na cabeceira da sua cama.

Sr. Presidente, sei que o tempo não me permite, mas eu queria concluir, nestes quatro minutos que me restam, dizendo que foi um grande momento para mim. Vimos este Congresso lotado. Eram milhares e milhares de pessoas pelos corredores do Congresso. A pressão popular, o exercício da cidadania é que fez com que o texto avançasse. Lamento que isso não aconteça hoje.

Estamos aqui para votar o fim do fator previdenciário, mas os corredores estão vazios. E quem não sabe que o tal fator reduz em 40% o salário de qualquer brasileiro que vai se aposentar? Ele tinha de ter sido derrubado já há tempo, mas vamos tentar derrubá-lo este ano. Como não fazer um movimento social organizado, de baixo para cima, nas ruas, nas vilas, nas câmaras de vereadores, nas assembléias, nos sindicatos, até numa vigília permanente, até que o Congresso vote o fim do fator?

Eu não sou o último dos moicanos, nem sou Dom Quixote, mas, se for preciso, vou fazer a vigília, vou começar a fazer a vigília e sei que outros também farão vigílias nas cidades deste meu querido Brasil, até que se derrube esse maldito fator previdenciário.

Como aqui foi dito, não há um país do mundo que tenha uma lei tão cruel contra o seu povo. Desde 1999, o cidadão que ganha R\$1.000,00, quando se aposenta, passa a receber R\$600,00. Enquanto isso, aquele que recebe R\$25.000,00 se aposenta com R\$25.000,00 e ainda ganha a paridade integral. Ou seja, toda vez que alguém tiver reajuste integral, ele também tem. Não é justo! Se não tem dinheiro para os pobres, não pode ter para os ricos. Se ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário não se aplica o fator e a aposentadoria é integral, desde que tenha o tempo de contribuição, e há paridade, como é que não vai ter para o trabalhador que ganha R\$1.000,00? É inaceitável! Isso não é fruto da Assembléia Nacional Constituinte. Lá, asse-

guramos salário integral, aposentadoria integral e paridade com o salário mínimo; depois é que mudaram. Esse retrocesso tem que ser revisto. É uma questão somente de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, hoje falo aqui da Assembléia Nacional Constituinte, contei um pedaço não só da minha vida, mas das nossas vidas, daquele momento histórico. É preciso que o povo entenda que o Congresso Nacional – isso é fruto do processo democrático – funciona de acordo com a pressão popular. Se não houver pressão popular, alguns vão ficar falando sozinhos aqui no Senado e alguns vão ficar falando sozinhos lá na Câmara. Felizmente, o fim do fator foi unânime aqui no Senado, não houve problema nenhum, assim como também a garantia de os aposentados e pensionistas receberem o mesmo percentual.

A partir do dia 26 começaremos a fazer um movimento para que a Câmara vote pelo fim do fator previdenciário. Não nos forcem a fazer vigília. Vamos tentar, com muito diálogo e entendimento, acabar com esse fator e aprovar para que aquele que ganha um salário menor tenha o mesmo direito do que ganha um salário maior.

Ouço o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero enaltecer a forma bonita como V. Ex^a recordou os momentos tão significativos da Constituinte, que, no domingo último, fez vinte anos da sua promulgação. Aliás, a realização...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A realização das eleições foi num clima de tranquilidade em todo o Brasil. Note, Senador Paim, que não houve praticamente contestações, não houve manifestações de violência, e mesmo nas ações de prevenção realizadas pelas Forças Armadas, por iniciativa da Justiça Eleitoral, não houve necessidade de empreender qualquer grande esforço de energia, porque o povo se comportou de uma maneira muito tranquila, exercendo seu direito de voto. Avalio que isto constitui um dos resultados mais importantes da Constituinte de 1988: a tranquilidade com que o Brasil hoje realiza as eleições, o processo democrático. E V. Ex^a aqui lembrou muito bem daquelas pessoas que tão bem abrilhantaram a Constituinte, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Alceni Guerra e tantos outros, inclusive V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lembrei de Luiz Inácio, Olívio Dutra, Ibsen Pinheiro e tantos outros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Presidente Luiz e de tantos outros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – João Paulo, Bernardo Cabral...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E gostaria também de falar sobre o princípio que V. Ex^a está colocando, da eqüidade entre todos aqueles que trabalham, seja no setor público ou no setor privado. Ou seja, se aqueles que estão trabalhando como Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal ou Deputados e Senadores têm certos direitos no que diz respeito a sua aposentadoria, então que se caminhe no sentido da eqüidade para todos, no setor público e no setor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só isso, Senador Suplicy! O senhor pegou a frase correta. É só isso que nós estamos pedindo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Que, portanto, se caminhe no sentido de eqüidade para os que trabalham no setor público e no setor privado. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy, pelo seu aparte.

V. Ex^a sabe o respeito que tenho pela sua vida, pela sua história e pela sua persistência. Quando muitos diziam que a renda mínima não seria uma realidade, V. Ex^a provou que estava certo, e hoje, para alegria de milhões de brasileiros – e até de outros países –, estamos avançando nesse seu projeto.

Tenho certeza de que o princípio de uma Previdência universal, igual para todos, poderosos e pobres, é possível. Nós não estamos pedindo regalia nenhuma; simplesmente, se pagar sobre vinte mil, vai se aposentar proporcionalmente ao que pagou, mas quem pagou sobre mil não pode se aposentar com seiscentos. E V. Ex^a reafirma esse princípio, que é o princípio só da paridade, da igualdade: direitos e deveres iguais para todos.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Mão Santa, agradeço mais uma vez pela tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu concluisse, na íntegra, o meu pronunciamento. Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 2008 é um ano especial. E para nós gaúchos tem uma certa magia. Lembramos os 173 da Revolução Farroupilha.

Olavo Bilac, o príncipe dos poetas brasileiros, disse que os farroupilhas foram os primeiros criadores da nossa liberdade política.

Em maio celebramos os 120 Anos da Abolição Não Conclusa. Este ano teremos os 60 Anos da De-

claração Universal dos Direitos Humanos, e, no dia 5 de outubro, foram os 20 Anos da promulgação da Constituição Federal.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que é o tema do meu pronunciamento de hoje, foi um dos momentos mais bonitos da história do Brasil. E eu estava lá como Deputado constituinte.

No dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a Sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

No dia 2 de fevereiro, o Deputado Ulysses Guimarães é eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Naquele dia ele disse uma frase que até hoje tenho viva na minha memória:

Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender.

Fico emocionado só de pensar e, às vezes, não tenho como segurar as lágrimas.

Para mim foram meses em que o povo brasileiro semeou e molhou a terra.

Pela primeira vez na história republicana do País tivemos uma autêntica representação de trabalhadores numa Assembléia Constituinte.

Graças a essa participação, tivemos alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais: jornada de trabalho semanal de 44 horas; direito a greve; estabilidade dos dirigentes sindicais; aviso prévio acrescido e proporcional; adicional de férias; a não-prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano; turno de seis horas; licença-gestante; licença-paternidade; igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos; remuneração integral da aposentadoria.

É claro que tivemos algumas proposições que não foram alcançadas, como a reforma agrária, o fim do voto secreto no Congresso Nacional, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço.

Estávamos tão ansiosos por mudanças que muitas vezes deixamos de lado questões partidárias e ideológicas e fomos a fundo buscar os melhores encaminhamentos.

A lei de greve era uma antiga bandeira de luta do movimento sindical. Havia um grupo que não aceitava essa posição, mas nós conseguimos por meio de muito diálogo nos articularmos.

Por várias vezes nos reunimos com Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio

Dutra, João Paulo Pires de Vasconcellos e Renan Tito, entre outros, para chegar a um entendimento. Quando a redação ficou pronta, pedimos carinhosamente para o Deputado Jarbas Passarinho que lesse e defendesse o projeto. O texto estava equilibrado e foi aprovado por unanimidade.

O Deputado Alceni Guerra foi incansável na defesa da licença-paternidade.

Certa vez ele foi ridicularizado enquanto discursava e, no final da explanação, o Plenário literalmente veio abaixo com assobios e aplausos. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que antes nenhuma Constituição brasileira tratou do assunto.

E o que dizer da atuação do grande Mário Covas? Ele foi o grande articulador da Constituinte. Até hoje ele nos faz falta.

Sr. Presidente, é nítido que as conquistas que temos foram alcançadas a partir da "Constituição Cidadã".

A partir da sua promulgação, até os dias de hoje, cerca de 30 milhões de pessoas saíram da miséria absoluta no País, apenas para dar um exemplo. Então, a Constituição de 88 cumpriu o seu papel de garantir avanços sociais.

Estou convencido de que fizemos o que tínhamos de fazer, pois carregávamos naquele momento todas as esperanças do povo brasileiro.

Fomos soldados da nossa pátria, e isso é motivo de orgulho para nós.

Sr's e Srs. Senadores, atualmente sou contra a realização de uma nova constituinte, como querem alguns.

Mas não descarto a possibilidade de fazermos mudanças pontuais.

Isso vai depender de um grande entendimento nacional.

Lembro que a Medida Provisória com força de lei foi um equívoco deixado pela Constituinte.

Achávamos que passaria o parlamentarismo e não o presidencialismo, por isso incluímos a medida para ser usada em casos de urgência e relevância.

Creio que o uso abusivo de MPs para governar o País é uma das causas da desmoralização do Congresso Nacional.

Por isso entendo que esse ponto poderia ser revisado na Constituição.

Para finalizar, Sr. Presidente, hoje, vendo as mãos calejadas e as rugas nas faces desse mesmo povo, que lá atrás semeou e molhou a terra, sei que a nossa democracia social e econômica está sendo consolidada cada vez mais.

No dia em que assinei a nova Carta Constitucional, o meu filho Jean Cristian, estava ao meu lado.

A foto que tiramos naquele 5 de outubro de 1988, até hoje está na cabeceira de sua cama.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo pelo belo pronunciamento em homenagem à nossa Constituição Cidadã, que fez vinte anos e foi beijada por Ulysses Guimarães, que disse que desrespeitar, desobedecer à Constituição da República Federativa do Brasil é como rasgar a Bandeira do Brasil.

Como uma homenagem da Mesa, nós queremos relembrar que ela foi assinada em 5 de outubro de 1988, tendo como Presidente Ulysses Guimarães, do PMDB; Vice-Presidente, Mauro Benevides, hoje do PMDB; Jorge Arbage, 2º Vice; Marcelo Cordeiro, 1º Secretário; Mário Maia, 2º Secretário; Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário; Benedita da Silva, 1º Suplente de Secretário; Luiz Soyer, 2º Suplente de Secretário; Sotero Cunha, 3º Suplente de Secretário; Bernardo Cabral, Relator-Geral. Esses foram os mais proeminentes que fizeram e outorgaram a nossa Constituição Cidadã.

Convidamos a usar da palavra, como orador inscrito, por cessão do Senador Leomar Quintanilha, o Senador Alvaro Dias, tucano do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Srs. Senadores, Sr's Senadoras, nada como um dia após o outro, ou melhor, nada como uma crise após a outra, ou ainda melhor, nada como um programa econômico após o outro.

O Presidente Lula tentou negar a realidade e vender ilusões. Em meio à já reconhecida pior crise mundial desde 1929, é assustador saber que o Presidente está mais preocupado com danos a sua imagem que com o País. Ele dá mais importância às palavras que aos fatos; à embalagem que ao conteúdo; à propaganda que às ações. Usa as palavras para esconder fatos, não para esclarecer. O valor do Real já despencou 35%. De 26 moedas emergentes, o Real foi a que mais perdeu. É como se o Brasil tivesse encolhido US\$309 bilhões, desde agosto, se o PIB fosse calculado em dólar. Portanto, isto é muito sério, Senador Mão Santa. Não é uma brincadeira.

O Planalto proibiu a palavra maxidesvalorização, assim também proibiu a palavra “pacote”. O Presidente, durante a comemoração dos 70 anos do Sindicato dos

Químicos do ABC, em Santo André, garantiu que em seu Governo não haveria pacote econômico. “No meu Governo não terá pacote econômico, porque todos os que foram feitos ao longo da história não deram certo”, disse o Presidente.

No entanto, nos últimos dias, o Presidente passou a dizer que “temos o Proer”. Em discurso para empresários, no Fórum Brasil-México, no Recife, o Presidente ofereceu o seu “know-how para salvar bancos” ao presidente Norte-Americano George Bush. Chegou a dizer que, se os americanos precisarem, poderemos mandar tecnologia!

Mas o Proer não era apenas um programa para salvar banqueiros? O Presidente Lula e o seu Partido não foram os que fizeram as críticas mais duras ao Proer e, inclusive, viajaram por todo o País dizendo que o programa nada mais era do que pura mamata para banqueiros? Não foi isso o que ouvimos durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por muito tempo?

Em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, em 31 de dezembro de 1995, Lula criticou o Proer e fez as seguintes indagações:

Por que o Governo não ofereceu dinheiro a 2% de juros ao ano para financiar os milhares de consumidores com prestações em atraso, que pagam de 10% a 15% ao mês? Por que não ofereceu financiamento barato para pequenos e médios empresários pagarem as contas em atraso e investirem na produção? Por que não arranjou recursos para financiar a casa própria de milhares de brasileiros que vivem de aluguel, moram nas favelas ou debaixo de pontes?

O Presidente Lula, em artigo publicado, fazia essas indagações.

O PT, inclusive, ingressou, Senador Mão Santa, no Supremo Tribunal Federal, em dez de novembro de 1995 – disse aqui ontem, já – com uma Adin com pedido de liminar, suspendendo a vigência e a eficácia da medida provisória. A Adin levou a assinatura do atual Advogado-Geral da União, José Antônio Dias Toffoli, e do Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil, Luiz Alberto.

Eu consigo até imaginar como se comportaram essas pessoas agora, ao examinarem os aspectos legais e jurídicos da medida provisória que criou o chamado Proer do Lula, esse novo Proer. Imagino como se comportaram. Provavelmente se recordaram da Adin que propuseram não faz tanto tempo. Eu imagino que devam ter boa memória, até porque ocupam cargos importantes na República. Certamente se re-

cordaram. E eu pergunto: Revisaram seus conceitos? Conseguiram dormir? Tiveram paz e tranqüilidade de consciência?

Olha, como se não bastasse, Presidente, houve também a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados, em 2001, que teve como foco investigar quais foram os créditos e como foram aplicados os recursos do Proer. Como fica, então, o pacote de socorro aos bancos agora baixado pelo Presidente Lula na calada da noite da última segunda-feira? Com edição dessa Medida Provisória nº 442, ele cria um programa parecido com o Proer, disfarçado, envergonhado, para enfrentar a crise financeira.

Portanto, faço aquelas mesmas perguntas que o Presidente Lula fez por ocasião da criação do Proer no governo Fernando Henrique Cardoso. Tenho certeza de que o Presidente e o PT sabem agora as respostas para aquelas perguntas. Responda, Presidente Lula, ou mande o seu Partido responder aqui, da tribuna do Senado Federal, àquelas perguntas que Vossa Excelência formulou em artigo publicado quando da edição da medida provisória que instituiu o Proer.

Além do mais, o que se comenta é que o Proer do Lula é para salvar pequenos bancos. E pergunto agora: não seria uma oportunidade para salvar os bancos que operaram o mensalão? Eu gostaria que o Presidente Lula, ou o Sr. Henrique Meirelles, ou o Sr. Ministro Mantega respondessem a essa indagação. Há especulações em torno da indagação que faço. Eu gostaria de obter respostas.

Se o Presidente Lula, naquele tempo do Proer FHC, tinha autoridade política para formular as indagações que formulou, por que não temos nós a mesma autoridade política para repeti-las agora, acrescentando essa? Não seria oportunidade para salvar os bancos que operaram o mensalão, Presidente Lula?

Srs. Senadores, lembro que o Presidente Lula, hábil manipulador, já disse “temos o real!”, apesar de o PT ter votado contra o Plano Real no Congresso. E o Presidente também já disse “temos a Lei de Responsabilidade Fiscal!”, apesar de o PT também ter entrado na Justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que transformou o conceito de administração pública neste País e que colocou um freio no irresponsável processo de endividamento público desta Nação. Mas o PT não queria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, Lula diz “temos a Lei de Responsabilidade Fiscal!”. Que bom que temos, Sr. Presidente! Lamentavelmente, não temos para o seu Governo, temos para os governos estaduais e para os governos municipais, e, por isso, Presidente Lula, o seu governo é perdulário, é gastador, é um governo que desperdiça, que aplica mal os recursos públicos, que superfatura obras públicas.

Lamentavelmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal não alcançou ainda o Governo Federal.

É por isso que lá no Piauí do Senador Mão Santa dizem que filho feio não tem pai; mas, quando o filho é bonito, todos querem ser o pai. Mesmo após uma década da criação do Proer, ele tem hoje vários pais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos apreciar a medida provisória que institui esse novo Proer, a Medida Provisória nº 442. E anuncio desde já que vou apresentar duas emendas, tentando aprimorá-la.

Nós da Oposição aceitamos essa medida provisória porque ela é relevante e urgente. Essa não é inconstitucional. Há uma crise que o Presidente da República tentou esconder, mas que é real, visível, contundente. Ela pode ser uma verdadeira hecatombe no sistema financeiro mundial e, evidentemente, atinge o nosso sistema. Portanto, a Oposição é responsável, a Oposição de hoje é responsável e vamos aprovar as medidas propostas pelo Governo, mas queremos promover alterações.

Eu não posso concordar, por exemplo, que o Banco Central tenha em mão um cheque em branco que lhe permita até se apropriar das aplicações financeiras dos brasileiros. Os poderes excepcionais que o Governo está transferindo ao Banco Central, neste momento de crise, permitirão a ele inclusive apropriar-se das aplicações financeiras do povo brasileiro. E este País já viveu esse drama. O Brasil não quer mais essa experiência. Temos que aprovar essa medida provisória, mas com as necessárias alterações. Nenhum penduricalho imoral poderá ter o aval da Oposição nesta Casa, em que pese a crise que nos preocupa tanto.

Quero também, Sr. Presidente Mão Santa, valendo-me da generosidade de V. Ex^a, fazer referência ao que está ocorrendo no Equador.

O Governo do Equador ratificou ontem a revogação do contrato com a construtora Odebrecht. Está expulsando essa construtora daquele país. Alega desrespeito a acordos celebrados e oferece trinta dias para encerrar as operações naquele país.

Hoje, vamos aprovar aqui mais de 50 requerimentos. Um deles, de minha autoria, requer uma auditoria do Tribunal de Contas da União no BNDES relativamente aos contratos celebrados pelo banco com países, a concessão de empréstimos, bilhões de dólares de empréstimos concedidos a outros países, inclusive ao Equador, por meio de empresas brasileiras.

Há muito tempo, desde 2005, Senador Mão Santa, estamos batendo nessa tecla, pedindo essa auditoria, Senador Paulo Paim, porque não concordamos com que os brasileiros fiquem em segundo plano, com que os empreendedores nacionais sofram as consequências da falta de crédito, com que empresas brasilei-

ras deixem de se ampliar, com que novas empresas deixem de surgir no País gerando emprego, receita pública e renda, porque o Governo brasileiro utiliza o caixa do BNDES para financiar obras no exterior, e são bilhões de dólares. Esse requerimento será aprovado hoje, finalmente.

O que fará o Governo brasileiro, agora, com o Equador? Porque o alvo, agora, é a Petrobras. O Presidente Rafael Correa ameaça nacionalizar o Bloco 18 da Petrobras, que produz 32 mil barris de petróleo por dia, caso a empresa não renegocie o contrato.

A Bolívia chantageou e conseguiu o que queria. O Equador segue o exemplo, a estratégia da chantagem. Vão colocar a mão na Petrobras no Equador. E o Governo brasileiro, o que fará? Qual será a reação do Governo brasileiro? O que o Presidente Lula imagina fazer agora diante dessa ameaça equatoriana? É preciso que o Governo brasileiro reaja com a dignidade dos brasileiros, com a grandeza deste País, para evitar o que já ocorreu na Bolívia.

O Presidente da República afirmou ontem que não sabia do volume de dívidas contraídas por bancos e por empresas brasileiras no exterior. O Presidente Lula não sabe de muita coisa, ele precisa saber, ele foi eleito para saber. Quem não sabe não deve pleitear o voto da população. O Presidente Lula não sabe que o Brasil sofreu enormes prejuízos nessa operação boliviana? O Presidente Lula precisa saber que o Brasil vai sofrer enormes prejuízos nessa operação equatoriana, se ele não agir com pulso forte.

Senador Mão Santa, eu agradeço, mas eu não poderia deixar de exteriorizar a minha indignação diante da complacência com que o Governo brasileiro vem agindo ao enfrentar determinadas situações. O enfrentamento dessa crise desnuda o Governo brasileiro.

A primeira tempestade que se avistou colocou o Governo brasileiro na lona, porque, Senador Mão Santa, as ações do Governo do nosso País neste momento, diante da grandeza da crise financeira internacional, são primárias.

O Governo não está se apresentando com o nível de competência que se exige para enfrentar esta situação. E o Presidente Lula, que é grande comunicador de massa, não tem a mesma habilidade para se comunicar com especialistas que podem, neste momento, inspirá-lo a tomar decisões mais adequadas.

Fica o apelo da Oposição. A crítica é essa, que nos perdoem os apaixonados pelo Presidente, que nos perdoe o Presidente Lula. Nós estamos falando com o coração e com absoluta franqueza. Nós estamos falando, porque estamos preocupados.

Mas queremos dizer ao Presidente Lula que estamos aqui, a sua disposição, para aprovar, em re-

gime de urgência, todas as medidas que se fizerem necessárias para salvar o País de uma situação de precariedade diante da crise econômica internacional. Nós não queremos que o povo brasileiro sofra as consequências desta crise. E, por isso, Sr. Presidente, as críticas não serão retiradas, mas nossa disposição de colaborar, de ajudar, de aprovar está manifesta não só em nossas palavras, mas, sobretudo, na ação concreta e objetiva de nosso Partido, por intermédio do Presidente Sérgio Guerra.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após brilhante pronunciamento de 20 minutos do ilustre Senador da República que representa, com grandeza, o Estado do Paraná e o PSDB, vamos chamar, pela Liderança do PMDB, o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina. Depois, para uma comunicação inadiável, o Líder do PMDB, Renan Calheiros.

Senador Neuto de Conto, V. Ex^a regimentalmente tem cinco minutos, mas pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, no último dia 5 de outubro, numa jornada cívica, realizaram-se eleições em todos os Municípios do nosso Brasil. Foi uma jornada histórica, muito rica, que nos traz muita reflexão.

Em todos os Municípios, todos os partidos lançaram seus candidatos, com suas propostas, idéias, suas lideranças e, principalmente, vontade de trabalhar e de lutar por suas comunidades.

Sr. Presidente, nos 293 Municípios de Santa Catarina, foi uma eleição totalmente atípica, em que não se viu papel nas ruas, nem propaganda nos postes, não houve aquela batalha das militâncias; tudo aconteceu de forma completamente diferente das tradicionais. Foram eleições propositivas, de crença, de fé, do corpo a corpo e de muita análise da sociedade para escolher os seus candidatos.

Muitos ganharam, muitos perderam, mas certamente ganharam aqueles que apresentaram propostas que convenceram a sociedade a ter a crença, a fé e a esperança nos próximos quatro anos de administração nos Municípios.

Registra-se também, com muita ênfase, o trabalho extraordinário da Justiça Eleitoral. Com muita precisão e principalmente com muita agilidade, devido às urnas eletrônicas, Santa Catarina foi o primeiro Estado do Brasil a apresentar resultados finais.

Os partidos colaboraram muito com a luta, com a defesa das idéias, com a defesa das propostas e

também com a capacidade e com a competência dos seus candidatos.

A imprensa, como condutora das mensagens e principalmente das informações, também foi muito destacada nesse processo.

Sr. Presidente, em Santa Catarina, o Governo Luiz Henrique, do PMDB, descentralizou o Estado, criando 36 secretarias regionais, e, no próximo exercício, concluirá todos os asfaltos de acessos a todos os Municípios; S. Ex^a tem tido uma participação extraordinária.

Em nosso Estado, eu gostaria de ressaltar os números: dos 293 Municípios, o PMDB elegeu 111, com a conquista de uma em cada três prefeituras na eleição municipal.

O PMDB foi o Partido que mais cresceu na soma total de votos. Os candidatos peemedebistas obtiveram 1.037.790 votos, o que equivale a cerca de 40% dos votos válidos. “Ganhamos mais de 180 mil novos eleitores em relação à disputa de 2004”, comemora o presidente da sigla, o ex-Governador Eduardo Pinho Moreira.

Com 111 prefeitos eleitos – 37,5% do total –, o PMDB também dobrou o segundo colocado, que venceu em 55 Municípios. Somando os candidatos que se elegeram como vice-prefeitos, o Partido estará no comando, a partir de 2009, em 145 prefeituras catarinenses.

O PMDB também poderá faturar uma das vitórias mais importantes e históricas com a reeleição do nosso candidato, companheiro Dário Berger, na capital do Estado, que somou, no primeiro turno, mais de 94 mil votos.

No Poder Legislativo, o PMDB garantiu uma média de 2,8 vereadores por Município, somando 843 eleitos. Somos o partido com o maior número de prefeitos, de vice-prefeitos e de vereadores, praticamente o dobro do mais próximo que nos alcançou, Sr. Presidente.

No Brasil também não foi diferente. No Brasil, com 5.563 Municípios, o PMDB elegeu 1.194 prefeitos. O mais próximo elegeu somente 780. E nós também elegemos 8.469 vereadores. O mais próximo chega a 5.896.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa é a força, é a potência, é a força viva da militância dos vereadores, dos deputados estaduais, dos deputados federais, dos senadores, dos governadores, da grandeza do PMDB de Santa Catarina e do Brasil.

Deixo este registro para que a Casa, o País conheça com mais profundidade o pleito de 5 de outubro, que engrandece o Brasil e, em particular, o nosso Partido, o PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Líder do PMDB, Neuto de Conto, de Santa Catarina, com quem aprendi muito. Aprendi que nós não podemos abdicar a Presidência desta Casa e, muito menos, a Presidência da República. Nós somos quantitativamente o maior partido e qualitativamente... Então, aqui Deus quis e me permitiu, na Presidência desta Casa, buscar entre os Líderes deste grandioso partido à Presidência da República, e convidar até o do PT, Suplicy, para ser vice de nossa chapa, porque nós não vamos admitir retroagir ao PMDB de sua história: à Presidência desta Casa e à Presidência do Brasil.

Quis Deus me permitir também convidar, para usar da palavra, o Senador Renan Calheiros, que traduz a grandeza do PMDB. Quando eu vejo V. Ex^a, eu revivo aquele poema **Canção do Tamoio**, de Gonçalves Dias: “(...) A vida é combate, que aos fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”. V. Ex^a, esse forte e bravo Líder do PMDB. E manifesto isso com gratidão, porque V. Ex^a foi Ministro da Justiça deste País, e eu era Governador do Estado do Piauí. Nenhum Ministro da Justiça contribuiu tanto para o Piauí. Nós conseguimos combater o crime organizado e V. Ex^a doou, pela sua obstinação, o melhor sistema penitenciário do Brasil, que foi construído no nosso Governo, quando V. Ex^a era Ministro da Justiça.

A gratidão do povo do Piauí foi expressada quando coloquei no seu peito a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença do Estado do Piauí, traduzindo a gratidão do meu povo.

V. Ex^a regimentalmente tem cinco minutos, mas pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Mão Santa, as gentis palavras de V. Ex^a. Agradeço muito mesmo.

Quero cumprimentar também esse querido amigo, Senador Neuto de Conto, que faz aqui um brilhante relato das eleições no seu Estado, no País, sobretudo do desempenho do PMDB.

A história do voto no Brasil, Sr. Presidente, começou 32 anos após Cabral ter desembarcado no País. Foi no dia 23 de janeiro de 1532 que os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa – São Vicente, em São Paulo – foram às urnas para eleger o Conselho Municipal.

Quatrocentos anos depois, outro passo importante da democracia: as mulheres brasileiras conseguem o direito do sufrágio. E, um ano depois, na Constituinte de 1933, votam pela primeira vez.

Mesmo assim, Senador Tião Viana, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral de 1932 permitia

apenas que mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras com rendas próprias pudessem votar.

De lá para cá, nosso sistema eleitoral desaguou numa democracia representativa que pode não ser perfeita, mas é sem dúvida nenhuma a melhor.

Nossa República evoluiu com a sociedade, nasceu sem povo, mas passou, aos poucos, a incorporá-lo.

Primeiro, vieram as classes rurais, depois, as urbanas, passando pelos liberais e chegando a um ponto, Sr. Presidente Mão Santa, em que foram incorporados mesmo os trabalhadores, os operários, em sua maior expressão.

O Presidente Lula tem raízes profundas no povo brasileiro e na classe trabalhadora também. Ele conhece de perto as dificuldades do dia-a-dia dos cidadãos, principalmente os menos favorecidos, e sabe, como ninguém, que a evolução de nossa democracia depende do sistema político-partidário, hoje, infelizmente, anacrônico e ultrapassado.

Como disse o Senador José Sarney, um dos homens públicos mais experientes deste País – ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal –, “Nos momentos de crise, exacerbam-se virtudes e defeitos dos homens e dos sistemas, porque não são somente os homens que agem e que transformam, mas também os sistemas políticos, os instrumentos que são desenvolvidos para criar e operar o Estado”.

Ciente disso, Senador Tião Viana, a sociedade brasileira cobra o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas. E jamais alcançaremos esse objetivo se não realizarmos uma imediata, ampla e profunda reforma político-partidária.

Ela é imprescindível para o País e pode ser naturalmente compatibilizada com quaisquer outras votações que aconteçam no Congresso Nacional.

Essa é a verdadeira caixa de ressonância nacional. Por isso, a sociedade, o próprio Executivo, o Judiciário e o Legislativo têm de ser sensíveis ao desejo de mudanças.

Durante muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sugeri, em diversas oportunidades, aqui mesmo desta tribuna do Senado Federal, uma participação maior do Governo neste tema, que, na verdade, não é do Governo; é um tema do Parlamento.

No modelo de presidencialismo de coalizão, o papel do Executivo é dar um norte à agenda legislativa. E, felizmente, é o que continua acontecendo no nosso País. Recentemente, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Relações Institucionais e do Ministério da Justiça, apresentou ao Congresso Nacional sugestões para a reforma política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por falar em reforma política, quero destacar aqui o espírito público altivo do Ministro José Múcio, que sempre esteve atento à necessidade de mudanças em nosso sistema político-partidário.

No documento foram elencados seis pontos: fidelidade partidária, lista fechada de candidatos, financiamento público de campanha, inelegibilidade, fim das coligações proporcionais e cláusula de barreira, também conhecida como cláusula de desempenho.

Os cinco primeiros pontos estão sendo encaminhados à Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei; e o sexto ponto, por meio de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, é uma iniciativa extremamente louvável, ainda que com o caráter contributivo de que foi revestida. O objetivo é, sem dúvida, estimular o debate e fomentar as mudanças, logo após o fim das eleições.

Esse é um assunto que acompanho, desde que iniciei a minha atividade parlamentar. Como Líder e como Presidente do Senado Federal, participei de várias reuniões com Senadores e Deputados para encontrar meios de fazer a reforma andar. Não é fácil, Sr. Presidente. Sempre nos deparamos com os mesmos problemas. É sempre muito difícil o Parlamento mudar as regras sob as quais se elegeu. É preciso muita conversa, é preciso buscar convergências, para concretizar este que é o grande objetivo: fazer esta que deveria ser a primeira de todas as reformas.

Como dizia, é natural debater incansavelmente um assunto polêmico, que, feita a reforma política, modificará drasticamente a ordem político-partidária do País.

Os passos que demos no Congresso Nacional nos últimos anos podem não ter sido nem o anseio dos conservadores, muito menos o sonho dos reformadores, tampouco, a utopia dos revolucionários, mas, sem dúvida, Senador Tião Viana, constituíram sólidos avanços, cautelosos, porém, essenciais, em busca da estabilidade da nossa legislação político-partidária.

Desde as alterações instituídas pela Constituinte até a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1995, foram importantes mudanças. Em 2002, depois de quatro anos de votações, o Senado concluiu os últimos pontos da reforma político-partidária. Infelizmente as circunstâncias, desde então, criaram uma série de entraves para seu trâmite na Câmara dos Deputados, mas hoje há quase um consenso de que sem a reforma, as nossas instituições correm o sério risco de cair em total descrédito. Temos de discutir e encontrar uma solução definitiva para o financiamento

das campanhas eleitorais, sendo uma tendência forte, bem forte, a opção pelo modelo exclusivamente público. Há naturais resistências e temores quanto à aceitação desse avanço pela opinião pública, tendo em vista, Sr. Presidente, os ônus financeiros e orçamentários dele decorrentes.

A aceitação dessa mudança, porém, implica necessariamente alterar o sistema de votação proporcional. Penso também que devemos lançar mão de um sistema misto de eleição.

Outras questões como a fidelidade partidária, por exemplo, podem ser facilmente resolvidas, tanto pela legislação ordinária quanto com medidas **internal corporis** no âmbito dos Regimentos Internos das duas Casas do Congresso Nacional. Os partidos não podem se transformar em albergues de conveniências que eventualmente podem encobrir interesses inconfessáveis.

A pauta, como se vê, é extensa. Nesse debate, teremos obrigatoriamente de nos defrontar com a coincidência de todos os mandatos, o que elimina o alto custo de uma eleição por biênio.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é desejável reduzir o tempo de campanha e a duração do horário gratuito na televisão e no rádio. Precisamos de igualdade nos prazos de desincompatibilização e, principalmente, da possibilidade de que suplentes de Senadores também sejam escolhidos pelo voto e não pela simpatia dos titulares.

Outra mudança requerida são as cláusulas de desempenho e a federação de partidos, que foram aprovadas em reformas anteriores do nosso Código Eleitoral e antecipadas pela Justiça Eleitoral, mas que também, Sr. Presidente, estão em discussão no âmbito da reforma política.

Eu gostaria de lembrar que a democracia é tão mais saudável e desenvolvida quanto maior é o respeito pelas minorias. Assim, é recomendável que adotemos a federação como uma forma de proteger partidos históricos como o Partido Comunista do Brasil, o PPS, o PSB e o PDT que representam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, minorias organizadas e que fazem um contraponto saudável às forças político-partidárias hegemônicas do nosso País.

Como se vê, o tema é vasto e complexo e precisaria ainda de várias horas de debate para que pudéssemos todos discorrer sobre ele, mas a reforma política, Sr. Presidente, deve ser considerada como base, como base mesmo para a realização de outras reformas porque é dela que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político, nas diversas instâncias em que ele se apresenta.

Era, portanto, a contribuição que eu tinha a dar hoje ao Senado Federal. Tenho absoluta convicção de que esse será um tema muito forte a predominar na nossa agenda legislativa até o final deste semestre.

V. Ex^a sempre foi um destacado debatedor deste assunto e, como ninguém, sabe da necessidade de avançarmos com relação à reforma política para que possamos ampliar a legitimidade dos parlamentos, dos mandatos e que possamos, mais do que nunca, deixar absolutamente clara e transparente a verdade do nosso processo eleitoral.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, permite-me um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Antes de encerrar, se o Senador Tião Viana me permitir, eu gostaria de incorporar com satisfação o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. É bom vê-lo na tribuna, defendendo as grandes teses, como essa da reforma política. Por outro lado, quero também cumprimentá-lo pela parceria que tem feito conosco para ver se buscamos definitivamente uma saída para esse famigerado fator previdenciário. V. Ex^a, e todos os Senadores o acompanharam, tem ajudado, na conversa com alguns setores, para uma solução. Por isso, faço questão de cumprimentá-lo de público por todo o pronunciamento. Entendo também, embora há poucos minutos tenha dito que seria contra uma nova Assembléia Constituinte, que de forma pontuada, na Assembléia Nacional Constituinte, podemos aprimorar o texto promulgado há 20 anos. Obrigado pela parceria em todos esses momentos e nesse momento histórico da caminhada – quem sabe? – rápida da história do fator previdenciário. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a e incorpoço com muita satisfação o seu aparte ao meu modesto pronunciamento. Desejo dizer a V. Ex^a, mais uma vez, que, com relação a essa questão inadiável do fator previdenciário, é fundamental que possamos trabalhar para unir os diferentes setores da sociedade, do Parlamento, a fim de que tenhamos, num curto espaço de tempo, a solução possível. No que eu puder modestamente colaborar, V. Ex^a conte com a minha participação para que nós, juntos, trabalhando verdadeiramente, contornando dificuldades, possamos alcançar esse objetivo, que é, hoje, o do País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, pela notável manifestação sobre a importância da reforma do sistema político brasileiro. A Presidência tem o mesmo entendimento de que esta deve ser a prioridade nº 1 da agenda do Congresso Nacional.

Tenho certeza de que teremos êxito nesse desafio que a sociedade tanto nos cobra e que é justa a resposta que vamos dar, a partir de méritos como esses colocados por V. Ex^a no conteúdo da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.174, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLS nºs 185/2005 e 183/2006 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO N° 1.175, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 106/2007 com os PLS nºs 18/2005, 8/2005, 355/2004, 45/2006, 42/2007, 301/2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO N° 1.176, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLC nºs 68/2006, 52/2006, com os PLS 124/2004 e 43/2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

REQUERIMENTO N° 1.177, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos OFS “S” nºs 9/2003 e 2/2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.178, DE 2008

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e ex-secretário da Cultura Luiz Pilla Vares.

Justificação

Luiz Pilla Vares, bacharel em Direito e estudioso de política e filosofia, começou militando no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 60, mas logo aderiu às posições de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário (POR) e depois na Política Operária (POLOP).

Ao lado de Marco Aurélio Garcia (atual assessor especial para Assuntos Internacionais do governo Luiz Inácio Lula da Silva), de Flávio Koutzii e do deputado estadual Raul Pont, foi um dos fundadores do Partido Operário Comunista (POC). Ingressou no PT e tornou-se presidente municipal do partido em Porto Alegre.

Ligado à área cultural, foi secretário da Cultura na capital gaúcha nas gestões de Olívio Dutra e Tarso Genro. Também assessorou Raul Pont e João Verle quando estes foram prefeitos. Na gestão de Olívio à frente do Executivo estadual, assumiu a Secretaria Estadual da Cultura.

Luiz Pilla estava em casa, com a mulher, na Rua Venâncio Aires, em Porto Alegre. Segundo informações da família, a morte teria sido por causa natural. Pilla Vares escrevia quinzenalmente para o Jornal Zero Hora.

Esse insigne cidadão gaúcho e, sobretudo, brasileiro merece de todos o reconhecimento pelos seus feitos. Neste momento apresento voto de pesar à família como singelo gesto de admiração a sua pessoa.

Pilla Vares, ele é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais e pensamentos estarão sempre juntos de nós, ele era um grande humanista. Como é bom saber que no mundo ainda existem homens e mulheres iguais a você, vida longa aos sonhos e projetos do grande e grande Pilla Vares.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

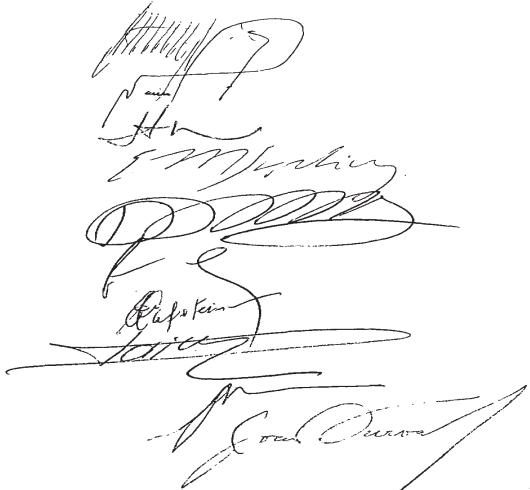
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.179, DE 2008

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeiro a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de outubro, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador, que é comemorado no dia 23 de outubro.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.180, DE 2008

Requeiro, com base do art. 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa no período de 9 a 15 de outubro de 2008, quando estarei em missão oficial visitando o Parlamento Português.

Requeiro em conformidade com o art. 39, inciso I, autorização para ausentar-me do País no período acima mencionado.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB-GO.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.181, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n° 82, de 2008, que “acrescenta

parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO N° 1.182, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara n° 82, de 2008, que “acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação)”, seja apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.183, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, nos dias 14 e 15 de outubro, na cidade de Buenos Aires, Argentina.

Informo que estarei ausente do País no período de 13 a 16 de outubro do corrente ano para participar do referido evento.

Sala de Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.184, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS n° 9/2004 com os PLS n°s 38/2004, 61/2004,

40/2006, 253/2006, 45/2007, 112/2007, 223/2007, e 739/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 154, DE 2008
(N° 1.246/2007, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Art. 2º O art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º e 3º, transformando-se o parágrafo único em § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 5 (cinco) dias, salvo motivo de força maior formalmente declarado pelo titular do órgão ou por autoridade com delegação específica para esse fim.

§ 1º O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovação de justificação.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo ou em caso de dilatação do prazo, a autoridade responsável deverá dar regular andamento ao processo.

§ 3º O descumprimento do disposto no § 2º deste artigo implicará a abertura automática de processo administrativo disciplinar contra a autoridade responsável.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 1.246, DE 2007

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 24 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 2º O art. 24, **caput**, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 2º e 3º, transformando-se o parágrafo único em § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 5 (cinco) dias, salvo motivo de força maior formalmente declarada pelo titular do órgão ou por autoridade com delegação específica para esse fim.

§ 1º O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovação de justificação.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo ou em caso de dilatação do prazo, a autoridade responsável deverá dar regular andamento ao processo

§ 3º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na abertura automática de processo administrativo disciplinar contra a autoridade responsável.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a publicação da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é que veio se dispor sobre os preceitos basilares para o processo administrativo na esfera da Administração Pública Federal, direta e indireta, visando à proteção dos direitos dos administrados e a melhor execução dos fins da Administração Pública. Sua vigência foi imediata, seguida à publicação em 1º de fevereiro de 1999.

Esse diploma federal, a Lei Geral do Processo Administrativo, como passou a ser chamada a Lei nº 9.784/1999, é alvo de especial importância, uma vez que tem influência nos mais variados procedimentos administrativos regulados em leis especiais de aplicação mais ou menos restrita, a exemplo do Regime Jurídico Único, em suas disposições relativas a procedimento administrativo disciplinar; do processo administrativo fiscal (PAF), sistematizando o procedimento de consulta fiscal e defesa do contribuinte, entre outros.

Ocorre, entretanto, que, apesar de todo o avanço obtido com a lei referida, na prática ainda persistem morosidades e procrastinações nos processos admi-

nistrativos, de modo que o presente projeto de lei pretende instituir maior rigor no cumprimento dos prazos, com o objetivo único de imprimir maior celeridade aos procedimentos, rumo a uma maior satisfação dos interesses dos administrados.

Nesse sentido é que propomos as alterações na Lei nº 9.784/1999, com a finalidade de cercar o administrado de maiores garantias no cumprimento de prazos, restringindo a alegação de “motivo de força maior” e impondo a instauração imediata de processo administrativo disciplinar contra a autoridade que retardar a realização de ato de ofício.

Assim, por considerarmos que as alterações propostas representam um avanço na legislação que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2007. – Deputado **Márcio França**, PSB/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999

**Regula o processo administrativo no
âmbito da Administração Pública Federal.**

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 155, DE 2008
(Nº 1.507/2007, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a autorizar o porte de cópia do Certificado de Licenciamento Anual, desde que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Art. 2º O art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 133. Parágrafo único. O Certificado de Licenciamento Anual terá validade quando apresentado em original ou cópia autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 1.507, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a autorizar o porte de cópia do Certificado de Licenciamento Anual, desde que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Art. 2º O art. 133 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 133.

Parágrafo único. O Certificado de Licenciamento Anual terá validade quando apresentado em original, ou cópia autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

O legislador do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabeleceu algumas diferenças nas condições em que deveriam ser apresentados os documentos de porte obrigatório, para a condução de veículos. No caso da Permissão para Dirigir e da Cadeira Nacional de Habilitação – CNH, até pelo caráter pessoal desses documentos, que devem ser portados por um único condutor, é exigida a apresentação somente em original, nos termos do § 5º do art. 159 do CTB.

Já no caso do Certificado de Licenciamento Anual, denominado em regulamentações do Contran como “Certificado de Registro e Licenciamento Anual” ou “Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV”, o CTB, em seu art. 133, estabeleceu apenas a obrigatoriedade de seu porte para a condução de

veículos, sem, no entanto, fazer referência quanto à sua apresentação somente em original.

Parece-nos claro, assim, que a intenção do legislador original do CTB foi a de permitir, no caso do CRLV, o uso de cópias autenticadas, vedando tal prática para os documentos pessoais de habilitação. Não por acaso, o Contran, por meio da Resolução nº 13, de 6 de fevereiro de 1998, expedida logo após a entrada em vigor do novo Código, para regulamentar os documentos de porte obrigatório, estabeleceu que o CRLV deveria ser portado "no original, ou cópia autenticada pela repartição de trânsito que o expediu". A possibilidade de uso autenticada do CRLV facilita a vida de empresas cujos veículos são conduzidos por vários motoristas, bem como das locadoras de automóveis, na medida em que evitam os custos e os transtornos de

se retirar uma segunda via do documento, em caso de furto ou extravio. Além disso, é sabido que muitos particulares também preferem utilizar as cópias autenticadas, pelos mesmos motivos já citados.

Ocorre que, de acordo com nova regulamentação do CONTRAN, passa a ser obrigatório, a partir do licenciamento do ano de 2007, o porte do CRLV somente no original. No próprio texto da resolução, a justificativa para tal medida é simplesmente "que a utilização de cópias reprográficas do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV dificulta a fiscalização".

Ora, não devemos aceitar passivamente uma imposição dessa natureza, especialmente quando sabemos que, em caso de extravio ou furto do documento original, os custos para emissão de uma segunda via do CRLV chegam a ultrapassar os oitenta reais, além das filas e demais transtornos burocráticos dos órgãos de trânsito.

Regras desse tipo, partem do princípio de que todos os condutores de veículos são criminosos, e que adulteraram os respectivos documentos. Justamente agora, na era da informática, quando qualquer agente de trânsito pode obter rapidamente informações sobre um veículo que julgar suspeito, bastando utilizar-se dos modernos meios de comunicação e informação, devemos repelir um simples argumento de que a cópia autenticada dificulta a fiscalização.

De modo a não estabelecer, mesmo que indiretamente, mais uma cobrança contra o bolso dos cidadãos, entendemos que devam ser tomadas medidas alternativas de segurança das referidas autenticações, que não impliquem em novas taxas aos contribuintes. Essas regras poderiam ser, inclusive, objeto de regulamentação do CONTRAN.

Por todo o exposto, com o intuito de demonstrarmos respeito aos cidadãos e aos proprietários de

veículos, contamos com o apoio nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2007. – Deputado **Eliseu Padilha**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 133. É obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual.

.....
(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 379, DE 2008

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos empreendimentos de geração com base em fonte eólica, independentemente da potência injetada no Sistema Interligado, o direito à 100% (cem por cento) de redução nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR ou no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Parágrafo único. O benefício da redução aplicável às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição de que trata este artigo, a ser fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, permanecerá em vigor pelo período necessário à amortização, parcial ou integral, dos investimentos realizados pelo empreendedor, findo o qual será fixado por aquela Agência um novo percentual de redução compatível com a manutenção da competitividade do empreendimento no Sistema Interligado, de acordo com a legislação vigente à época.

Art. 2º Fica a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizada a alterar ou fixar o percentual de desconto constante dos atos autorizativos dos

empreendimentos de geração de que trata esta lei, independentemente da data de sua outorga, podendo ser o benefício estendido a todos os empreendimentos de geração a base de fonte eólica, seja qual for a potência injetada no Sistema Interligado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O incentivo ao investimento para a geração de energias renováveis, dentre essas a energia eólica, mediante o estabelecimento de subsídios, é uma prática no setor energético mundial e tem por objetivo viabilizar empreendimentos que beneficiam sua matriz por meio do acréscimo de bens e valores para a expansão do sistema e crescimento da economia.

No Brasil não poderia ser diferente; já foi implementado o Proinfa e vem sendo estruturado um leilão para aquisição de energia eólica, com vistas a garantir o suprimento nacional em período de crise.

Nesse compasso, tendo com conta o valor estratégico da energia eólica para a matriz energética nacional, é oportuno o estabelecimento de critérios e condições destinados a incentivar a implantação de novos parques eólicos no Brasil. Nesse tipo de produção de energia, não há emissão de CO₂, evitando-se a queima de combustível fóssil em centrais de geração térmica. A geração de energia a partir de fonte eólica contribui, ainda, para a perenidade do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Outro fator importante é que, quanto mais precoce for esta medida, mais tempo o país terá para desenvolver tecnologia e **know how** nessa área, além dos efeitos naturais de maiores investimentos na produção dos componentes no próprio solo brasileiro, gerando empregos e aumentando a arrecadação.

As contas recentes do sistema comprovam que os Encargos de Serviços do Sistema por Razão Energética cobrados no primeiro quadrimestre de 2008 dos consumidores equivaleriam ao desconto de 100% na TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição média, no Brasil) de um parque eólico de cerca de 4.000 MW médios. O novo modelo de despacho (determinista e baseado na busca da meta estabelecida) indica, portanto, que o melhor e mais prudente seria substituir o despacho térmico pelos parques eólicos operando ininterruptamente pelo mesmo custo final para os consumidores. Se levarmos em consideração que, no futuro, o país poderá assumir metas de redução de suas emissões, a conta será mais favorável ainda para as fontes renováveis como a eólica.

No rol desses critérios e condições merece destaque a ampliação do percentual de redução a ser

aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos empreendimentos – como previsto no § 1º do art. 26 da lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 – pois, de forma incontestável trata-se de medida voltada a ampliar a competitividade é a oferta de energia, de modo que o beneficiário direto da redução possa manter-se incentivado a investir.

O subsídio aos consumidores livres e especiais de fontes incentivadas, por entrar na composição da tarifa de distribuição, será rateado por todos os consumidores (livres, cativos e os especiais de fontes incentivadas), sendo seu impacto muito mais suave do que a alternativa de alocar 100% dessa contratação (na parcela de energia) apenas nos consumidores cativos por meio dos leilões oficiais de expansão.

Vale mencionar que o desconto proposto na tarifa de uso do sistema de distribuição não tem impactos na arrecadação de ICMS. Apesar de diminuir a receita da distribuidora e consequentemente a arrecadação do ICMS num primeiro momento, no ciclo seguinte, quando do resarcimento da distribuidora do desconto, essa arrecadação será recuperada.

É importante observar também que o ICMS não incide sobre o encargo do serviço do sistema. O ICMS incide sobre o preço da energia. Em outras palavras, em caso de diminuição desse encargo, o efeito sobre a arrecadação de ICMS é nulo.

Ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providencias

CAPÍTULO V Das Disposições Finais E Transitórias

Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar:

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do **caput** deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com a potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e co-geração qualificada, conforme regulamentação da Aneel, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos.

.....

.....

LEI 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007

Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para. 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 380, DE 2008

Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do em-

pregador rural pessoa física, das receitas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 25.

.....

§ 12 Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (NR)”

Justificação

A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, originou-se da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007, cuja finalidade era adiar o fim da regra de transição que permite que os trabalhadores rurais usufruam de benefícios previdenciários, ainda que não tenham mantido relação formal de emprego com o produtor.

Além disso, foram estabelecidas regras para estimular a formalização das relações trabalhistas no campo, com o objetivo de que, após o novo prazo, os trabalhadores rurais pudessem integrar a Previdência Social em pé de igualdade com os urbanos.

Ocorre que, durante a tramitação, foi inserido dispositivo que, sem a devida e necessária discussão, caminha em sentido oposto, pois onera a produção agropecuária, e, por consequência, empurra-a para a informalidade.

Trata-se da revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, que excluía diversas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural, paga em substituição à contribuição do empregador, devida pelos trabalhadores urbanos.

Entre elas, está a receita da venda de animais vivos, assim como de seu material genético, que passou a ser tributada pela contribuição. Ocorre que, uma vez abatidos, esses animais, ao serem comercializados, sofrerão novamente a incidência da mesma contribuição, duplicando o peso tributário da operação. O mesmo se dá com a comercialização de material genético, que será utilizado para a criação de animais para abate. Se estes forem, ainda vivos, vendidos para outro comerciante, ter-se-á tripla incidência de uma mesma contribuição.

A revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, portanto, representa ampliação da base de cálculo e, em última instância, aumento na contribuição social. Essa incidência implicará aumento de custos no produto final e perda de renda para os produtores que interferem no processo de produção, dentro de um sistema seqüencial e integrado. Representa, também,

um desestímulo a essas modalidades de produção que transferem parte da atividade para pessoas físicas.

A fim de que seja restabelecido o regime vigente até março de 2008, cujos benefícios para o setor agropecuário são evidentes, é que apresentamos este projeto de lei, para o qual pedimos o apoio de nossos nobres pares.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2008.– Senador **Casildo Maldaner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Capítulo V

DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO

Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

Capítulo VI

Da Contribuição do Produtor Rural, do Pescador e do Garimpeiro

DA CONTRIBUIÇÃO DO PRODUTOR RURAL E DO PESCADOR (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92)

Art. 25. Contribui com 3% (três por cento) da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção o segurado especial referido no inciso VII do art. 12.

§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21.

§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal, vegetal ou mineral, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descarregamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvreamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.

Art. 25. A contribuição da pessoa física e do segurado especial referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial referidos, respectivamente, na alínea "a" do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

II - 2% (dois por cento), no caso da pessoa física, e 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), no caso do segurado especial, da receita bruta da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 8.861, de 25.3.1994)

I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

II - um décimo por cento da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento de complementação das prestações por acidente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

II - 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

~~§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21.~~

§ 1º O segurado especial de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

~~§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal, vegetal ou mineral, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.~~

~~§ 2º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92)~~

§ 2º A pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do art. 12 contribui, também, obrigatoriamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

~~§ 3º Integram a produção, para os efeitos deste artigo, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)~~

~~§ 4º Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)~~

§ 5º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.540, de 22.12.1992)

~~§ 6º A pessoa física e o segurado especial mencionados no caput deste artigo são obrigados a apresentar ao INSS Declaração Anual das Operações de Venda-DAV, na forma a ser definida pelo referido Instituto com antecedência mínima de 120 dias em relação à data de entrega. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)~~

~~§ 7º A falta da entrega da declaração de que trata o parágrafo anterior, ou a inexatidão das informações prestadas, importará a perda da qualidade de segurado no período entre a data fixada para a entrega da declaração e a entrega efetiva da mesma ou da retificação das informações impugnadas. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94)~~

~~§ 7º A falta da entrega da Declaração de que trata o parágrafo anterior, ou a inexatidão das informações prestadas, importará na suspensão da qualidade de segurado no período compreendido entre a data fixada para a entrega da declaração e a entrega efetiva da mesma ou da retificação das informações impugnadas. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15.4.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)~~

§ 8º A entrega da declaração nos termos do § 6º deste artigo per parte do segurado especial é condição indispensável para a renovação da inscrição nos termos do § 4º do art. 25 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 25.3.94)

§ 8º A entrega da Declaração nos termos do § 6º deste artigo per parte do segurado especial é condição indispensável para a renovação automática da sua inscrição. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15.4.94) e (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 9º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 10. Integra a receita bruta de que trata este artigo, além dos valores decorrentes da comercialização da produção relativa aos produtos a que se refere o § 3º deste artigo, a receita proveniente: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – da comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de parte do imóvel rural; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – da comercialização de artigos de artesanato de que trata o inciso VII do § 10 do art. 12 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

III – de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

IV – do valor de mercado da produção rural dada em pagamento ou que tiver sido trocada por outra, qualquer que seja o motivo ou finalidade; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

V – de atividade artística de que trata o inciso VIII do § 10 do art. 12 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 11. Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

Art. 25A. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 1º O documento de que trata o caput deverá conter a identificação de cada produtor, seu endereço pessoal e o de sua propriedade rural, bem como o respectivo registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou informações relativas a parceria, arrendamento ou equivalente e a matrícula no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de cada um dos produtores rurais. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 2º O consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados os poderes, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 3º Os produtores rurais integrantes do consórcio de que trata o caput serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 4º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos — cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

of. Pres.n.345/2008/CMO

Brasilia, 08 de outubro de 2008

**Ao Excelentíssimo Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal**

Assunto: alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009), conforme quadro abaixo:

PLN	ITEM COM PRAZO MODIFICADO	PRAZO ANTERIOR	PRAZO SOLICITADO
38/2008-CN (PLOA/2009)	Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar	14/10/2008	21/10/2008
	Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar	15 a 17/10/2008	22 a 24/10/2008
	Votação do Relatório Preliminar e suas emendas	20/10/2008	28/10/2008
	Apresentação de emendas ao Projeto de Lei	21 a 30/10/2008	29/10 a 07/11/2008
	Publicação e distribuição de avulsos das emendas	04/11/2008	12/11/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação dos Relatórios Setoriais	23/11/2008	02/12/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação do Relatório do Relator-Geral	10/12/2008	12/12/2008

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO
ORÇAMENTO PARA 2009
PROJETO DE LEI Nº 38/2008-CN
MENSAGEM Nº 113/2008-CN
(Nº 635/2008, NA ORIGEM)

Presidente: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB/RS)
Relator-Geral: Senador DELCÍDIO AMARAL (PT/MS)
Relator da Receita: Deputado JORGE KHOURY (DEM/BA)

08/10/2008

01. Leitura em sessão do Senado Federal.....	27/08/2008
02. Publicação e distribuição de avulsos.....	até 01/9/2008
03. Realização de audiências públicas	até 01/10/2008
04. Apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao Projeto.	de 02 a 16/09/2008
05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas.	até 19/09/2008
06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita	até 06/10/2008
07. Votação do Relatório da Receita e suas emendas.....	até 09/10/2008
08. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar	até 21/10/2008
09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar	de 22 a 24/10/2008
10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas.....	até 28/10/2008
11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei.....	de 29/10 a 07/11/2008
12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas *	até 12/11/2008
13. Apresentação, Publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais	até 02/12/2008
14. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório do Relator-Geral	até 12/12/2008
15. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN	até 15/12/2008
16. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de Autógrafos	até 22/12/2008

(*) *Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência indaga ao Plenário se há acordo, porque tentou consultar alguns Líderes para que pudéssemos votar requerimentos. Temos cerca de 50 requerimentos, todos funcionais da Casa, sobre tramitação de matéria, sobre rito em Comissões que em nada afetam o mérito do processo legislativo e preocupações maiores para os Srs. Líderes.

Então, em não havendo divergência do Plenário, faremos a votação dos requerimentos em bloco, facilitando assim a Ordem do Dia, que não demorará mais do que pouquíssimos minutos, para que se retomem os debates.

Não havendo divergência, a Presidência passa à leitura em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 915, de 2005**, do Senador Alvaro Dias, solicitando a realização pelo Tribunal de Contas da União de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em relação a sua carteira de financiamento ao exterior, especialmente no que diz respeito aos comprovantes de destino dos recursos aplicados e à relevância dos projetos em relação aos interesses nacionais.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Votação em bloco dos **Requerimentos nºs 521, 613, 626, 648, 660, 680, 760, 761, 762, 782, 831, 835, 843, 844, 845, 846, 899, 900, 927, 976, 977, 990, 991, 992, 997, 1.085, 1.086, 1.087, 1.088, 1.089, 1.105, 1.109, de 2008**, de audiências de outras Comissões.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Item extrapauta:

REQUERIMENTO N° 521, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 521, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 48, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Interrupção do estágio da estudante grávida).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO N° 613, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 613, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. (Destinação da energia gerada no Rio Madeira).

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO N° 626, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 626, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal).

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO N° 648, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 648, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas)

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 660, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 660, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Exploração de recursos minerais em terras indígenas)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 680, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 680, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Regula a parceria em terras indígenas)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 760, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 760, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Sustenta dispositivos que regulamentam o direito à informação sobre alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados)

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, posteriormente, às de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 761, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 761, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Mantém a condição de segurado especial ao produtor rural com até dois empregados.)

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 762, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 762, de 2008**, do Senador Papaléo Paes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Institui a estabilidade provisória ao empregado e estabelece diretrizes para a fiscalização com vistas à erradicação do trabalho irregular)

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 782, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 782, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distri-

buição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Autoriza a abertura de capital da Embrapa)

A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 831, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 831, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Uma vez que a matéria já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela Comissão de Assuntos Sociais, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 835, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 835, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental).

Uma vez que a matéria já está instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto vai ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 843, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 843, de 2008**, do Senador Inácio Arruda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Dispõe sobre cálculo do valor dos danos morais e materiais aos anistiados políticos e fiscalização da Comissão de Anistia).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 844, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 844, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Torna a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 845, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 845, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Criação de Centros de Integração Federal nas comunidades quilombolas).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 846, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 846, de 2008**, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação

e Informática (Publicação de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte).

A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 899, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 899, de 2008**, do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO N° 900, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 900, de 2008**, do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO N° 927, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 927, de 2008**, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tendo em vista a aprovação, anteriormente, do Requerimento nº 896, de 2008, de tramitação conjunta, o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 976, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 976, de 2008**, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 977, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 977, de 2008**, do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Recolhimento e destino de pilhas e baterias usadas).

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 990, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 990, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Regulamenta a profissão de economista).

REQUERIMENTO N° 991, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 991, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Regulamenta a profissão de economista).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 992, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 992, de 2008**, do Senador Gim Argello, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 142, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Altera o FAT para estimular os arranjos produtivos locais).

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos, de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 997, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 997, de 2008, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação, Cultura e Esporte (Regula a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço”).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.085, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.085, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.086, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.086, de 2008**, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.087, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.087, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Torna obrigatória a exibição de filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas).

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.088, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.088, de 2008**, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (Dispõe sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.089, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.089, de 2008**, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Prever a realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.098, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.098, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

A matéria vai à Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.105, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.105, de 2008**, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Incluir entre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor a fabricação e comercialização de jogos de videogames ofensivos à moral e aos bons costumes)

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.109, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.109, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Autoriza a criação do Ministério da Amazônia)

A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de

Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votação em conjunto dos **Requerimentos n°s 592, 600, 627, 783, 832, 834, 882, 983, 1.053, 1.055, 1.075 e 1.098, de 2008**, de tramitação conjunta.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

São os seguintes os itens individualizados:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 592, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 592, de 2008**, do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por regularem a mesma matéria (*Dispõem sobre nome genérico para medicamentos de uso veterinário*).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 600, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 600, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, por regularem a mesma matéria (Incluem novos trechos no Plano Nacional de Viação).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 627, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 627, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 492 e 699, de

2007, por regularem a mesma matéria (Compensação com débitos previdenciários).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, e nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 783, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 783, de 2008**, do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003, e 139, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Conceder ao trabalhador um dia de folga anual sem prejuízo da remuneração)

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 832, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 832, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 211, de 2004, e 229, de 2008 por regularem a mesma matéria. (Cadastro de pessoas desaparecidas).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 834, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 834, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria (Simples Nacional).

Os Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 882, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 882, de 2008**, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2008, com os de nºs 243, de 2004, e 123, de 2007, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria (*Dispõe sobre as práticas de telemarketing*).

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 983, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 983, de 2008**, do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 26, de 2006, 205 e 264, de 2007, por regularem a mesma matéria (Permissão para menores a partir de 16 anos dirigir).

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.053, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.053, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por regularem a mesma matéria (Isenção de IPI na aquisição de veículos para transporte de estudantes, autônomo de passageiro e a portadores de deficiência).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa, e nos termos do art. 49, I, Regimento Interno à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.055, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.055, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, e 138, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado de nºs 423 e 495, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (Dedução de despesas da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física).

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.075, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.075, de 2008**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Proteção a vítimas e testemunhas e a acusados ou condenados que voluntariamente prestaram colaboração à investigação policial e ao processo criminal)

O Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, perde sua competência terminativa e passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007.

As matérias retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 1.098, DE 2008

Votação, em turno único, do **Requerimento n° 1.098, de 2008**, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (Adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO N° 879, DE 2008

Votação em turno único do Requerimento nº 879, de 2008, do Senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2003; nºs 75, 280 e 323, de 2004; nº87, de 2005; nºs 132 e 467, de 2007, por tratar de matéria distinta (Isenções de IPI).

REQUERIMENTO N° 883, DE 2008

Votação em turno único do Requerimento nº 883, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007; dos Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 210, de 2003; nºs 75, 280 e 323, de 2004; nº87, de 2005; nºs 132 e 467, de 2007, para retomar sua tramitação individual (Isenções de IPI).

Votação dos requerimentos, em bloco, em turno único.

As Srs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Os Projetos de Lei do Senado nº 167/2003 e 191/2007 voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Assuntos em decisão terminativa.

As demais matérias continuam apensadas e voltam à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Requerimento de Retirada.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO N° 981, DE 2008

Votação em turno único do Requerimento nº 981, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, de sua autoria (Aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet).

Votação do requerimento em turno único.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai a Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Requerimento de retirada.

Item extrapauta:**REQUERIMENTO N° 1.080, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.080, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2008, de sua autoria, que *altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre a discriminação e a promoção da igualdade racial em relação de emprego.*

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai a Arquivo.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 14:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003,

tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *incluir o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições e organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *incluir parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de*

16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.* (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da*

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Ikhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

30

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que*

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa

da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

37

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à *Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

38

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

39

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

40

REQUERIMENTO N° 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso mo-

ral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

41

REQUERIMENTO N° 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

42

REQUERIMENTO N° 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

Logo em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, que já havia sido chamado e está se encaminhado à tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi ao Senador Suplicy que me permitisse falar. É só um minuto.

Depois que falei sobre a questão dos aposentados, recebi um telefonema da Srª Sueli Melo Golin, que tem 79 anos, dizendo que seu esposo, Ludovico Golin, de 87 anos, faz aniversário hoje e disse que o melhor presente para ele seria eu telefonar para dizer o que ele pode fazer para ajudar na luta dos aposentados e pensionistas. Foi um gesto tão bonito que eu quis registrar neste momento.

Vou ao meu gabinete e falarei com ele, primeiro, para cumprimentá-lo pelo aniversário e, num segundo momento, para falar sobre essa caminhada pelo fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Parabéns ao Sr. Ludovico, lá da cidade de Nonoai, Rio Grande do Sul, pelos seus 87 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lembre V. Exª ao Líder da Câmara, que é do Partido de V. Exª, que o que importa são os resultados. Benjamin Disraeli disse: “Não se queixe, não se desculpe, não se explique; aja ou saia”. Então, vamos agir. Diga isso ao Chinaglia. Esse daí simboliza a ansiedade e a necessidade de todos os nossos aposentados do Brasil.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que, regimentalmente, teria dez minutos, mas dez é a nota que merece. V. Exª pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Mão Santa, Srs. Senadores, eu hoje farei uma homenagem aos 100 anos do falecimento de Machado de Assis, o nosso grande escritor.

Mas tendo em conta pronunciamento ontem do Senador Tasso Jereissati e os pronunciamentos hoje do Senador Alvaro Dias e de V. Exª e de outros Srs. Senadores, eu gostaria aqui de reiterar que o Ministro Guido Mantega e o Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, estarão aqui em breve. Eles comunicaram a mim ontem pedindo que transmitisse ao Senador Tasso Jereissati que, se ele porventura pudesse e desejasse, hoje às 18h30, o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles estaria à disposição para ouvi-lo, bem como aos demais Senadores da Oposição. Isso se deu após a sessão de ontem, antes mesmo de ele viajar hoje com o Ministro Guido

Mantega a Washington. Eu então comuniquei-me com o Senador Tasso Jereissati que avaliou que seria melhor, já que alguns dos Líderes e Presidentes de Partidos da Oposição estariam ausentes de Brasília no dia de hoje, que seria mais adequado fazer a reunião com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com Presidente Henrique Meirelles na próxima quarta ou quinta-feira ou, no máximo, até a terça-feira pela manhã, da outra semana, na reunião regular da Comissão de Assuntos Econômicos. Isso, no entendimento que houver entre o Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, e todos os demais Senadores, uma vez que o próprio Senador Tasso Jereissati avaliou que seria bom que essa reunião se desse com todos os Senadores, tanto da Situação quanto da Oposição.

Quero também ressaltar que a Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, conforme o Ministro Guido Mantega ontem explicou, trata de algo relativo ao redesconto, pelo Banco Central do Brasil, e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil, LAM. Portanto, trata-se de uma regulamentação de uma das operações que as autoridades monetárias, os bancos centrais de todos os países normalmente têm para regular o nível de liquidez.

Explicou o Ministro Guido Mantega que, diferentemente da ocasião do Proer, hoje o problema que existe é de falta de liquidez em algumas instituições e em algumas empresas, de tal maneira que a medida tomada pelo Governo não se parece com o Proer; não é, portanto, o assim chamado “Proer do Lula”. É uma medida que regulamenta sobretudo o redesconto, que, conforme os livros-textos de macroeconomia mostram, constitui uma das maneiras de o Banco Central regular o nível de liquidez da economia.

Todas as instituições bancárias que porventura fizerem uso desse redesconto nas condições da Medida Provisória nº 422 poderão fazê-lo de maneira onerosa e igual para todas. Portanto, não se estará beneficiando qualquer segmento em relação a outro da economia; o princípio da equidade está sendo devidamente considerado.

Quero ressaltar que, num artigo hoje publicado por Luiz Cesar Fernandes no **Jornal do Brasil**, sócio da Marambaia Capital e criador do Banco Pactual, ele avalia que o Governo brasileiro adotou medidas adequadas para enfrentar um problema de armadilha de liquidez que acabou acontecendo recentemente. Ele já havia, em artigo antes publicado, “Quem sabe faz a hora”, sugerido ações que, agora, o Banco Central do Brasil tomou com rapidez, ao contrário da atitude inercial do Federal Reserve, nos Estados Unidos. Disse ele: “O Banco Central se antecipou e vai passar a financiar direta ou indiretamente o comércio exterior

brasileiro com suas reservas internacionais". Portanto, um outro aspecto das medidas tomadas pelo Governo brasileiro que estão sendo consideradas de maneira positiva.

Quero também observar que, quando o Presidente Lula disse aos brasileiros que continuassem tendo um procedimento normal de adquirir bens e serviços, ele estava justamente dizendo que nós podemos enfrentar com confiança a crise; que obviamente temos que estar atentos e tomar as medidas necessárias. Mas, sobretudo, o que ele está querendo dizer é que a economia brasileira continua a crescer com muito bom desempenho, com inflação moderada, com medidas de política econômica e social que estão levando à diminuição da desigualdade, à diminuição da pobreza. Portanto, estamos num bom caminho, claro que muito atentos aos efeitos da crise internacional.

Quero desejar ao Ministro Guido Mantega e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todo o êxito na reunião que realizarão, sábado próximo, em Washington, quando o Ministro Guido Mantega estará presidindo a reunião do G-20 com os Ministros da Fazenda das 20 nações de economia mais importante em nosso Planeta.

Mas, Sr^{as}s e Srs. Senadores, disse Guimarães Rosa: "As pessoas não morrem, ficam encantadas". Muito a propósito do que quero dizer a respeito de Machado de Assis, que vive; um homem que existia por trás de um mito.

Quero, pois, comemorar os 100 anos, o centenário da morte do romancista, contista, poeta e teatrólogo Joaquim Maria Machado de Assis, nascido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839 – coincide, Sr. Presidente, de ser o dia de meu aniversário, só que ele nasceu em 1839 e eu, em 1941 –, e falecido em 29 de setembro de 1908. Portanto, há poucos dias, tivemos os 100 anos de sua morte, sendo considerado um dos mais importantes nomes da literatura brasileira.

Machado de Assis iniciou suas atividades profissionais como jornalista aos 20 anos, fazendo as coberturas, V. Ex^a bem o sabe, dos trabalhos do Senado no Império, em 1860. O jornal era o **Diário do Rio de Janeiro**, órgão liberal, da Oposição, suspenso certa época, que retornava agora sob a direção de Saldanha Marinho. Quintino Bocaiúva, grande amigo de Machado, era o redator-chefe do **Diário** e lhe fez o convite. Coube a Machado de Assis a resenha dos debates do Senado e, esporadicamente, outras tarefas, como a crítica teatral. Sendo assim, esta Casa presta uma homenagem a esse analista, com grande talento, dos trabalhos do Senado.

No centenário de sua morte, além das diversas homenagens que está recebendo, como mostras, re-

portagens especiais, relançamento de suas obras e até mesmo um almanaque só sobre o autor, a imprensa internacional também está dando destaque para a data.

Em 13 de setembro de 2008, o **New York Times** publicou um artigo de duas páginas sobre Machado de Assis com o título "Após um século, a reputação literária finalmente floresce", em que Larry Rohter se rasga em elogios ao autor, citando diversos outros nomes e artigos, como Susan Sontag e o livro *Genius*, do crítico Harold Bloom, que o define como o "autor negro supremo". A publicação do jornal norte-americano também convida para uma homenagem ao autor, na cidade de Nova York, batizada de "Machado 21: A Centennial Celebration", que aconteceu entre os dias 15 e 19 de setembro e incluiu mesas redondas, seminários e exibições de filmes inspirados em suas obras, além de poemas musicados.

Em Portugal, outra homenagem a Machado: um colóquio internacional dedicado exclusivamente ao autor aconteceu em Lisboa, tema de reportagem publicada pela Lusa, a agência de notícias de Portugal. A agência também publicou outra matéria em que menciona Machado, incluindo o autor na lista das 100 personalidades mais influentes da América Latina.

O jornal **The Guardian**, na Inglaterra, apresenta Machado como um gênio brasileiro, cujo trabalho deveria ser melhor reconhecido pelo público que tem como base a língua inglesa.

Louvo a iniciativa do Senador Marco Maciel, que apresentou projeto de lei para instituir 2008 como o Ano Internacional Machado de Assis, em celebração ao centenário de falecimento do escritor, ocorrido no dia 29 de setembro de 1908. Para marcar a relevância de Machado de Assis para o Brasil e para a língua portuguesa, Marco Maciel sugeriu que seja feita uma reflexão sobre o significado da vida e da obra do escritor pelos Governos Federal, estaduais e municipais, bem como pelas instituições culturais e educativas do Brasil.

Como exemplo do caráter universal – mas também essencialmente brasileiro – da obra de Machado de Assis, Marco Maciel destaca, em sua justificação, ensaio do escritor, intitulado "Sentimento de Nacionalidade", no qual Machado de Assis diz que "o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e País, ainda quando trate de assuntos remotos e no espaço".

Até hoje muitos se perguntam como um sujeito pobre, de origem negra, numa sociedade ainda escravagista, conseguiu se tornar um mestre da cultura brasileira?!

Apesar da origem humilde, saúde frágil, epilético, gago; filho de Francisco José de Assis, pintor de pare-

des e descendente de escravos alforriados, e de Maria Leopoldina Machado, uma lavadeira portuguesa da Ilha de São Miguel, Machado de Assis foi responsável por uma das maiores produções literárias brasileiras e tornou-se um dos grandes intelectuais do País ainda jovem. Sua extensa obra – nove romances, duzentos contos, uma dezena de peças de teatro, cinco coletâneas de poemas e milhares de crônicas – o tornou o maior escritor do Brasil.

A emoção toma conta daqueles que lembram a vida e detalhes dos romances deste tão importante escritor brasileiro que conciliava as aulas com a venda de doces, não tendo acesso a cursos regulares. Gênio e autodidata, Machado era um daqueles iluminados que fundou a Academia Brasileira de Letras, sendo o seu primeiro Presidente, ocupando a cadeira nº 23, que recentemente foi objeto da maior disputa já ocorrida na ABL, em decorrência do falecimento de Zélia Gattai. Referida cadeira fora também ocupada pelos grandes Jorge Amado, José Alencar e hoje por Luiz Paulo Horta, recentemente empossado.

Machado apresentava as suas obras com uma rica descrição de detalhes e movimentos, fazendo o leitor misturar-se a seus personagens. Em seu livro *Gênio*, de 2003, o crítico americano Harold Bloom define Machado como “um milagre”, por ter conseguido fugir de sua situação social e histórica pra criar uma ficção universal. Seus livros foram traduzidos para 14 idiomas e nos Estados Unidos há um entusiasmo para novas traduções.

Em sua adolescência, em São Cristóvão, bairro do Rio de Janeiro, conheceu a senhora francesa Madamme Gallot, proprietária de uma padaria, cujo forneiro lhe deu as primeiras lições de francês, que Machado acabou por falar fluentemente, tendo traduzido o romance *Os Trabalhadores do Mar*, de Victor Hugo, na juventude, e o poema *O Corvo*, de Edgar Allan Poe.

A Academia Brasileira de Letras, também chamado de Casa de Machado de Assis, em homenagem ao seu primeiro Presidente, é o reduto dos imortais e grandes escritores brasileiros. A palavra imortal, de acordo com o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda quer dizer “que não morre; eterno, imorredouro”. Ao ser humano tal hipótese é impossível, mas, às suas facetas, não. Pode um homem morrer e as ações por ele empreendidas permanecerem.

Machado de Assis iniciou a sua carreira trabalhando como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Oficial, cujo diretor era o romancista Manuel Antônio de Almeida. Em 1855, aos 15 anos, estreou na literatura com a publicação do poema *Ela* na revista **Marmota Fluminense**. Continuou colaborando intensamente nos jornais como cronista, contista, poeta e crítico literário,

tornando-se respeitado como intelectual antes mesmo de se firmar como grande romancista. Machado conquistou a admiração e a amizade do romancista José Alencar, principal escritor da época.

Em 1864 estréia em livro com **Crisálidas** (poemas). Em 1869, casa-se com a portuguesa Carolina Augusta Xavier de Novais, irmã do poeta Faustino Xavier de Novais e quatro anos mais velha que ele. Em 1873, ingressa no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas como primeiro-oficial. Posteriormente, ascenderia na carreira de servidor público, aposentando-se no cargo de diretor do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Podendo dedicar-se com mais comodidade à carreira literária, escreveu uma série de livros de caráter romântico. É a chamada primeira fase de sua carreira, marcada pelas obras **Ressurreição** (1872), **A Mão e a Luva** (1874), **Helena** (1876), **Iaiá Garcia** (1878), além das coletâneas de contos, **Contos Fluminenses** (1870), **Histórias da Meia Noite** (1873), das coletâneas de poesias **Crisálidas** (1864), **Falenas** (1870), **Americanas** (1875), e das peças *Os Deuses de Casaca* (1866), *O Protocolo* (1863), *Queda que as Mulheres têm para os Tulos* (1864) e *Quase Ministro* (1864).

Em 1881, abandona definitivamente o romantismo da primeira fase de sua obra e publica **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, o início do realismo no Brasil. O livro, extremamente ousado, é escrito por um defunto e começa com uma dedicatória inusitada: “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas”. Tanto **Memórias Póstumas de Brás Cubas** como as demais obras de sua segunda fase vão muito além dos limites do realismo, apesar de serem normalmente classificadas nessa escola. Machado, como todos os autores do gênero, escapa aos limites de todas as escolas, criando uma obra única.

Na segunda fase, suas obras tinham caráter realista, tendo como características: a introspecção, o humor e o pessimismo com relação à essência do homem e seu relacionamento com o mundo. São obras principais, além de **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (1881), **Quincas Borba** (1892), **Dom Casmurro** (1900), **Esaú e Jacó** (1904), **Memorial de Aires** (1908), além das coletâneas de contos **Papéis Avulsos** (1882), **Várias Histórias** (1896), **Páginas Recolhidas** (1906), **Relíquias da Casa Velha** (1906), e da coletânea de poesias **Ocidentais**. Em 1904, morre Carolina Xavier de Novaes, e Machado de Assis escreveu um de seus melhores poemas, **Carolina**, em homenagem à falecida esposa. Muito doente, solitário e triste depois da morte da esposa, Machado de Assis morreu em

29 de setembro de 1908, em sua velha casa no bairro carioca do Cosme Velho.

O crítico norte-americano Harold Bloom considera Machado de Assis um dos 100 maiores gênios da literatura de todos os tempos, ao lado de clássicos como Dante, Shakespeare e Cervantes.

No Brasil, destacamos os estudos de Roberto Schwarz, um leitor radical de Machado e também de Antônio Cândido, que defende que Machado teria sido reconhecido em vida como grande escritor não pelo que pudesse de fato interessar em sua obra, do ponto de vista de uma crítica literária mais amadurecida, e, sim, por sua erudição, sua elegância, seu estilo vazado numa linguagem castiça.

Apenas no decorrer do século XX, em especial depois dos anos 40, a crítica soube ler Machado como algo além de um escritor bem comportado, de uma ironia fina, mas sem maiores consequências para a problematização do **status quo** de uma casta intelectual movida pela retórica vazia, com a relativização dos limites entre razão e loucura; o real e o imaginado.,

Sr. Presidente, vou pular alguns trechos desta longa homenagem para concluir e permitir aos demais oradores que venham logo à tribuna.

Em debate no dia 30 de setembro último no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo, Lygia Fagundes Telles exibiu a sua visão acerca de um dos maiores romances de Machado de Assis, **Dom Casmurro**. “É um romance belíssimo, e, na nossa opinião, o mais impressionante do autor”. Justamente a personagem Capitu será apresentada em minissérie da Rede Globo, dirigida por Luiz Fernando Carvalho, e terá como protagonista a bela Maria Fernanda Cândido.

Há hoje enorme interesse para se saber o que de fato se passou com Capitu. Saberemos os segredos de Capitu por meio dessa novela com Maria Fernanda Cândido, mas recomendo a todos que façam a leitura de **Dom Casmurro**.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a sua gentileza, pois gostaria de finalizar esta homenagem com a poesia deste grande escritor, Machado de Assis, que dedico a todos os meus amigos próximos e aos meus amigos e amigas Senadores e Senadoras.

Senadores Augusto Botelho, Wellington Salgado e Gim Argelo, vejam, é dedicado aos bons amigos!

Bons Amigos

Abençoados os que possuem amigos, os que os têm sem pedir.

Porque amigo não se pede, não se compra, nem se vende.

Amigo a gente sente!

Benditos os que sofrem por amigos, os que falam com o olhar.

Porque amigo não se cala, não questiona, nem se rende.

Amigo a gente entende!

Benditos os que guardam amigos, os que entregam o ombro pra chorar.

Porque amigo sofre e chora.

Amigo não tem hora pra consolar!

Benditos sejam os amigos que acreditam na tua verdade ou te apontam a realidade.

Porque amigo é a direção.

Amigo é a base quando falta o chão!

Benditos sejam todos os amigos de raízes, verdadeiros.

Porque amigos são herdeiros da real sagacidade.

Ter amigos é a melhor cumplicidade!

Há pessoas que choram por saber que as rosas têm espinho,

Há outras que sorriem por saber que os espinhos têm rosas!

Dedico aos meus amigos esses versos de Machado de Assis.

Sr. Presidente, quero concluir com a seguinte informação: na próxima segunda-feira, às 15 horas, a convite da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, estarei participando, como membro, ao lado dos professores César Ajar e Helena Lavinas, da Banca de Dissertação de Mestrado Renda Básica para Crianças – Simulação dos Impactos na Distribuição de Renda Fluminense. O tema tratado será a transição do Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania. Farei uma palestra nessa Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Como o tema é de grande relevância para ambos os candidatos que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeito no Rio de Janeiro, Fernando Gabeira e Eduardo Paes, convidei-os para essa palestra, para participar dessa reflexão, a fim de que ambos considerem como fazer a transição do Bolsa Família para a renda básica de cidadania.

Quando estive visitando a sua Parnaíba, Senador Mão Santa, V. Ex^a teve a gentileza de me receber em sua residência, juntamente com a Sr^a Adalgisa, sua esposa, e agradeço muito a atenção. A exemplo do que fiz em todo o Brasil, propus ali aos candidatos que participavam da campanha eleitoral que considerassem essa transição.

Quero dizer que Fernando Gabeira e Eduardo Paes aceitaram o meu convite e estarão lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Eduar-

do Suplicy em que homenageou Machado de Assis, aproveito para dizer da grandeza deste Senado, que, neste momento, conta com dois membros da Academia Brasileira de Letras, o Presidente Sarney e Marco Maciel, que enriquecem aquela Academia cujo expoente máximo e fundador é o maior escritor do Brasil, Machado de Assis.

Convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Roraima.

Mantendo procedimento que adotei quanto aos demais oradores, V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, uma instituição se valoriza, sem a menor sombra de dúvida, com a tradição; adquire respeito e confiabilidade quando demonstra que é capaz de sobreviver às crises e tempestades no ambiente no qual atua e manter-se vigorosa.

Quando mencionamos o nosso Banco do Brasil, é isso que pode ser observado.

Exatamente no dia 12 de outubro, o Banco do Brasil completa dois séculos de existência, Senador Mão Santa, criado que foi nesse dia, em 1808, por alvará do Príncipe-Regente D. João.

Apesar da história um tanto conturbada no início, com dificuldade de subscrição das ações colocadas à disposição dos investidores, o Banco do Brasil superou, com galhardia, os primeiros obstáculos, inclusive o elevado saque efetuado pela Família Real para o seu retorno à Portugal em 1821.

Mas o fundo do abismo propriamente dito pode ser considerado o momento de sua liquidação, em 1833. Apesar disso, foi recriado nesse mesmo ano por uma lei que reestruturou a economia do Império.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, é importante salientar que o Banco do Brasil realiza concursos públicos para o preenchimento de seus quadros de funcionários desde 1854, ano em que realizou o primeiro concurso para o cargo de escrivário.

Após a Abolição da Escravatura, em 1888, abriu linhas de crédito para que os fazendeiros pudessem atrair imigrantes europeus. Em 1893, foi chamado Banco da República do Brasil, denominação que se manteve até 1906, quando voltou a chamar-se simplesmente Banco do Brasil.

Sempre sintonizado com os projetos nacionais, transferiu sua sede para Brasília no mesmo dia da inauguração da nova Capital: 21 de abril de 1960.

Em 1971, quando o País partia para um período de grande desenvolvimento econômico, já contava com 975 agências em todo o território nacional e 14 agências no exterior. Suas ações começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores em 1973.

Há que se destacar também a ação do Banco do Brasil nas mais diferentes áreas de apoio ao desenvolvimento social. Com esse intuito, foi criada, sem fins lucrativos, a Fundação Banco do Brasil, que patrocina ações de cunho social, cultural e desportivo, entre outras.

Em 1994, o Banco do Brasil, por constituir-se na maior instituição financeira nacional e contar com milhares de agências espalhadas pelo País, foi o responsável pela distribuição da nova moeda, o Real. Em 1998, tornou-se o primeiro banco brasileiro a receber o certificado ISO 9002 e, no momento em que comemora os primeiros dois séculos de existência, apresenta-se como a maior instituição financeira do País, com aproximadamente 25 milhões de clientes.

O Banco do Brasil, atualmente, procura desincumbir-se da responsabilidade de ser a maior instituição financeira do País. Para isso, esmera-se em atender todos os segmentos do mercado financeiro, em seus mais de quinze mil postos de atendimento (mais de quarenta mil terminais) distribuídos por 3.100 cidades e em mais de 22 países.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, procurei ser sucinto na abordagem desses aspectos históricos, porque o Banco do Brasil tem demonstrado sua importância em todos os momentos, cruciais ou não, da história do Brasil independente.

Como resultado do pioneirismo e dos investimentos em tecnologia, foi o primeiro a lançar o cartão de múltiplas funções, a lançar a prestação de serviços bancários pelo celular, a comprometer-se com a Agenda 21 Empresarial e a aderir aos Princípios do Equador (um conjunto de critérios sócio-ambientais – criados pelo Banco Mundial e por um conjunto de bancos privados – usados na avaliação de crédito a projetos de infra-estrutura com valor acima de US\$ 10 milhões.)

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, o Banco do Brasil sempre se mostrou o mais sólido pilar de sustentação da agricultura brasileira.

Quanto aos grandes agricultores, sua ação se faz sentir, invariavelmente, como financiador da produção e da comercialização.

Mas, atualmente, a instituição vem se destacando no apoio à agricultura familiar, principalmente na aquisição de equipamentos e tratores. Um grande problema, amplamente discutido, era que os produtores familiares não tinham acesso a crédito para adquirir tecnologia. Mas agora, com o Plano Safra Mais

Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esse problema foi solucionado. Além da linha de crédito, de até 100 mil reais, o Mais Alimentos proporciona descontos de 17,5% na compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas para serem pagos em até dez anos, com carência de três anos e juros bem abaixo do mercado.

O Plano, sob a responsabilidade do MDA, reservou R\$13 bilhões para a safra 2008-2009 – R\$13 bilhões para a agricultura familiar, para a safra 2008-2009, utilizando maciçamente o sistema do Banco do Brasil para desenvolver a agricultura familiar.

Outro programa de que o Banco do Brasil participa ativamente, que traz inúmeros benefícios à Nação, é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), também sob a responsabilidade do MDA. Esse programa significa, somente em 2008, uma economia de US\$600 milhões apenas com a redução das importações de diesel. Mas o maior benefício, certamente, voltar-se-á para os pequenos e médios Municípios, onde a atividade agrícola e as indústrias de biodiesel movimentam a economia local, gerando melhor distribuição de renda e justiça social, Presidente Mão Santa.

Para a execução desse programa também o Banco do Brasil tem papel de reconhecida importância. Estima-se que 100 mil famílias já aderiram ao Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel, e os produtores de biodiesel têm acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos envolvidos com o desenvolvimento social, destacando-se a atuação do Banco do Brasil na implantação do Programa.

Atualmente, chama a atenção quando a mídia divulga o resultado positivo dos grandes bancos oficiais. Causa espécie uma coisa que deveria ser considerada normal: um banco ter lucro. Os grandes bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, passaram a dar lucro, mas não se pode negar que continuam contribuindo muito para o desenvolvimento social e para o financiamento de atividades que acabam redundando em melhor distribuição de renda.

A Fundação do Banco do Brasil, por sua vez, mostra sua aptidão para colaborar com o desenvolvimento social das comunidades carentes. Seus programas estão voltados para o desenvolvimento de cooperativas de catadores de papel, para miniagroindústrias e outras. Dessa forma, é possível gerar renda produtiva e garantir a dignidade do cidadão.

Em Roraima, por exemplo, a Fundação do Banco do Brasil foi responsável pela primeira estação digital aberta à comunidade na Universidade Federal de Roraima, a nossa Universidade Federal.

Outra ação do Banco do Brasil importante no meu Estado é o investimento na educação dos povos indígenas, assentados da reforma agrária, integrantes de cooperativas e presidiários. O programa BB Educar foi lançado pelo Banco do Brasil em 1992 e há oito anos vem sendo conduzido pela fundação Banco do Brasil. Para este ano, a meta é atender em torno de 50 mil pessoas, em todo o Brasil, incluindo o meu querido Estado de Roraima.

Mas é na área da agricultura familiar que a Fundação do Banco do Brasil se destaca em Roraima. A Secretaria de Agricultura de Roraima, em parceria com o Banco do Brasil, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguiu fazer um amplo debate sobre a produção de leite. A Superintendência local do Banco do Brasil, por sugestão do Secretário de Agricultura Rodolfo Pereira, organizou uma série de eventos a fim de planejar a melhora genética do rebanho local, além de capacitar os pequenos e grandes produtores de leite do meu Estado. Com isso, posso afirmar que a metodologia do desenvolvimento regional sustentável defendida pelo Banco do Brasil está sendo colocada em prática em Roraima com o apoio do Governo Federal e do Estadual.

Em Rorainópolis existe um programa de ovinocultura organizado pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Município de Rorainópolis, que já beneficiou quarenta pessoas com fornecimento de matrizes e com treinamento e está na segunda etapa com mais quarenta produtores de ovinos.

Meu interesse é o de que a Fundação continue fazendo mais ações no meu País e no meu Estado. Espero que ela possa investir cada vez mais em Roraima. Por isso, estou à frente de um projeto, com o apoio da Direção do Banco do Brasil, para levar para o meu Estado uma grande conquista econômica, social e ambiental: é a construção de várias casas de farinha nas áreas rurais e indígenas de vários Municípios. Tenho certeza de que essas casas de farinha irão gerar mais empregos diretos e indiretos no meio rural roraimense, além de possibilitar o abastecimento das mesas dos próprios produtores e dos roraimenses com farinha produzida na região de Roraima.

É assim, Srs. Senadores, que o Banco do Brasil continua contribuindo para a grande missão do Estado, que é assegurar o bem-estar de todos.

Saúdo, por isso, os dois séculos de existência que serão completados por essa instituição no próximo dia 12, que é um dos maiores orgulhos do povo brasileiro: o Banco do Brasil

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Mão Santa. Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após brilhante pronunciamento do Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Roraima, é, com muito prazer e honra, que convido para ocupar a tribuna a bela Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

Senadora, V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex^a, além de muito culta e competente, é uma mulher bela, que nos relembraria Martha Rocha.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati ocupou esta tribuna ontem para alertar para a maior crise financeira de todos os tempos que estamos vivendo. Mesmo os mais otimistas já percebem que os custos a serem pagos pelo mundo será alto e levarão décadas para serem digeridos. Até porque a história mostra que, de todas as crises econômicas, as crises bancárias são as que deixam as mais graves e mais duradouras seqüelas na sociedade. As dimensões envolvidas na atual crise financeira não deixam dúvidas de que, de fato, o mundo deverá ser outro ao longo dos próximos anos. Estados Unidos, Europa e Ásia já mostram sinais claros disso.

Nesse contexto, no Brasil, inicialmente, houve os que disseram que nada – ou pouco – sofreríamos dos efeitos dessa crise. E, de fato, víhamos, até pouco tempo, relativamente bem. A crise de confiança que se abateu sobre os grandes mercados vinha nos poupança, dando uma sensação de que essa crise não só não nos pertencia como também não parecia ter canais claros de contágio. Afinal, os bancos brasileiros nada tinham dos ativos **subprime**, o que nos deixava em posição relativamente confortável. Com isso, as perspectivas para os próximos anos continuavam favoráveis: país crescendo, renda crescendo, desemprego em baixa, crédito farto, ou seja, continuávamos até alguns dias atrás vivendo a era da prosperidade em sua plenitude.

Mas tudo mudou de repente. Quase que da noite para o dia nós nos demos conta de que o colapso financeiro das economias mais ricas do mundo gera uma dinâmica muito diferente daquela a que estávamos acostumados nos últimos tempos. Um colapso significa um mundo que cresce menos e que, portanto, compra menos. Com isso, os preços das *commodities* entraram na trajetória contrária a que nos gerou os tempos atuais de bonança, e a incerteza em relação aos próximos anos chegou aqui através de um canal perverso, o canal do crédito, que abunda nos tempos bons e some nos tempos de incerteza.

Pois bem, chegamos, então, ao ponto principal: estamos, hoje, vivendo uma crise de incerteza no Brasil. Nossa base econômica era – e continua sendo – favorável, mas a incerteza gera irracionalidade, e os agentes econômicos passam a se comportar de forma descoordenada. Estamos vivendo o pânico nos mercados financeiros e, hoje aqui, assim como lá fora, as decisões têm se baseado no medo e na incerteza – ingredientes perigosos o suficiente para gerar uma crise sem fundamentos, mas que começa a se materializar de forma extremamente perigosa.

Aí entra o Poder Público. É nessas horas que nos cabe ter serenidade e tomar decisões transparentes e responsáveis. Não nos cabe elevar ainda mais a incerteza. De pouco vale a retórica nos momentos de pânico. O que vale são medidas concretas.

A medida provisória que o Governo encaminha a esta Casa, embora a princípio pareça dar mais força ao Governo, reduz as incertezas em relação aos instrumentos – e em relação a quem os aciona em caso de necessidade. E aqui o que se faz é dar ao Banco Central essa responsabilidade, num momento em que é ele que tem as informações necessárias para tomar uma decisão rápida e eficiente. Até porque não nos furtaremos a cobrar deles essa postura, pois não podemos, num momento de crise mundial, viver também uma crise autogerada.

Vamos reduzir os ruídos, reduzir a incerteza e contribuir para que a sociedade brasileira não tenha que pagar por uma crise que não nos pertencia, mas que agora cobra um pedaço do seu custo ao mundo todo, inclusive a nós. Ajudemos, pois, a fazer com que esse custo seja o menor possível.

Eu acredito que esta Casa terá uma responsabilidade muito grande nos próximos dias e o nosso dever é analisar com responsabilidade a medida provisória, diferentemente do que foi feito pelo partido que hoje está no poder, pois, em épocas passadas, quando vivíamos crises graves, talvez não tão graves como esta, como Oposição o PT não cooperou conosco naquela ocasião.

Hoje compete à Oposição chamar atenção da sociedade para a gravidade do momento e, ao mesmo tempo, diminuir os ruídos que causam pânico e não levam a nada. Precisamos, realmente, de ações objetivas. Estamos procurando isso, por meio do nosso Partido, o PSDB. Ou seja, estamos nos reunindo, discutindo para colaborar, quando chamados para opinar sobre o assunto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, que, no Governo passado, foi extraordinária

servidora do Governo do estadista Fernando Henrique Cardoso, levando ao País um serviço social que ensinava que mais vale ensinar a pescar, valorizando o estudo e o trabalho como base de uma sociedade moderna, rica e livre, convidamos para usar da palavra o Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, que governou, com grandeza, o seu Estado. V. Ex^a já passou por este Senado, volta e o engrandece. V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta Mesa.

Nas campanhas, em Santa Catarina, ao percorrermos o Estado, todo mundo falava “manda um abraço para o Mão Santa”; as mulheres, “manda um beijo”; outros, “beija a mão dele, força para ele”. É uma loucura. Se V. Ex^a puder fazer uma peregrinação por Santa Catarina, com certeza, vai ser uma loucura, dos seguidores para ouvi-lo, para atentai para as boas novas, para as expressões fundamentais que o povo gosta de ouvir.

Por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, o assunto de hoje não é demorado, mas eu ouvi a Senadora Lúcia Vânia discorrendo sobre um tema que ontem o Senador Tasso Jereissati levantou nesta Casa e que vários Senadores também abordaram. Eu tive também a oportunidade de fazer uma reflexão sobre o momento que vive o Brasil. Na verdade é a pauta, é o assunto de todos hoje. Quer dizer, todos pensam nesse tema: o setor político, o setor empresarial, o setor produtivo, a classe acadêmica, os que foram eleitos, os que não foram, porque isso mexeu com a economia americana. Há uma desaceleração já consagrada nos Estados Unidos. Isso mexeu com o mercado europeu. O G-20, os grupos estão se reunindo, foram convidados. O nosso Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central estão indo para os Estados Unidos. Está todo mundo pensando nisso. Quer dizer, é o tema que está na ordem do dia. Eu acho que isso foi colocado e agora a responsabilidade é de quem tem condições de fazer...

Ainda ontem aqui, o Senador Dornelles levantou a tese de que os bancos menores poderiam ser liberados dessa contribuição compulsória, do depósito compulsório, para que pudessem fazer uma oferta maior ao mercado. Essa é uma das medidas. E que também se pudesse baixar o valor do próprio IOF, para que a cedência de crédito ao mercado fosse uma coisa mais evidente. Esses são alguns temas sobre os quais todo mundo está conversando. Eu, inclusive, levantei a tese de que os bancos centrais – e não é o tema

que vou abordar, que será sobre a análise de um projeto que dei entrada na Mesa, mas aproveito a carona da Senadora Lúcia Vânia –, não só no Brasil, mas no mundo, precisam ter mecanismos que possam aferir melhor o mercado. Por exemplo, há uma corrida para aplicar em algumas **commodities**. Pessoas físicas ou mesmo pequenas empresas compram ações: “vou ali porque está indo todo mundo, acho um bom negócio. Vou comprar ações nessa **commodity**”. E a coisa vira uma bolha inflacionária muitas vezes. Fica acima de valores da realidade de mercado daquele bem, daquela **commodity**. Quando desce, não há quem segure. Não há nem pára-quedas sobressalentes. Aquilo vem que é uma loucura, como aconteceu agora. Muitos fundos de pensão, inclusive no Brasil, perderam bilhões de reais, quer dizer, a queda foi grande. Aplicam, achando que vale a pena.

É preciso estabelecer mecanismos para aferir se o valor está dentro da realidade, se há segurança ou não na aplicação, para aconselhar. Então, tem que aferir. Quando se emprestam recursos – e há empresas que analisam – para pessoa física, para pessoa jurídica, deve-se analisar se ela pode receber aquele empréstimo por determinado número de anos, para investimento, capital de giro. Analisa-se, com cuidado, se é possível, envia-se a proposta para comitês avaliarem-na. Se é feito um investimento, vou ter que na analisar se tem começo, meio e fim. Pode receber esse dinheiro? Podemos emprestar, a longo prazo, por cinco, seis, dez anos? Quando começar a produção o produto terá mercado? Onde ele será colocado?

Tudo isso é analisado hoje. Os comitês de análises técnicas observam se aquilo tem o começo, o meio e a sua finalidade. Era como se aprendia antigamente no banco escolar. Toda redação tem que ter o começo, o meio e o seu encerramento.

Hoje, para financiar uma pequena empresa ou para qualquer coisa, para um empreendimento que nasce é preciso analisar. Não é apenas tomar o dinheiro emprestado. Deve-se ver se há garantias. E não é só isso. Se uma empresa começar com a previsão de ter um determinado número de empregos e depois começa a produzir... Embora haja garantias reais da parte da empresa, daqui a pouco se vai analisar onde acontecerá a colocação do produto, a sua finalidade. O meio é a sua finalidade, mas se não houver seqüência de nada adianta. Começa e daqui a pouco fecha, não há seqüência.

Então, quem empresta analisa, tem que levar em consideração, desde o seu nascimento até o seu ponto final: onde irá colocar o produto no mercado interno, no mercado internacional. Isso tudo tem de ser analisado, e tem de ser assim.

Agora, no que tange o que acontece hoje, com a quebra dessas empresas, dessas **commodities**, também tem de haver mecanismos para se analisar se não estão ocorrendo bolhas inflacionárias; se não estão todos correndo como manada, como até o Governo estimulou em uma certa época dizendo: "vamos pegar uma parte dos recursos do fundo de garantia e aplicar em **commodities**, em empresas como a Petrobras ou em outros setores, como a Vale do Rio Doce.

Então, muitas vezes induzidas pela propaganda oficial, pelo **marketing**, essas **commodities** recebem muito dinheiro. E os fundos de pensão aplicam. E aí a coisa sobe, vai lá em cima. Se não há como aferir, pode acontecer isso. Então, há que se ter, nesses bancos centrais, mecanismos para aferir melhor, para ter mais segurança e dizer: olha, até aí dá, dali em diante não convém, porque não há garantias, tem que ter cuidado. Claro que existem riscos, em tudo tem risco, mas, tem que ter um pouco mais de informação e segurança.

Então, aproveito a carona para dizer que é um tema muito pontual, está na ordem do dia hoje, não só do Brasil, está na ordem do dia do mundo. Está todo mundo refletindo. Por isso não podemos deixar de falar sobre isso. E, com certeza, vai continuar, hoje, amanhã, depois de amanhã, nos fins de semana e em todos os lugares, esse tema: Como vai? O dólar fica nisso? Fica mais? Quem exporta tem preocupação. Quem tem compromissos firmados também. E como vão fazer? Rever compromissos? Cortar despesas? O Governo tem que estar alerta para isso. Como vamos nos preparar para isso? Como vamos planejar os próximos meses, os próximos tempos? Como vamos recuperar isso? Muita gente corta, muita gente tem que rever suas posições. As pessoas, as empresas, as pessoas que têm negócios têm que rever seus planejamentos e o próprio Governo tem que rever e procurar orientar nesse sentido, não há a menor dúvida.

Pois bem, Sr. Presidente, nobres Colegas, trago a Casa – e acabamos de dar entrada – uma proposta que vem preocupando um setor da economia nacional: a produção de suinocultura e florestas. Recebi uma exposição de Santa Catarina, principalmente dos que produzem suínos e lidam com a genética no campo da suinocultura, com a genética e reprodutores de raça, os quais cedem ou vendem para pequenos produtores.

E há uma incidência a partir de uma legislação, de uma medida provisória que passou a ser lei recentemente, em 2008. Antes não havia incidência do fundo rural, que é de 2,3%, Sr. Presidente, para quando é para favorecer a genética, para reproduzir, para ter

melhor. O leitão vai lá para o produtor, que o prepara; depois vai para o frigorífico e é vendido para o abate. Nesse caso é recolhido o fundo rural, aí, sim. Mas do pequeno que fornece para ele, agora, cobra-se o fundo rural. Então, está havendo uma bitributação. Eles sustentam tecnicamente que está havendo bitributação na parte da genética e também no que tange às sementes para as florestas. Para quem produz mudas para florestas, não havia essa tributação dos 2,3% do fundo rural; e, agora, de acordo com a nova lei, está havendo a tributação para fornecer as mudas. E, aí, quando vai colher a floresta, vai ter também a tributação do fundo rural.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando essa proposta para que se revogue isso e vou ler rapidamente, aqui, para a Casa tomar conhecimento:

A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 – é recente –, originou-se da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007, cuja finalidade era adiar o fim da regra de transição que permite que os trabalhadores rurais usufruam de benefícios previdenciários, ainda que não tenham mantido relação formal de emprego com o produtor. Além disso, foram estabelecidas regras para estimular a formalização das relações trabalhistas no campo, com o objetivo de que, após o novo prazo, os trabalhadores rurais pudesse integrar a Previdência Social em pé de igualdade com os urbanos.

Ocorre que, durante a tramitação, foi inserido dispositivo que, sem a devida e necessária discussão, caminha em sentido oposto, pois onera a produção agropecuária e, por consequência, empurra-a para a informalidade.

Trata-se da revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, que excluía diversas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural, paga em substituição à contribuição do empregador, devida pelos trabalhadores urbanos.

Entre elas, está a receita da venda de animais vivos, assim como de seu material genético, que passou a ser tributada pela contribuição. Ocorre que, uma vez abatidos, esses animais, ao serem comercializados, sofrerão novamente a incidência da mesma contribuição, duplicando o preço tributário da operação. [Então, neste caso, há uma tributação.] O mesmo se dá com a comercialização de material genético que será utilizado para a criação de animais para abate. Se esses forem, ainda vivos, vendidos para outro comerciante, ter-se-á a tríplice incidência de uma mesma contribuição.

A revogação do § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, portanto, representa ampliação da base de cálculo e, em última instância, aumento na contribuição social. Essa incidência implicará aumento de custos no produto final e perda de renda para os produtores que interferem no processo de produção, dentro do sistema seqüencial e integrado. Representa, também, um desestímulo a essas modalidades de produção que transferem parte da atividade para pessoas físicas.

A fim de que seja restabelecido o regime vigente até março de 2008, cujos benefícios para o setor agropecuário são evidentes, é que apresentamos este projeto de lei, para o qual pedimos o apoio de nossos Nobres Pares.

Essa é a proposta que fiz chegar à Mesa, Sr. Presidente, nobres Colegas, e que vai tramitar, naturalmente, nas comissões técnicas da Casa. Espero que possa receber a aprovação dos Colegas. É para não incidir a bitributação no material genético para os animais vivos e também nas mudas para florestas e que tais.

É uma questão que vale a pena. Os setores organizados do meu Estado, principalmente de Santa Catarina, me fizeram ver como tratar desse tema.

No mais, era uma consideração que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, nobres Colegas, sobre esse tema na tarde de hoje.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Acabamos de ouvir o Senador Casildo Maldaner, que representa a grandeza histórica e do presente do PMDB, de Santa Catarina e do Brasil, tecendo os comentários sobre a economia mundial e advertindo o Governo de que tem que poupar e o orientando que ele lesse, por inspiração de Bill Clinton, o livro... Ele chamou os maiores especialistas para poder governar. Ele, que fora presidente, ele que fora governador quatro vezes de Arkansas, tinha com grande experiência administrativa, o que o nosso Presidente Luiz Inácio não tinha. Então, ele, com humildade, chamou os maiores técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, e eles escreveram o livro **Reinventando o Governo**.

Sintetizando, eles disseram que o Governo não podia ser grande demais, grande assim como um transatlântico, um Titanic, que afunda. Tinha de ser pequeno, com menor despesa, porque a grandeza do funcionalismo implica a pobreza do povo, que trabalha e paga impostos. E aí é o caos, está faltando dinheiro, o povo está sem dinheiro. Se nos

Estados Unidos faltou para pagarem as casas que compraram por 200 mil dólares, no Brasil está faltando agora dinheiro, porque o povo está explorado por pagar impostos.

Nós sempre advertimos sobre isso. Este País tinha muita despesa: setenta e seis impostos. Então, se lá os americanos não têm dinheiro para pagar as suas casas, aqui os pobres velhinhos têm seus empréstimos descontados em folha, os empréstimos consignados, salvaguardando os banqueiros... Mas um país em que se estimula irresponsavelmente a comprar carros em dez anos... Ô, Pedro Simon, a escravatura da vida moderna não é mais com os negros. Abraham Lincoln e Princesa Isabel resolveram. A escravatura moderna é a dívida. Então, está todo mundo endividado. Isso atingiu o Brasil, Senhor Presidente Luiz Inácio. O Brasil sempre teve dívida, tinha dívida que vinha da Europa, da Inglaterra, desde que Dom João VI chegou. A Inglaterra, a Europa, com a guerra, sucumbiram e surgiram os americanos. Então, estamos endividados. Os americanos, quer queiram ou não, têm 25% da riqueza mundial. O que atinge lá atinge aqui. Não é marola, não é gripe, é realidade. Abraham Lincoln já dizia: "Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado."

Então, Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores tem que ter humildade, vir para cá. Não há nenhum deles aqui para aprender. Estamos aqui é para ensinar. Essa é a função de um Senador da República.

Há dois oradores ainda.

V. Ex^a também vai usar da palavra?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sim, mas pode....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está aqui, na frente...

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Se S. Ex^a quiser falar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a está na frente, mas estão inscritos o nosso Senador Jefferson Praia, o Senador Pedro Simon e a Senadora Rosalba. O Senador Pedro Simon é o último, mas está na Bíblia: "Os últimos serão os primeiros." V. Ex^a é o primeiro em competência, em ética e em dignidade neste País.

Rosalba usará da palavra, porque Jefferson Praia, mostrando gentileza, cede a palavra a esta extraordinária Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o Democratas do Estado do Rio Grande do Norte, de Mossoró, onde, primeiramente, libertaram os escravos no Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Obrigada, Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre, com muita competência, conduz os trabalhos, preside esta sessão.

Quero aqui cumprimentar o nobre Senador Jefferson Praia e o nobre Senador Pedro Simon, a quem agradeço a deferência em me conceder a vez, já que cheguei aqui depois.

Sr. Presidente, na realidade, gostaríamos aqui de fazer uma reflexão, uma avaliação do pleito eleitoral, que ainda está acontecendo, porque, em muitas cidades, haverá o segundo turno.

No nosso Estado, na cidade de Natal – onde, pelo número de eleitores, poderia haver segundo turno –, o povo, livremente, decidiu logo a parada no primeiro turno. Venceu a candidata que apoiamos, Micarla de Sousa. Foi uma campanha bonita, ética, de propostas. Enfrentamos a estrutura municipal, estadual e federal, inclusive com a presença do Presidente – acho que foram poucas as cidades em que o Presidente compareceu à campanha, e Natal foi uma delas; Sua Exceléncia foi lá, participou de comício, e houve presença de muitos Ministros. E, na cidade de Mossoró, minha cidade, a candidata Fafá Rosado foi reeleita Prefeita, tendo como Vice-Prefeita a ex-Deputada Ruth Ciarlini, que é minha irmã.

Nessa campanha, caminhei por todo o Rio Grande do Norte. Estivemos em mais de 100 Municípios, visitando-os, participando de comícios. A alguns desses Municípios, voltamos com mais freqüência. Posso dizer que a avaliação que trazemos é muito positiva. O povo, cada vez mais, com a força do seu voto, com sua participação, fortalece a democracia e sabe entender que uma eleição municipal é a mais importante. Por quê? Porque a eleição municipal fala da sua vida nos próximos quatro anos. A vida é um fato local. O cidadão quer saber como vai ser a saúde e a educação, como sua cidade vai se desenvolver, para gerar mais oportunidades. São questões locais que são debatidas.

O que sentimos, de maneira geral – é claro que, aqui e acolá, houve algum excesso; em determinados momentos, os ânimos estavam muito exaltados –, foi que a população estava analisando os candidatos, sua vida e suas propostas, fazendo valer seu direito sublime e maior de decidir pela sua vontade.

Na verdade, quero também dar uma palavra de elogio à conduta da Justiça Eleitoral, que, a cada ano, vem desempenhando papel importantíssimo na consolidação da tranquilidade das eleições e no respeito aos direitos dos cidadãos.

Retorno a esta tribuna gratificada com o resultado do nosso trabalho, com o apoio que levamos a vários candidatos e candidatas no nosso Estado.

Houve um fato interessante: tanto para nosso Partido quanto para as cidades em que participei diretamente da campanha, notadamente aquelas de maior representatividade eleitoral, os resultados foram de êxito, foram muito positivos.

Eu gostaria aqui de aproveitar para parabenizar todos os eleitos e as eleitas das cidades do Rio Grande do Norte, Vereadores e Vereadoras, e também para dizer àqueles que não tiveram êxito que, com certeza, seu empenho e sua luta foram muito importantes para o fortalecimento da nossa democracia, foram muito importantes para que, realmente, acreditássemos que esse era o caminho.

Queremos avançar, de forma que, com reformas políticas, cada vez mais, o cidadão possa exercer seu direito de escolher sem interferências outras. Que o poder econômico e a força política dos detentores de mandato não sejam instrumentos que venham tirar do cidadão o direito de escolher, pelas propostas do candidato, pela sua história de vida e pelo muito que pode fazer por uma cidade!

Meu entusiasmo se deve ao fato de que sempre tive perfil municipalista e de que tenho defendido isso em todos os recantos. Acredito em um Brasil forte, com Municípios fortes; acredito em um Brasil desenvolvido, com mais justiça social, e isso ocorrerá quando os Municípios, realmente, puderem resolver suas questões. Hoje, no Brasil, infelizmente, há uma concentração de recursos muito grande no Poder federal. De tudo o que é arrecadado, menos de 20% – em torno de 14% a 16% – são repassados aos Municípios; aos governos, o percentual não chega a 30%; e o restante fica com o Poder federal, com o Governo federal, e não deveria ser assim.

Os recursos da Saúde, que defendemos por meio da Emenda nº 29, ainda não foram implementados. Apesar da aprovação unânime nesta Casa, a matéria ainda caminha a passos de tartaruga, para que haja realmente uma solução e para que sejam destinados mais recursos para a Saúde. Já que a Saúde está municipalizada, que os recursos sejam repassados diretamente para os Municípios, porque parte deles ainda fica na dependência dos Governos federal e estadual!

Com relação à Educação, lutamos também pela sua municipalização. A educação de 1º grau e o ensino fundamental estão municipalizados, assim como a assistência à creche e a educação infantil, mas é necessário que mais recursos realmente cheguem aos Municípios. Cabe ao Poder Central fazer fiscalização mais rigorosa, acompanhar mais, mas as decisões devem ser realmente respeitadas, bem como as necessidades de cada Município e a forma de se atuar em

cada Município. Os Municípios precisam, cada vez mais, dessa união, para que possamos avançar no sentido da melhoria e do fortalecimento das cidades, a fim de que, assim, as necessidades do cidadão sejam atendidas e de que haja expectativa de vida melhor.

Só para concluir – eu já lhe concederei um aparte, Senador Jefferson Praia –, eu gostaria de dizer algo sobre as cidades em que os resultados foram positivos. Eu gostaria de lembrar que são cidades-pólo, que, no seu total, representam mais de 75% do eleitorado do Estado do Rio Grande do Norte.

Partimos da Capital, que tem 40% do eleitorado, e de Mossoró, com 10% do eleitorado. Alexandria é cidade-pólo no Alto Oeste, e quero parabenizar o Prefeito eleito, Alberto, e sua Vice-Prefeita, de cuja campanha participei. A cidade de Areia Branca também é cidade-pólo na região salineira. Na cidade de Apodi, a Prefeita Goreti foi a primeira mulher a ser eleita. Em Assu, também houve uma campanha bonita do jovem Ivan Junior, da qual também participamos. Na cidade de Macaíba, que fica na Grande Natal, foi eleita Marília, uma profissional da área de saúde, e a ela e ao seu Vice-Prefeito, Auri, dou os parabéns. Outra cidade de porte médio, cidade-pólo, é João Câmara, onde Vavá foi Prefeito por três vezes e está retornando pela quarta vez. Na cidade de Ceará-Mirim, na Grande Natal, também houve uma campanha muito bonita, em que Antonio Peixoto foi, pela terceira vez, candidato; agora, chegou a sua vez, pois ele foi eleito pelo povo. Em Currais Novos, Geraldo Gomes, um homem de conduta exemplar, foi Prefeito por três vezes e volta agora, mais uma vez, tendo ao seu lado uma grande mulher, Milena, como sua Vice-Prefeita; e por aí vai.

Foram muitas as cidades, graças a Deus, chegando a esse número, que representa cerca de 75% do eleitorado, além das demais cidades, tão importantes como essas maiores, como Cerro-Corá; Encanto; Extremoz, também na Grande Natal, em que o jovem Klauss Torquato foi eleito; Florânia, no Seridó; Felipe Guerra; Francisco Dantas; Pendências; Portalegre. Em Pau dos Ferros, também uma cidade-pólo, o jovem Leonardo, ao lado de outro jovem, Fabrício, foi reeleito e, num trabalho sério – hoje, a cidade é outra, prova do seu trabalho, e é isso que a população quer –, está transformando e modificando sua cidade. Cito outras cidades: Pilões; Porto do Mangue; Senador Georgino Avelino; Serra do Mel; São José do Seridó, com Jackson Dantas; Sítio Novo, onde Wanira foi reeleita Prefeita.

Em Taboleiro Grande, Maria Miriam foi candidata única e foi reeleita. Vejam a força dessa mulher! Quando fui candidata à Senadora, o povo de Tabolei-

ro, com a liderança de Maria Miriam, deu-me 89% dos votos. Em Tibau do Sul, foi eleito Nilsinho Professor, simples, humilde, mas com muita disposição de luta; em Upanema, foi eleita Maria Stella, mais uma mulher na prefeitura.

Foi no Rio Grande do Norte que uma mulher votou pela primeira vez, Senador. Não sei se V. Ex^a sabe disso. Isso se deu na minha cidade. Essa mulher foi Celina Viana dos Guimarães, uma professora de Arte. Já naquele tempo, ela estava além da sua época, porque também era juíza de futebol. Ela ajudava o marido, que gostava do esporte, fazendo o papel de juíza de futebol. Celina Viana dos Guimarães, uma professora, votou pela primeira vez em 1929, mas, na realidade, foi reconhecido esse direito no Brasil, com a mulher passando a ter esse direito por lei, somente em 1934, se não me engano, Senador Mão Santa – V. Ex^a é bom em datas.

No Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira Prefeita do Brasil, na cidade de Lajes. Quando foram eleitas as primeiras Deputadas estaduais, entre elas estava Maria do Céu Fernandes, uma grande mulher também. Agora, o resultado mostra que, no Rio Grande do Norte, as duas mais importantes cidades serão administradas, mais uma vez, por mulheres: em Natal, já foi Prefeita, no passado, a hoje Governadora Wilma; em Mossoró, fui Prefeita por três vezes, e Fafá, que me sucedeu, agora foi reeleita, tendo ao seu lado a Vice-Prefeita Ruth Ciarlini – anteriormente, era Vice-Prefeita Cláudia Regina. Assim também será em vários outros Municípios, como Apodi e Martins, em que também a Prefeita Mazé ganhou a eleição. Isso me traz uma alegria muito grande, pois é prova da participação da mulher, que, cada vez mais, avança no sentido de trazer sua contribuição, com sua garra, com a sensibilidade feminina e com o conhecimento das questões maiores do dia-a-dia. Sempre digo que a mulher está presente em todos os momentos da vida e, quando tem a oportunidade de liderar, de administrar, de governar, leva esse sentimento unido à sua competência e à capacidade de administrar.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senadora Rosalba, vou ser breve. Chamou-me a atenção sua observação quanto à questão da educação no nosso País. Se observarmos, hoje, o percentual que é alocado para a educação e sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB), perceberemos que o percentual hoje, no Brasil, não é tão baixo como alguns pensam. Hoje, há problemas quanto à alocação dos recursos. Para V. Ex^a ter uma idéia – com certeza, V. Ex^a sabe disso –, uma parcela expressiva de recursos vai para o ensino superior, quando poderia ir para o ensino

fundamental e médio. Além disso, acredito que, hoje, temos de discutir a educação quanto ao aspecto relacionado ao orçamento, procurando maneiras de lhe dar melhor qualidade. Acredito que a questão, agora, não é só de quantidade. Não se pode pensar somente em muitos alunos na escola, mas, sim, em muitos alunos na escola com melhor qualidade na educação, para darmos o grande salto de que o Brasil precisa, para que o Brasil tenha a educação que merece, o que, consequentemente, fará com que o País se desenvolva. Só com essa ferramenta, avançaremos dentro do contexto do desenvolvimento econômico. Era essa minha contribuição.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador. V. Ex^a, realmente, está preocupado com essa questão, o que me deixa muito gratificada, porque nós, que somos da Comissão de Educação, temos essa preocupação maior. Entendemos que todo recurso para a educação não é gasto, é investimento, e é o maior investimento que esta Nação pode fazer. É importante, sim, lutarmos por mais universidades, para que haja mais oportunidades, porque sabemos que há vagas para apenas 20% dos jovens que terminam o ensino médio. Sabemos dessa importância. Quero reconhecer o esforço do Governo atual com relação às escolas técnicas.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Com sua paciência, Senador Mão Santa, vou já concluir.

São várias as escolas técnicas. No meu Estado, particularmente, em que só existiam duas – em Natal e em Mossoró –, agora há mais sete. Algumas já estão em construção, algumas vão começar no próximo ano, outras já estão funcionando. Vamos continuar reivindicando mais, porque mais cidades necessitam delas.

Estamos falando do ensino médio, do ensino técnico-profissionalizante e do ensino universitário. O que acontece, Senador – e é isso que venho defendendo, aqui, com muita determinação –, é que a qualidade do ensino começa desde os primeiros anos. Deve haver condições para que o ensino infantil, a educação infantil realmente prime pela qualidade, para que sejam transmitidos aos pequeninhos os ensinamentos e para que, ao mesmo tempo, juntamente com esses ensinamentos, com as primeiras letras, com os primeiros números, seja dado estímulo para crescerem cada vez mais no caminho da educação. Se não tivermos, lá na ponta, no início, um apoio maior, como vamos chegar na universidade com ensino de qualidade?

Hoje, fazem-se todas aquelas averiguações pelos mais diversos institutos, que mostram a qualidade do

ensino no Brasil, de forma a nos envergonhar quando se compara o nosso País a outros países, que, muitas vezes, têm menos condições do que nós, mas que, ainda assim, estão avançando na educação.

Portanto, sabemos que, se não começarmos a fazer isso, desde os primeiros anos, na educação infantil, ao mesmo tempo incentivando os ensinos médio e universitário, não conseguiremos, de forma alguma, melhorar. Infelizmente, cada minuto perdido no aprendizado de uma criança é uma geração a mais para ser recuperada.

Perdemos muito tempo. Nossa ensino está com a qualidade muito comprometida, mas, nem por isso, vamos cruzar os braços e abaixar a cabeça. Pelo contrário, continuaremos soltando nosso grito a favor de um ensino de qualidade, aqui nos somando a todos, para cobrarmos mais investimentos. A educação tem de ser o investimento maior, essa é a prioridade. Educação, sim, para que tenhamos um grande futuro!

Obrigada a V. Ex^a pelo aparte.

Senador Mão Santa, para concluir – levarei apenas três minutos –, gostaria de lembrar que, no mês de julho, nossa Bancada esteve em audiência com o Ministro Alfredo Nascimento para tratar da construção da estrada do Cajueiro. Inclusive, a esse respeito, já me pronunciei, por se tratar de estrada importantíssima para o desenvolvimento da nossa região, já que ela ligará parte de nossa cidade, do Município de Baraúna, ao Estado do Ceará. É uma estrada que vai promover trabalho, desenvolvimento, renda. É uma estrada importante, sonhada há mais de 50 anos. É uma luta de muitos que já passaram pelo Congresso Nacional. Houve a informação, naquela época, de que esse projeto estava arquivado, quando existiam recursos e dotações que foram colocados por emendas coletivas dos parlamentares para a execução dessa obra. O Ministro disse-nos que não se tratava de arquivamento, que o projeto havia sido retirado para fazer algumas alterações, que a empresa responsável, a Maia Melo Construtora, já estava tomando providências, que, em agosto, estaria concluído o processo licitatório e que, em setembro, as obras iriam recomeçar.

Portanto, aqui estou exatamente para fazer um apelo ao Sr. Ministro. Talvez, em função da movimentação eleitoral, das campanhas, tenha havido atraso no reinício da obra, da qual não podemos prescindir. O mês de agosto já passou; o de setembro terminou; já estamos chegando à metade do mês de outubro, e, portanto, espero que, realmente, possamos recuperar esse tempo perdido, já que a promessa do Sr. Ministro era a de que, em setembro, as obras seriam iniciadas. Espero que, o mais rapidamente possível, possamos

ver essas obras iniciadas, porque, na realidade, o projeto e os recursos já estão prontos.

Sr. Presidente, fica aqui a lembrança e nossa cobrança para uma obra tão importante para nosso Estado. Conheço de perto a região, e centenas de famílias, acrescidas aos assentamentos na região, quando acontecem as primeiras chuvas, ficam totalmente isoladas.

Essa estrada propiciará, com certeza, grande desenvolvimento, porque, inclusive, na mesma região de Baraúna e Mossoró, será implantada, brevemente, mais uma fábrica de cimento.

Então, fica aqui, mais uma vez, nossa cobrança, nosso apelo. Vamos aguardar que o Ministro tome as providências, para que a obra seja realmente iniciada. Caso contrário, novamente, convocarei toda a Bancada do Rio Grande do Norte, para sabermos os motivos de mais esse atraso, já que, em julho, a garantia era a de que, em setembro, as obras já estariam acontecendo.

Agradeço ao Senador Mão Santa. Peço desculpas a V. Ex^a pelo tempo a mais que usei. Agradeço aos nobres Senadores Pedro Simon e Jefferson Praia a paciência.

Senador Mão Santa, quero dizer a V. Ex^a que a luta continua. Lá no seu Piauí, tenha a certeza, pode até não ter dado certo agora, mas dará em breve, pois V. Ex^a, Senador Mão Santa, verá o resultado positivo da sua luta, do seu trabalho, da defesa do seu Piauí, da defesa do melhor para os brasileiros que nos assistem agora. Um abraço afetuoso à grande mulher Adalgisinha!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a representa com grandeza este grandioso Estado, o Rio Grande do Norte, Estado que, com bravura, lutou pela libertação dos escravos, Estado que combateu o cangaço, Estado que foi fundamental na vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, onde se situavam as bases aéreas da Marinha.

V. Ex^a faz lembrar o que disse Padre Antônio Vieira, Senador Jefferson Praia: “O exemplo arrasta.” Então, aqui está o exemplo de sua presença, médica vitoriosa, política vitoriosa, Prefeita por três vezes e hoje Senadora da República. O exemplo arrasta, tanto é que arrastou uma mulher extraordinária, Micarla de Sousa, Prefeita de Natal. Atentai bem!: é hora de reflexão do Presidente da República acerca do seu comportamento ante as eleições.

Senador Pedro Simon, a Micarla de Sousa, que representa o que há de melhor na eugenia da raça das mulheres brasileiras, diz que já tem a pergunta que fará a ele ao encontrá-lo: “Se uma jornalista não pode

ser Prefeita, por que um torneiro mecânico pode ser Presidente?” E vai além: diz ela que “se sentiu decepcionada, quando o Presidente da República atingiu o seu falecido pai político.”

Convidamos para usar da palavra o Senador Jefferson Praia que, aqui, representa o nosso saudoso Senador Jefferson Péres, Senador pelo PDT do grandioso Estado do Amazonas.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje estou aqui para me reportar, muito rapidamente, sobre o primeiro projeto que estamos apresentando a esta Casa, um projeto de grande importância para a Amazônia, na minha avaliação.

O Projeto de Lei do Senado, Sr. Presidente, altera o §1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para introduzir, nos currículos dos Ensinos Fundamental e do Médio, a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.

Sr. Presidente, o projeto estabelece:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. (...)

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e de Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil e da Amazônia.

Sr. Presidente, por que razão estudarmos a Amazônia? Por que razão uma iniciativa como essa? É que, se eu tiver o apoio dos meus Pares – e, com certeza, eu o terei, pois, da nossa avaliação, este é um projeto de grande relevância –, os brasileiros conhecerão muito mais a Amazônia do que a conhecem na atualidade..

V. Ex^a e todos os que estão aqui presentes sabem, que a Amazônia tem, na verdade, sobre ela os olhos de todos deste planeta. Portanto, o mundo inteiro está com os olhos voltados para a Amazônia, e nós, brasileiros, acredito, temos muito a avançar nesse campo, quando precisamos conhecer um pouco mais essa região. Precisamos perceber um pouco mais os diversos aspectos dessa região, desde o aspecto geográfico, o aspecto econômico, social, de conhecer a rica biodiversidade da Amazônia. Somente assim, avançando, poderemos defender a Amazônia, defender aquilo

que é o patrimônio dos brasileiros, defender aquilo que tanto queremos para o nosso País, que é ter o bom aproveitamento daquela área, que é uma das últimas reservas naturais do Brasil. Portanto, Sr. Presidente, tenho, através desse projeto de lei, a oportunidade de, junto com os nossos Pares, darmos uma grande contribuição ao Brasil, em especial à Amazônia.

Quais foram os argumentos que utilizei, Sr. Presidente?

A educação, como fenômeno universal no tempo e no espaço, abrange todos os aspectos formativos dos processos de desenvolvimento humano e social. Já a educação escolar surge e evolui em sociedades de linguagem gráfica e de crescente conteúdo científico e tecnológico, que supõe a existência a existência de agências e de profissionais específicos.

Se a totalidade da cultura é objeto dos processos e projetos educativos da sociedade como um todo, nas escolas se restringe o conteúdo para atender a aspectos julgados formativos de personalidade e de identidades políticas. Assim, a educação escolar em Roma difere da de Atenas, e, na mesma Grécia, a de Atenas é diferente da de Esparta. As culturas locais e os ideais políticos moldam currículos diferenciados em espaços geográficos e em tempos históricos distintos.

No Brasil, até pouco tempo, era importante o aprendizado das línguas latinas e grega, porque caracterizavam a cultura retórica da elite dominante que freqüentava as escolas. Hoje são privilegiados os conhecimentos matemáticos e de outras ciências exatas que fundamentam a cultura contemporânea; o inglês, o espanhol e outras línguas de uso mais universal passaram a ser obrigatorias, mas eletivas por cada instituição escolar, como preceitua o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional.

O § 1º do mesmo artigo, que oferece as diretrizes gerais curriculares para o ensino público e privado no País, descreve em poucas palavras o núcleo comum de conteúdos obrigatórios: português, matemática, ciências e, em lugar de “geografia e história”, a “realidade social e política, especialmente do Brasil”.

O que pretendo, Sr. Presidente, na verdade, com esse projeto de lei é chamar a atenção para uma parte central e distante da realidade brasileira – nossa imensa e rica Amazônia – de forma a incluí-la com ênfase no aprendizado obrigatório dos estudantes. Aprovado esse projeto, o paulista, o fluminense, o gaúcho e o potiguar, o paraense e o acreano teriam como conteúdo curricular obrigatório o estudo intensivo desta região do Brasil tão desconhecida pela maioria dos brasileiros. Vejo que, desta forma, 180 milhões de cidadãos brasileiros estariam conquistando a imensa área po-

voada por aproximadamente 25 milhões de conterrâneos, incorporando não somente em seu imaginário mítico de opinativo, mas em seu núcleo de afetividade e de conhecimento, a posse efetiva da Amazônia para todos os brasileiros, desde os 6 anos de idade até os umbrais da universidade.

Sr. Presidente, todos sabemos que, na realidade, o colonialismo, como forma de dominação das nações mais fortes, foi substituído por um certo tipo de globalização que insinua a pertença de certas áreas do planeta – como a Amazônia – ao patrimônio internacional, o que feriria os direitos soberanos do Brasil. Daí a importância de a nossa Amazônia ser objeto do maior conhecimento possível de todos os brasileiros, o que se faz pela educação básica formal.

Aprovada a inserção proposta nesse projeto, caberá ao Conselho Nacional de Educação fixar objetivos e dosar a quantidade e a qualidade dos conteúdos em suas diretrizes curriculares do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, para que a Amazônia seja redescoberta e ocupadas pelos corações e mentes de toda nossa infância e de toda nossa juventude.

Portanto, Sr. Presidente, espero que, com a aprovação desse projeto de lei, nós Senadores estejamos contribuindo para termos aquela região cada vez mais sendo parte do nosso patrimônio, não só de forma geográfica, mas também dentro do nosso espírito, dentro da alma de cada brasileiro.

Assim como V. Ex^a tem um amor muito grande pelo Piauí, tem um amor muito grande pela Amazônia, certamente também, é claro, tem um amor muito grande pelo Brasil. Eu também gosto muito do Piauí, gosto do Rio Grande do Sul do Senador Pedro Simon, gosto de Minas Gerais do nosso Senador Wellington Salgado e do Piauí de V. Ex^a, mas nesta Casa todos temos de nos voltar para aquela região – não estou falando de Estado, mas de uma região –, para a qual todos estão com os olhos atentos, e com os olhos da cobiça, que é a região Amazônica.

Portanto, acredito que dessa forma estaremos formando brasileiros muito mais conhcedores da Amazônia e muito mais entusiasmados em defendê-la a qualquer momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Jefferson Praia, defendendo o seu Estado, o Amazonas, a Mesa prossegue seus trabalhos

Em votação dos **Requerimentos nºs 1.180 e 1.183, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Marconi Perillo e Geraldo Mesquita Júnior, lidos anteriormente.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas pelos Senadores Marconi Perillo e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 1.179, de 2008**, do Senador Valdir Raupp e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 21 de outubro, de sessão especial destinada a comemorar o Dia das Forças Aéreas Brasileira e do Aviador.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como último orador inscrito do dia 9 de outubro de 2008 – e como está na Bíblia que os últimos serão os primeiros –, este extraordinário Senador da história mundial das repúblicas, Pedro Simon. Os romanos orgulhosos diziam que Cícero foi o maior orador. Nós, brasileiros, dizemos que era naquele tempo, porque, hoje, ele foi superado por Pedro Simon, tanto na oratória, quanto na ética, na decência e no amor à Pátria. Ernest Hemingway dizia: “A maior estupidez é perder a esperança”. Enquanto estiver Pedro Simon vivo, nós temos esperança de dignidade e de melhores dias para a Pátria.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente

E V. Ex^a, neste instante, está diante do nosso Líder Wellington Salgado. Quero chamá-lo para uma luta. O PMDB V. Ex^a construiu nos tempos de combate à ditadura, e seus companheiros já foram para o céu. Ulysses Guimarães ficou encantado no fundo do mar. O PMDB jamais pode abdicar da Presidência desta Casa; o PMDB jamais pode abdicar da luta pela Presidência da República, porque nós somos quantitativamente maiores. O povo brasileiro, assim, elegeu o maior número de vitoriosos nas últimas eleições. E, qualitativamente, também somos superiores.

Então, neste instante – quis Deus, eu, na Presidência, e V. Ex^a, representando o melhor da história de luta do PMDB –, quero lançá-lo a este desafio: ser o nosso candidato à Presidência da República ou do Senado. Mas jamais o nosso Partido poderá abdicar, principalmente para o Partido dos Trabalhadores, porque eles não têm nomes comparáveis ao de V. Ex^a. Nós aceitaríamos até qualquer um deles como Vice de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu não sei o que é mais profundo em V. Ex^a, se é a competência de político, se é a mão santa de médico ou se é a generosidade de seu coração. Eu lhe agradeço profundamente, Sr. Presidente, mas lhe digo: que bom se o nosso Partido fosse composto de gente como V. Ex^a! Que bom!

V. Ex^a diz, e com razão, que o PMDB vem de uma vitória estrondosa e, para muitos, surpreendente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 8.469 vereadores. O mais próximo é o PSDB, com 5.896 vereadores. Um quadro vale por dez mil palavras. Essa informação foi do nosso Líder Wellington Salgado, cuja grandeza o PMDB desbrava lá nas Minas – Minas de Tancredo, de Juscelino Kubitschek. Agora tem lá nosso candidato, não é?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Leonardo Quintão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que bom seria se o Partido se reunisse em torno dessa vitória e marcasse, como nós fizemos... E aqui faço uma proposta ao nosso Presidente do Partido, Sr. Presidente, que já fez uma reunião muito importante na Câmara dos Deputados, da qual saiu candidato a Presidente da Câmara: a de que S. Ex^a faça uma reunião, como fazímos no passado, depois das eleições, com todo o comando do Partido, para debater e discutir o futuro.

Lembra-se, querido irmão de Santa Catarina, da reunião que fazímos em Santa Catarina, com Dr. Ulysses, com Tancredo, com Teotônio, para debater a situação? Passada uma eleição, nós nos reunímos, para fazer a análise do que foi e uma proposta do que era. Acho que o nosso Presidente do Partido faria, realmente, algo de muito positivo, se essa reunião acontecesse. Com toda sinceridade, acho que seria.

Sr. Presidente, em meio ao tumulto que o mundo vive, tomo a liberdade de falar aqui sobre um tema que eu diria ser unanimidade no mundo.

No último dia 4 deste mês, comemoramos o Dia de São Francisco de Assis. Mais do que isso: o universo celebra, neste ano, oito séculos do franciscanismo. Eu digo “universo”, porque este era o mundo de São Francisco: o céu e a terra, a luz e as trevas, os luzeiros, o sol, a lua e as estrelas, os frutos e os animais da terra, as criaturas do mar e as aves do ar, a relva, as ervas que produzem semente, o fruto. O homem, na sua plenitude. O mundo de Francisco tinha, portanto, a imagem e a semelhança de um universo criado por Deus.

Não é por acaso que, numa era de tantos acontecimentos e de tantos personagens construtores da história da humanidade, tenha sido São Francis-

co escolhido por 13 instituições mundiais, nenhuma religiosa. São Francisco foi escolhido o Homem do Segundo Milênio, pelo que ele foi, pela sua própria história e, principalmente, pelo seu legado – o seu legado semeador de humildade, de solidariedade e de amor ao próximo. Esse legado continua lançando sementes no coração de muitos seres verdadeiramente humanos, para que cultivem, no corpo e na alma de muitos que ainda vivem, ou sobrevivem em condições também verdadeiramente desumanas, os mesmos princípios que nortearam os caminhos de Francisco de Assis.

São muitos os exemplos, porque cada fruto da frondosa árvore do franciscanismo tem o condão de produzir novas sementes – sementes do bem, que continuam a se espalhar, mesmo que em lugares de terras áridas, onde os homens se arvoram em se transformar em novos deuses, criadores de universos de fome, de miséria, de violência, de guerra, de barbárie.

Um dia desses, Sr. Presidente, vi, em um programa de televisão, um belo exemplo de vida de alguém que, para mim, sintetiza os mais sublimes princípios éticos e morais.

Em 1989, o frio castigava São Paulo, cena de miséria na esquina de uma avenida. Não sei se era a São João, não importa. Podia ser uma qualquer, esquecida até mesmo pelos poetas que rondam a cidade. O carro, aquecido, vidros fechados pelo frio e pelo medo.

De repente, um rosto marcado pelo tempo ou pelo descaso. Cabelos longos, barba por fazer, pés descalços, maltrapilho, esfarrapado. Os calos nas mãos estendidas dando o testemunho, rude, mas digno, dos tempos de cidadania. Uma moeda. Uma moeda, um pedaço de pão ou, quem sabe, uma outra mão. “Perdoe-me a pressa, é a alma dos nossos negócios”. “Eu vou indo em busca de um sono tranquilo”. Mas aquela luz verde, refletida naquele rosto magro e ossudo, mais parecia um sinal de parada obrigatória. O funcionário do Ministério da Agricultura abre as portas do carro, que lhe aquece o corpo, e do coração, que lhe dá calor à alma, e doa ao andarilho o seu sobretudo.

Para o funcionário do Ministério da Agricultura, se era o sobretudo, era porque tudo ele tinha. E porque aquele sobretudo protegeria um “quasenada”. Convidou-o para um chocolate quente, ouviu os seus lamentos, emocionou-se com sua história de vida. Sem o sobretudo e fora do seu carro, não mais sentiu frio. Aqueceu-se, apenas, das chamas do coração.

Na despedida, Sr. Presidente, ouviu a frase que lhe transformou a vida a partir daquele encontro, quem sabe consigo mesmo: “O senhor é o anjo da noite. O senhor é o anjo da noite.” Em casa, os sonhos lhes

trouxeram, de volta, a mesma esquina e o mesmo maltrapilho. As mesmas histórias, a mesma frase, a mesma voz: “O senhor é um anjo da noite” “Um anjo da noite”. “Um anjo da noite”.

Foi assim o início dos “Anjos da Noite”, voluntários que percorrem aquela e tantas outras esquinas de São Paulo, dividindo a cidadania e fazendo obra espetacular.

Quantas já foram, desde aquela madrugada fria de 1989, as alegrias somadas, a miséria diminuída e a esperança multiplicada? Hoje, são dezenas, centenas de voluntários, tantos outros Anjos da Noite que distribuem o seu sobretudo, mesmo que esse tudo seja quase nada em termos materiais, desde que as almas de centenas de semelhantes sejam aquecidas no inverno da fome, da miséria e do desdém.

Quem seria aquele homem maltrapilho que mudou a vida de tanta gente?

Carros aquecidos, vidros fechados.

Quem sabe, o mesmo esfarrapado que, um dia, adentrou a loja de “sobretudos” do pai do jovem Francisco de Assis, pedindo uma moeda, um pedaço de pão. Quem sabe, uma outra mão.

Quem sabe, seja ele o mesmo Cristo, que se corporifica entre nós, através de tantos maltrapilhos e esfarrapados, a nos estender a mão nas esquinas de Assis, ou de São Paulo, ou de qualquer outra cidade, em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus?

Muitas vezes, imagina-se que se pode encontrar Deus, apenas, nas catedrais. Mal se imagina que Ele pode estar, ali, bem ao alcance, mesmo que em um pequeno “telheiro”, como aquele que serviu de abrigo a São Francisco de Assis, a instigar sentimentos quase sempre ao descaso, como os da humanidade, da solidariedade e do amor ao próximo.

Tudo isso em nome de uma nova religião, difundida, especialmente, nestes tempos de globalização: o consumismo. O culto ao “sobretudo”, em detrimento do “sobrenada”.

Quantas vezes somos chamados a “reconstruir a nossa igreja”, assim como a voz que reorientou a vida de São Francisco de Assis, na Igreja de São Damião, e imaginamos como ele, de início, que se trata, apenas, de tijolos, telhas e cimento, quando a argamassa dessa mesma igreja é, na verdade, a mudança de nossos procedimentos, principalmente junto a tantos maltrapilhos e esfarrapados, que batem às nossas portas e tentam ultrapassar os muros de nossa retina?

Quantos serão os “lobos” que criamos dentro de nós mesmos?

O funcionário do Ministério da Agricultura e o maltrapilho são personagens atuais. Deus, nem tanto.

O culto ao ter afasta o ser humano, cada vez mais, da obra divina do ser, criado à Sua imagem e semelhança. É por isso que uma das histórias mais conhecidas de todos os tempos, a da vida e obra de São Francisco de Assis, tem que ser relembrada, principalmente em alguns momentos mais marcantes da história da humanidade. Como os tempos atuais.

É que a opulência tem ocupado corações e mentes, ao mesmo tempo em que bilhões de maltrapilhos e esfarrapados estendem suas mãos, quase sempre calejadas, nas esquinas do mundo criado por Deus, corporificado, quem sabe, nos esfarrapados das esquinas do nosso desdém.

Aquele funcionário da nossa história praticou um ato tipicamente franciscano. Ele tinha um sobretudo, quando o mendigo não tinha absolutamente coisa alguma. A sua história é um retrato fiel da vida de São Francisco de Assis.

Se forem bilhões de maltrapilhas a nos estender as mãos, há também muitos franciscanos que, na maioria das vezes, anonimamente, dividem seus "sobretudos", não importa se os mais singelos. Singeleza como a que marcou a vida de São Francisco.

Ele, que nasceu num mundo de catedrais, aca-tou a missão de reconstruir igrejas. Não a igreja material, como ele percebeu depois, mas a verdadeira igreja missionária que, para ele, deveria unir doutrina e prática religiosa. Amansou o lobo que se encontrava dentro dele próprio. Lobo, como tantos, que uivam neste nosso mundo de barbárie.

Resolvi trazer para os **Anais do Senado Federal** um pouco da vida de São Francisco de Assis. Não para que ela dormite, fria, nas prateleiras do Congresso. Não para que ela dormite, fria, na nossa vida parlamentar. Mas, quem sabe, para que ela nos inspire sempre nesta nossa caminhada, que também é de plantio, de colheita e de produção de novas sementes.

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas e instigantes passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado "homem do segundo milênio" sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria.

A essência de sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Cristo crucificado.

Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação.

Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o "franciscanismo" de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Certo dia, numa das suas cavalgadas solitárias, Francisco encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida, a mais discriminatória.

Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar os leprosos, foi ao local onde eles eram mantidos, segregados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os leprosos. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de Santo.

A sua pregação de humildade e de união entre a palavra e a ação cativou seguidores. Era um tempo em que a Igreja se preocupava muito em possuir bens materiais. Era contrária, portanto, à mensagem de São Francisco.

A Igreja temia, então, que aquele grupo de homens humildes, sem posses de qualquer natureza, pudesse ser ameaçador às suas pretensões materiais.

A Igreja ofertava postos de poder na sua hierarquia aos seguidores de Francisco, mas a sua resposta era sempre pronta: "*Meus irmãos são chamados menores para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes*". E não aceitava a nomeação para bispo ou coisa parecida.

Os cardeais procuravam instruir o Papa Inocêncio III a definir regras rígidas para os seguidores de Francisco, inclusive para que eles se ligassem a um outro grupo religioso já existente.

Mas o Papa também teve um sonho: a basílica parecia tomar, balançando de um lado para o outro. Não caía porque um homem maltrapilho a segurava. Esse mesmo homem, no sonho do Papa, tinha todas as características físicas do miserável São Francisco.

Esse fato tocou o coração do Pontífice, apesar das insistentes críticas do Conselho de Cardeais. Foi aí que o Cardeal João de São Paulo, que ouvia em silêncio a discussão, disse em tom incisivo:

Se rejeitarmos a petição deste pobre homem como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a

lei de vida do Evangelho seja nele confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo.

Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumpri-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho.

Os cardeais perguntavam como Francisco e aqueles miseráveis iam criar uma Ordem onde tinham de ir pelo mundo sem levar suas roupas, nem dinheiro, nem nada. Não deviam possuir absolutamente nada e correr o mundo sem posses materiais. “Mas como? Isso não é possível!”.

E o Papa ia dizer que não era possível quando o Cardeal João São Paulo, o mais velho, disse: “Cuidado, Papa. Se os senhores aqui tomarem a decisão de que não se pode autorizar a Ordem de São Francisco a ir adiante porque ela diz que seus seguidores irão pelo mundo sem bens materiais, estarão dizendo que Jesus Cristo, quando disse no Evangelho ‘*Ide pelo mundo, não levais uma túnica, não levais bens, ide, entrarei e abençoai*’”, os senhores estão dizendo que isso não pode ser, que Jesus pregou o impossível. E foi isso que fez o Papa parar para pensar, parar para refletir e autorizar a Ordem de São Francisco.

O Papa, ainda com as imagens de seu sonho e com as palavras do Cardeal, afirmou: “Na verdade, esse é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”.

E, voltando-se para os frades, conclamou: “*Ide com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltai de novo a mim, e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos mais poderes*”.

O Papa curvou-se, abraçou, beijou e abençoou Francisco de Assis.

Agora, com as bênçãos do Papa, ele passou a disseminar as suas palavras: “*Amai-vos uns aos outros e esqueci-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus*”.

Mas não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam concretamente o que diziam, num pequeno telheiro, num lugar chamado Rivo Torto.

Esse mesmo Papa, Inocêncio III, considerado um dos personagens mais poderosos daqueles tempos, embora não se tendo convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma maneira inusitada.

Conta a história, meu Presidente, que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria a notícia de que a doença que o consumia era a peste, e todos temiam entrar no quarto do Pontífice.

Francisco, embora advertido desse fato, o fez. Entrou no quarto, tomou a sua mão e rezou com ele. O Papa morreu em paz, na presença de Francisco.

À noite, quando levado para uma igreja onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório do Papa continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do Papa morto, incluindo jóias e até mesmo a sua própria roupa.

Quando Francisco soube do ocorrido, voltou imediatamente, tirou o seu capote e cobriu carinhosamente o corpo do Papa. Esse fato é considerado pela História o momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

Nada de mais significativo a acrescentar sobre a vida de São Francisco de Assis. Além do que já foi escrito, são centenas de publicações. Também não há o que mudar na sua vida santificante. Quem sabe nem mesmo o que acrescentar a sua biografia; ao contrário, é a vida dele que tem de mudar a conduta dos homens dos tempos atuais.

O homem do segundo milênio tem que permanecer imitado, quem sabe ainda com mais devoção neste milênio que se inicia, para que ele continue sendo fonte de inspiração, como o que aconteceu com o funcionário do Ministério da Agricultura.

Quantos poderão ser ainda os “anjos” neste imenso e mal dividido universo? Quantas vezes Deus necessitará travestir-se em maltrapilhos e esfarrapados para aguçar o espírito franciscano, muitas vezes adormecido, dos seres humanos?

Quem sabe não seja este o melhor momento para que possamos despertar o “franciscanismo” que existe dentro de nós, principalmente quando se comemoram os 800 anos da obra franciscana?

Sr. Presidente, Sr’s e Srs. Senadores, não é difícil um coração servir de morada para São Francisco de Assis. Basta que ele seja arquitetado pela generosidade, construído pela solidariedade e mobiliado pela humildade. Não há como ficar imune a uma simples leitura da vida desse homem, que foi considerado o homem do segundo milênio.

Aliás, a vida de São Francisco já provocou, ao longo dos séculos, profundas mudanças no comportamento humano. Foram atribuídas a ele o sermão aos pássaros e o milagre das andorinhas, que produziram transformações nas artes, na literatura, nos sentimentos e no pensamento científico.

A representação de São Francisco falando ao sol, às nuvens, às flores e aos animais causou uma reconciliação, um resgate do espírito do cristianismo com o amor à natureza.

São Francisco também suscita o contraditório que está em cada um de nós. Não é por acaso que, na História da Humanidade, é nos tempos da barbárie que floresce com mais viço o chamado espírito franciscano. Quem sabe exatamente o mesmo paradoxo da vida de Francisco: de uma vida mundana, marcada pela opulência, pela luxúria, a uma existência determinada pela pobreza e pela humildade.

Talvez o momento atual da nossa história seja um dos que mais reclama esse mesmo contraditório da vida de Francisco.

As guerras, em nome do poder, do dinheiro e do nada, às vezes, paradoxalmente, em nome de Deus; a violência, a fome, a miséria, o desdém, a discriminação, entre outras mazelas, invocam a busca de novos valores e referências, calcados nos sentimentos praticados por Francisco. Talvez, o resgate do verdadeiro conceito de humanidade.

Mas ele se rebelou contra o discurso vazio, sem a prática correspondente. Ele realizava, efetivamente, a sua pregação. Quem sabe, então, uma vida a ser imitada, com devoção, nos dias atuais.

Assistimos, hoje, a uma perversa divisão do mundo em duas partes, meu Presidente. Na fronteira, o mercado, a carimbar passaportes e distribuir “vistos de entrada”, simbolizados nos selos das melhores grifes e na vida marcada pela opulência.

Esse mesmo mundo tem uma nova constituição, chamada globalização, e uma nova religião, o consumismo. Há uma nova pregação, quase fundamentalista, disseminada pela mídia: há que se converter para essa nova religião para se transpor a fronteira da inclusão, delimitada pelo mercado.

O mundo de hoje preocupa-se, novamente, com a construção não apenas de “igrejinhas”, como a de São Damião, mas de “catedrais” reluzentes e ornamentadas com os mais ricos bens materiais.

Os sentimentos que marcaram a vida de São Francisco de Assis correm o risco de serem, também novamente, desdenhados e ridicularizados.

A compaixão, a solidariedade, o amor ao próximo ficam longe do despudor do lucro e do poder a qualquer preço, mesmo que “em nome de Deus”.

Por exemplo, o “mundo do lucro” tem mais de um trilhão de dólares para socorrer seus “sócios preferenciais”. Ao “mundo da fome”, entretanto, não se quer dedicar menos de 3% desse mesmo valor para duplicar a produção de alimentos em todo o planeta. Os “sócios preferenciais” do mundo do lucro são uns

poucos privilegiados. No mundo da fome, já passam de um bilhão de marginalizados.

Fico imaginando como será esse mesmo mundo nos tempos que estão por vir. Que futuro restará a mais de um bilhão de pessoas que padecem, hoje, da dor da fome e são considerados pesos mortos na contabilidade das preocupações do mundo moderno.

O homem transformou-se em um na multidão. Isolado, a tecnologia o coloca em contato com o mundo, mas ele vive entre quatro paredes. Perdeu a consciência do coletivo, perdeu o sentimento da compaixão. É um concorrente, no lugar de um semelhante. Os bens materiais lhe dão forma.

Preocupa-se em ter no lugar do ser.

Não consegue amansar os lobos que se criam e se desenvolvem dentro de si próprio. Vale-se, cada vez mais, da auto-ajuda, como se problemas e soluções se resumissem na sua própria individualidade.

Ainda assim, a minha esperança se move inspirada na vida de Francisco de Assis. Eu acho que a humanidade, embora tamanha barbárie, retratada na violência, nas guerras, na fome e na miséria, carrega, em si, no mais interior do seu íntimo, o dom do sentimento de amor.

Eu ainda acredito nos ideais de Francisco. Acredito que eles não morreram. Eu acredito que serão cada vez mais caudalosos os seus seguidores. O funcionário do Ministério da Agricultura não está só. Cada um de nós tem, no seu mais íntimo, algo de “anjo da noite”.

Talvez o maltrapilho e esfarrapado, numa esquina qualquer da nossa maior cidade, repleta de luzes, seja a encarnação viva de São Francisco. Ele pode estar reconstruindo uma nova igreja na consciência de cada um de nós.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos próximos dias 17, 18 e 19, agora, na semana que vem, como parte das comemorações do oitavo centenário de São Francisco de Assis, haverá, em Brasília, uma grande celebração latino-americana e caribenha. O lema será “Reviver o sonho de Francisco e Clara de Assis no chão da América Latina e do Caribe”.

Para se ter uma idéia, só no Brasil, estima-se que sejam dois milhões os franciscanos, membros das diversas ordens religiosas. Embora passados tantos anos da travessia terrena de São Francisco, nada mais atual do que as reflexões sobre o seu exemplo.

Além disso, os franciscanos participaram, diretamente, da construção da nossa história. Por exemplo, Frei Henrique de Coimbra, que rezou a primeira missa em solo brasileiro, em 26 de abril de 1500, era franciscano. Frei Galvão, o nosso primeiro santo, também era franciscano. A Fazenda da Esperança, visitada pelo Papa quando veio ao Brasil, uma referência

mundial na recuperação de viciados, é fruto de trabalho franciscano.

Tenho certeza de que, a cada momento, brotam novas sementes da ação franciscana em todos os cantos e recantos do planeta.

Nunca é demais relembrar a vida e a obra de Francisco. Por isso, solicito ao Sr. Presidente que autorize transcrever, nos Anais do Senado, uma síntese da trajetória deste santo que, passados oitocentos anos, ainda ilumina o caminho de tantas pessoas.

Espero que essa transcrição, sob o título de **São Francisco de Assis: Uma vida inspiradora** não se transforme em letra morta nos Anais do Senado. Afinal, o que desejamos hoje é o que São Francisco pregou, e viveu, há oito séculos: um mundo mais fraterno, mais solidário e, sobretudo, mais humano.

Que o exemplo de São Francisco nos ilumine, portanto.

Sr. Presidente, essa reunião dos franciscanos culminará no domingo, dia 19, quando será feita uma caminhada da Igreja Nossa Senhora de Fátima até o palácio sede do Governo, onde o Presidente Lula e o Presidente Garibaldi, Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional, receberão uma carta: *Carta aos governantes do mundo de hoje*. Trata-se de uma reprodução atualizada da carta que São Francisco dirigiu aos governantes daquela época. Oitocentos anos depois, numa atualização para a qual contribuiu o Frei Boff, uma atualização para o mundo de hoje, os franciscanos entregarão no domingo, dia 19, às 10 horas da manhã, ao Presidente Lula e ao Presidente Garibaldi, a versão moderna da carta de São Francisco aos governantes deste mundo.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, estou muito feliz com o pronunciamento que tive oportunidade de presenciar neste início de noite aqui no Senado. Estou aqui, V. Ex^a sabe, porque perdi um amigo, que foi o Senador Jefferson Péres. Nunca me senti feliz por estar hoje aqui, porque tive que perder um amigo para estar aqui. No entanto, não posso deixar de externar hoje as palavras que ouvi de V. Ex^a quando coloca todos os ensinamentos e os exemplos de São Francisco de Assis. Eu estava aqui refletindo sobre como podemos aproveitar esses ensinamentos e esses exemplos nesta Casa. Pedir para os Senadores doarem seus bens? Não conseguiremos. Mas podemos conseguir, Senador Pedro Simon – talvez tenha sido esse o objetivo de V. Ex^a ao fazer o pronunciamento de hoje –, que se faça uma reflexão nesta Casa, que

decide os rumos dos brasileiros e decide, principalmente, o rumo dos mais pobres.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso!

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Acredito, Senador Pedro Simon, que, ao legislarmos para os mais pobres, ao fiscalizarmos para os mais pobres, ao trabalharmos um orçamento que vai vir – daqui a alguns dias estaremos decidindo sobre ele – e se voltarmos as nossas decisões para os mais pobres deste País, nós estaremos cumprindo, tenho certeza, uma parte dos ensinamentos de São Francisco de Assis. Portanto, acredito que V. Ex^a ao nos trazer esse brilhante depoimento sobre a vida de São Francisco e de seus ensinamentos gostaria que fizéssemos essa reflexão. Tenho certeza de que esta Casa refletirá sobre isso, para que possamos voltar as nossas ações para os mais pobres do Brasil, porque somente assim teremos realmente cumprido o nosso papel como seres humanos aqui na terra, que é a de trabalharmos para os outros e não somente para nós mesmos. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe o aparte e digo-lhe que o Senador Jefferson Péres, lá de cima, está orgulhoso dele. Foi um aparte igual ao que ele daria. Eu fico muito feliz de ver a interpretação que V. Ex^a dá ao meu discurso. É exatamente isso: cada um de nós pode fazer a sua parte. Nesta Casa, podemos realmente, com mais denodo, cumprir a nossa missão, se formos mais rígidos ao olhar as questões, se na hora de distribuir olharmos para os mais humildes, para os mais necessitados. Como é fácil nós aprovamos os créditos destinados aos grandes, destinados aos bancos, destinados às grandes instituições, e como é difícil a gente votar algo destinado aos humildes. V. Ex^a foi muito feliz. Acho que exatamente esse seria o modo de a gente demonstrar mais dedicação e mais amor ao nosso trabalho.

Ouço meu querido irmão, gaúcho de Santa Catarina.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Tenho dito, Senador Pedro Simon, em alguns momentos, principalmente no meu Estado, no sul do Brasil, que Cristo disse a Pedro: “Sobre esta pedra, edificarei minha igreja”. Isso está na **Bíblia**. Eu, várias vezes, usei essa expressão. Nós, do PMDB, temos dito que, para nós, Pedro também é uma rocha e que sobre essa rocha edificaremos nosso Partido. Tenho dito isso em várias ocasiões. Esse Pedro dentro do nosso Partido é Pedro Simon, que é símbolo da resistência. É como o Mão Santa, que, embora seja médico, discute economia; S. Ex^a entende de economia e tem dado exemplo de que conhece todos os setores, todos os assuntos. Embora seja formado em Medicina, S. Ex^a trata de todos os

temas. Senador Pedro Simon, não havia outra pessoa mais indicada do que V. Ex^a para falar sobre a obra de São Francisco de Assis, porque V. Ex^a é devoto dele. Todo mundo sabe disso. Foi muito importante o que V. Ex^a fez hoje: trazer à tribuna do Senado a história, após oitocentos anos, de São Francisco de Assis, destacando o exemplo que ele deu à humanidade, que ainda hoje é objeto de reflexão. Falam dos anjos da noite. V. Ex^a tem sido para o nosso Partido, em vários momentos, um anjo da noite. Às vezes, internamente, temos algumas discussões: "Ou é isso, ou é aquilo. Ah! Se não for isso, não vamos apoiar". Às vezes, a troca faz parte da negociação. Dizem: "Se não for isso, se não for aquilo...". V. Ex^a sempre tem sido um anjo da noite para pregar as teses, as bandeiras; tem sido um peregrino do Partido. Sobre essa tese de São Francisco de Assis bem disse o Senador Jefferson Praia. O Papa queria levar a Ordem de São Francisco para o mundo, e os cardeais não queriam dar autorização; houve aquela discussão. Eu diria que, aqui, muitas vezes, existem os cardeais. E tem de haver os que pregam. V. Ex^a é um dos que pregam: "Vamos sair pelo mundo, vamos sair pelo Brasil e pregar o melhor, pregar o bem, pregar aquilo que é o melhor para a sociedade, para a cidadania". E V. Ex^a é um São Francisco de Assis para nós hoje. V. Ex^a incorpora São Francisco de Assis. V. Ex^a é, hoje, um peregrino das boas novas, do melhor, das transparências, da moralidade. Não posso dizer, Senador Pedro Simon, que V. Ex^a é adorado, porque, no Direito Canônico, adorar alguém é sacrilégio, mas V. Ex^a é venerado por muita gente – em Santa Catarina, nem se fala! É venerado pelos gaúchos, pelos brasileiros. V. Ex^a é venerado por muita gente. Isso não fere o Direito Canônico. Isso pode ser feito. Eu tinha de dizer isso a V. Ex^a com muita alegria e com muita satisfação no fim desta sessão, no fim da tarde, já no início da noite, porque V. Ex^a é um anjo da noite para nós, para o nosso Partido, para o nosso Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu irmão Maldaner, não calcula o bem que me fazem as palavras de V. Ex^a. Somos irmãos há muito tempo, das horas difíceis e amargas, quando Rio Grande do Sul e Santa Catarina faziam a resistência. Fico muito feliz com as palavras de V. Ex^a.

Não nego que tive angústia ao fazer este pronunciamento. Fiquei a me perguntar: será que estou agindo corretamente? Afinal, o Brasil é um País que não tem religião oficial; é um País laico. Será que estou avançando o sinal? Mas não é esse o sentido. Pensei e tomei essa decisão. Não estou falando aqui na Igreja Católica, nem no santo Francisco; estou falando no homem que foi considerado por quatro instituições mundiais o homem do segundo milênio. Estou falando

na obra, no estilo, na realização dele. Acho que isso é importante. É muito importante como a gente vê as coisas. Tenho falado várias vezes em Luther king. Tenho falado várias vezes em pessoas extraordinárias que são grandes nomes, independentemente das idéias que eles defendem.

As palavras de V. Ex^a me deixam tranqüilo, porque acho que não cometí uma imprudência. Fiz apenas aquilo que minha consciência mandava.

Concedo um aparte ao querido companheiro Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, apenas queria registrar também o orgulho que tenho ao vê-lo na tribuna. V. Ex^a, que é uma referência de vida e uma referência moral da Casa, além de uma referência no campo político e intelectual, aborda um tema de valor humano. A história de Francisco é uma história que envolve, em termos de amor, todos nós. E o conceito de Deus que penso ser o mais atual e universal é sinônimo de amor, e Francisco foi, sobretudo, isso. Francisco foi exemplo de amor junto aos leprosos, junto aos pobres, junto a todos os que necessitavam. Tratou com amor até o irmão Sol, a irmã Lua, a mãe Natureza. Então, V. Ex^a discorre sobre esse assunto como uma referência para todos que queiram entender melhor o sentido de uma vida de harmonia, de respeito, de fraternidade e de bons valores. O Parlamento precisa de um debate conceitual, de um debate que envolva a espiritualidade. V. Ex^a traz uma enorme contribuição a esta Casa em termos de conteúdo e de sentimento de vida. Parabéns! Obrigado pelo pronunciamento que faz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a sabe, Senador Tião Viana, o carinho que tenho por V. Ex^a e o bem que suas palavras fazem, pois vejo que há esse sentimento de que eu, de certa forma, pelo menos não cometí um equívoco ao tratar desse assunto com a seriedade que eu quis tratar. Não falei dele tendo como base a Igreja Católica nem o cristianismo, mas, sim, o humanismo, a fé, o amor que devemos pela humanidade.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância e a gentileza e volto a dizer: tenho o maior orgulho e o maior carinho pela ação e pelo trabalho de V. Ex^a. Que bom se nosso Partido fosse cheio de mãos santas! Não precisavam ser tão santas, mas, pelo menos, mãos mais abertas ao próximo, como são as de V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS: Uma vida inspiradora

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas, e instigantes, passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado “homem do milênio” sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria. A essência da sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Jesus crucificado. Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação. Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o “franciscanismo” de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Ele nasceu em Assis, na Úmbria, Itália, no ano de 1182. Veio ao mundo em um período em que a fortuna e a riqueza acumuladas pelos comerciantes e mercadores começava a competir com os bens herdados da nobreza territorial. Seu pai, Pedro Bernardone, proprietário de uma das lojas de tecido mais ricas e elegantes de Assis, era um legítimo representante dessa nova classe emergente. De sua mãe, Dona Pica, francesa de Provença, herdara o desembaraço jovial e o encanto cordial. Seu nome de batismo era, na verdade, João, mas seus companheiros italianos o apelidaram de Francisco, em razão de sua linguagem e de seu porte tipicamente francês.

Pelos seus atos, poderia, quem sabe, ter sido chamado, também, de Messias. É que, já desde um século antes, disseminavam-se visões no sentido de que, tão logo, se aproximava o final dos tempos de desgraça e que um menino surgiria e conduziria os homens a um período de júbilo. Esse mesmo menino seria corajoso e, ao mesmo tempo, humilde, pobre e despojado, e conduziria seu povo aos verdadeiros caminhos de Deus. Parecia, portanto, uma premonição ao nascimento do menino João, que foi Francisco, mas que poderia ser Messias, em Assis.

Essa era uma época que se caracterizava por grandes transformações, como a supremacia dos papas sobre a autocracia dos reis. A Igreja entrava num tempo de grandeza e de poder. O poder mundial da Igreja, que se iniciara no século XI, afirmava-se, portanto, naquele Século XII. A Igreja demarcava o seu território, exatamente pela conquista do território. Uma igreja material e sequiosa de poder. Os sumos pontífices eram, muitas vezes, mais guerreiros do que missionários da obra de Deus.

Depois de freqüentar a escola dos monges beneditinos em Assis, Francisco passou a trabalhar com seu pai, na loja de tecidos. Sua simpatia e sua alegria de vida, logo estimularam as vendas. Mas, o jovem não se resumia, apenas, à sua habilidade comercial, mas na fácil compreensão dos novos métodos do comércio que se instalavam à sua época, como a escrituração, as novas unidades monetárias e os sistemas de pesos e medidas. A presença de Francisco nos negócios do pai propiciava, portanto, maiores ganhos financeiros à família. Faltava-lhe, entretanto, qualquer espírito de parcimônia. Ganhava com facilidade, mas também gastava com igual facilidade. Para ele, não existia encantamento maior na vida do que presentear os outros, e a verdadeira alegria somente se materializava, quando ela era plenamente dividida.

Francisco apreciava encontros festivos, com as mais caras iguarias e vinhos, onde ele, quase sempre, fazia as honras da casa. Era o líder da juventude dourada da sua cidade. Baixo e frouxinho, não eram suas qualidades físicas de beleza e estatura que o destacavam; era o encanto no trato com os amigos que o tornava especial. Por tudo isso, era considerado o rei das brincadeiras, das canções e dos banquetes de Assis. O trovador da terra, em sua época.

Os anos de prazer da existência de São Francisco coincidiram com uma nova mentalidade mundana de vida. Desenvolvia-se a arte dos trovadores, a partir da França, que, no século XII, tinha uma grande influência de irradiação de valores e de costumes, e de outros segmentos, como na arquitetura. Uma quebra nos valores tradicionais, em nome, agora, do culto aos bens tipicamente materiais igualmente celebrado na Itália. Francisco era um dos seguidores dessa transformação do comportamento.

Para ele, entretanto, o dinheiro era apenas uma fonte para a sua felicidade e a dos outros, não só de seus amigos, mas, de igual maneira, dos pobres e enfermos. Essa atitude perdulária de Francisco preocupava, sobremaneira, o seu pai, Pedro Bernardone. Entretanto, essas atitudes do filho não deixavam de lhe propiciar um certo orgulho, pois a distribuição de dinheiro para os mendigos lhe lembrava a sua origem, igualmente humilde.

Um certo dia, Francisco se encontrava na loja de seu pai, em conversa com um rico freguês do estabelecimento. Aproximou-se dele um mendigo, a lhe pedir esmolas. Concentrado no assunto, não prestou atenção ao pedido que lhe fora feito. Mais tarde, quando procurou pelo andarilho, não mais o encontrou. Caiu em desespero e, sem mesmo se preocupar em fechar a loja e guardar o dinheiro em caixa, saiu à sua procura. Depois de muito tempo, finalmente o encontrou, já na saída da cidade de Assis. Deu-lhe, então, o seu casaco, além de todo o dinheiro que carregava. Foi aí que nasceu, em Francisco, o verdadeiro espírito de caridade, o sentido da miséria e da privação.

Aos 22 anos, Francisco e seus amigos foram para a guerra deflagrada contra os senhores feudais da época, com o objetivo de lutar pelos direitos e pela liberdade da burguesia emergente. Ocorre que a luta se circunscreveu entre a sua cidade e a vizinha Perúsia. Ao final, Assis saiu-se perdedora e Francisco e seus companheiros foram feitos prisioneiros. Isso, entretanto, não foi o suficiente para lhe tirar a alegria de vida e de lhe reprimir o dom de trovador. Um ano depois da prisão, após restabelecidas as pazes entre as duas cidades, Francisco retornou para sua casa e para a sua vida de banquetes e de extravagâncias.

Mas, esse foi um momento que não passou impune na sua vida. Tão logo regressou da prisão, uma doença com fortes dores e febre alta impedi-o de continuar na sua rotina habitual de trabalho e de festejos. Acamado, seu único contato com o mundo exterior se resumia a uma réstia de sol que iluminava o seu quarto. Isso lhe serviu como uma espécie de encantamento e a sua consciência, neste período de enfermidade, era medida pelas horas de sol. Isso, também, lhe servia para movimentar os músculos acometidos pelo torpor, ao caminhar até a janela do seu quarto, para dar as boas vindas e para se despedir do astro-rei. A partir daí, e a cada dia que passava, ele se tornava, ainda mais, atraído pela natureza. A luz do sol lhe permitia uma visão atraente da vida dos homens e dos animais e da beleza das coisas.

Recuperada a saúde, voltou à rotina de trabalho e de lazer, mas não à alegria de antes. Parecia-lhe que, embora sua vida intensa, restava-lhe, ainda, uma espécie de vazio existencial. Os passeios durante a convalescença, que lhe permitiam apreciar a natureza, lhe deram uma sensação mais real de felicidade, maior que a de sua vida anterior. Mesmo as antigas canções lhe pareciam vazias de conteúdo e aquém de sua verdadeira aspiração de vida. Sua impaciência crescia a cada dia, pois a felicidade que experimentara nos dias de convalescença era maior que a das noites de festa e de prazer. Passou a buscar, então, um tipo de alegria que lhe fosse mais elevado.

Durante este período em que Francisco procurava um novo sentido para a sua vida, iniciou-se uma nova guerra entre os imperadores germânicos e a Igreja. Entusiasmou-se, então, com a possibilidade de encontrar essa nova forma de vida, que tanto almejava. Durante um sonho, ele se encontrava na loja de seu pai, que, no caso, negociava escudos brilhantes, espadas e esporas, quando uma voz lhe dizia: “Tudo isso lhe pertencerá e a teus guerreiros”. Esse mesmo sonho lhe impulsionou, então, a seguir para a luta. Porém, ao chegar a Espoleto, a caminho de Roma, teve uma recaída inesperada da antiga doença, o que lhe fez interromper a idéia de continuar. Entre sonho e vigília, a mesma voz que ouvira em Assis, voltava a lhe dizer, reiteradamente: “Não entendestes bem a aparição em Assis. Volta para tua terra natal. Ali, te será conhecido o que deves fazer”.

Este fato não lhe afastou a idéia de continuar na sua caminhada. Para, ele, seria degradante voltar derrotado para sua terra, mesmo sem ter lutado. De repente, ocorreu algo que, mesmo para ele, profundo conhedor daquelas terras, parecia estranho: depois de ter cavalgado por um longo tempo, viu-se, novamente, às portas de Assis, exatamente de onde havia partido. Sem entender o que acontecera, de volta para sua casa, sentiu uma imensa vontade de ficar sozinho.

Esses períodos de prostração não passaram incólumes a seus amigos. No primeiro retorno a um festejo, permaneceu calado e solitário com seus pensamentos. Um de seus amigos, vendo-o nesta indiferença, indagou-lhe se estava pensando em casar-se. “Sim, penso em casar-me”, respondeu ele, “mas com uma mulher pura e a mais amável das que já viste. Seu nome é “Dona Pobreza”. Foi esse o grande momento de transformação de sua vida. A partir daí, tomou-lhe a convicção de que escolhera a humildade como companheira para o resto de sua vida. Deixou, então, tudo que tinha, procurou ficar sozinho e refugiou-se em uma caverna deserta para preparar-se para suas “núpcias”.

Certo dia, numa de suas cavalgadas solitárias, encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida e a mais discriminatória. Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar aos leprosos, foi no local onde eles eram mantidos segredados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os doentes. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de santo.

Certa vez, quando se encontrava na igrejinha de São Damião, onde costumava ir diariamente, ouviu, de novo, uma voz: “Francisco, não vês que a minha casa está em ruínas? Vai e restaura-a para mim”. Francisco, sem recursos, mas sem hesitação, dirigiu-se à loja de seu pai e de lá retirou vários fardos de tecido, vendendo-os por uma soma considerável em dinheiro. Quando seu pai soube do fato, ficou furioso e chamou-o de ladrão. Arrastou-o até a adega e prendeu-o, autorizando que lhe dessem de comer, apenas, um pãozinho e água. No entanto, Francisco continuou firme na sua decisão de ouvir a voz de Deus. Seu pai encaminhou-o, então, ao Tribunal de Assis, para que o prendesse imediatamente. Depois de muita discussão, Francisco exigiu que fosse julgado por um tribunal canônico. Com a

interferência do bispo de Assis, Dom Guido, Francisco decidiu devolver o que havia subtraído de seu pai: “Senhor bispo, não somente o dinheiro, mas tudo o que tenho dele, a ele restituirei, até mesmo as roupas que me deu”. Assim o fez, e acrescentou, conclusivo: “Escutai e compreendei. Até agora chamei Pedro Bernardone meu pai, mas, a partir daqui, desejo dizer Padre Nossa que estais no céu”. O bispo Guido ficou surpreso e comovido com a situação, tirou sua capa e a colocou sobre os ombros de Francisco.

Tornou-se, então, um trovador de Deus. Nada mais dispunha, somente um velho e abandonado capote de camponês, com uma corda amarrada na cintura. E pôs-se a reconstruir a Igrejinha de São Damião. Como bom trovador, passou a pedir esmolas, desde que se traduzissem, apenas, em material necessário para a obra. A partir desse momento, começou a viver como mendigo por escolha própria, e não aceitava ajuda de ninguém, nem mesmo dos padres de São Damião. Entretanto, quando pedia esmolas, recebia em troca insultos terríveis que o tornavam enraivecido. Mas, logo depois, como que amansasse o lobo que existia dentro de si próprio, voltava e agradecia a quem o havia insultado. Numa velha balde, guardava os restos de comida, verdadeiras lavagens que lhe serviam de alimento.

Durante a missa de reinauguração da igreja, Francisco comprehendeu o real significado da mensagem de Deus. Não era a obra física que lhe fora recomendado, mas a reconstrução da verdadeira doutrina da Igreja. O padre leu uma parte do Evangelho segundo São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos”. Então, reconheceu que a mensagem apostólica da pobreza, humildade e amor que Cristo ordenara aos discípulos para espalhar ao mundo, era exatamente o que ele estava vivendo. Ato contínuo, começou a pregar o Evangelho, na praça de Assis.

Essa era uma época em que o dinheiro acabava de ser introduzido como moeda de troca no comércio e na indústria e, por isso mesmo, era considerado a essência de todos os valores. Como pregava exatamente o contrário, Francisco só poderia ser considerado um louco pelo povo de Assis. Não é à toa que, passado o seu primeiro sermão, Francisco recebeu zombaria e desprezo.

Entretanto, com o passar do tempo, suas palavras foram sendo mais bem compreendidas pelas pessoas que o ouviam. Entre elas, exatamente, um outro rico comerciante de Assis, chamado Bernardo de Quintavalle. Também o cônego Pedro dei Cattani, que ouvira muitas vezes o sermão de Francisco, perguntou-lhe o porquê dele tornar-se um mendigo, e se o que os padres pregavam - a palavra de Deus - não seriam suficientes. Francisco respondeu: "O que os padres ensinam na Igreja é a doutrina de Cristo, mas não o que praticam em suas vidas".

Pouco tempo depois, em 16 de abril de 1208, o comerciante Bernardo e Cônego Pedro resolveram, descalços e com roupas esfarrapadas, seguir o caminho de Francisco. O negociante vendeu todos os seus bens e distribuiu o dinheiro aos pobres na praça. Os três faziam as mesmas tarefas no lazareto, local onde viviam os leprosos, e ajudavam os agricultores nas suas tarefas cotidianas. Eles se diferenciavam dos padres da época, porque, além de pregar o Evangelho, vivenciavam as palavras de suas pregações. Eram diferentes dos padres da Igreja que, apenas, liam o evangelho, mas que viviam no conforto e na abundância. Os três levavam a vida com alegria. A pobreza os libertava de todo o peso.

Aos três se somou Egídio, um lenhador. Em duplas, decidiram empreender viagens missionárias, quando novos discípulos se integraram ao grupo. Entre eles, João, filho também de um abastado comerciante. O pai, indignado, culpou Francisco pela atitude do filho, e que tal gesto seria repreendido pelo bispo de Assis.

Dom Guido chamou, então, Francisco para uma conversa. O que o intrigava não era propriamente a reclamação do povo de Assis, mas o fato de Francisco ter assumido uma espécie de apostolado da pobreza, aumentando cada vez mais o número de seguidores, podendo levar à instituição de uma nova fraternidade. Isso, sem dúvida, ia de encontro com as atitudes da igreja da época, preocupada, notadamente, com a posse de bens materiais. Francisco, entretanto, manteve-se na sua convicção, demonstrando que não necessitaria possuir bens materiais, e que bastava, em sua alimentação, aqueles restos de comida.

Como represália, a população de Assis, a partir, principalmente, do ingresso de João ao grupo, fecharam as portas para a irmandade de Francisco, não lhes fornecendo, nem mesmo, o que lhes sobrava de suas refeições. Foram tempos de fome e de miséria ainda maior.

Quando o grupo já se constituiria de oito membros, resolveram partir para a segunda jornada missionária. Novamente em duplas, Francisco e um leproso que havia sido curado, de nome Morico foram, no primeiro momento, repelidos pela população das vilas por onde passavam. Mas, essa mesma população, não passou incólume à sua contumaz alegria e à pregação evangelizadora e pediu que eles permanecessem mais tempo, pois, para aquele povo, eles representavam, na prática, a salvação de Cristo. Francisco, no entanto, durante essa viagem, entrou em um período de sérias dúvidas a respeito de si mesmo, de sua anterior vida devassa. O profundo sentimento de remorso fez com que ele pedisse a Morico que permanecesse pregando, pois, segundo ele, não merecia a graça de Deus, por ter vivido muito tempo em pecado.

Retirou-se, então, para uma caverna e pediu a Deus que o perdoasse. Naquele instante, surgiu uma luz, seguida de uma voz: “Francisco, alegra-te, teus pecados estão perdoados. Escolhi-te para que possa proclamar o meu reino”. Depois, uma visão mostrou-lhe milhares de irmãos, vindos de todos os cantos, acompanhando-o na caminhada da opção pela pobreza.

Esse fato fez com que Francisco sentisse, ainda mais, a urgência em registrar os preceitos da sua vida evangélica e que esses mesmos preceitos seriam válidos para todos os que passassem a acompanhá-lo. Começou, a partir daí, a escrever as normas de vida que ele experimentava. E o trovador de Deus cantava o que escrevia. Os seguidores dessas normas seriam chamados de Frades Menores. Quando terminou de escrever essas regras, mostrou-as para seus companheiros, que, com ele, já somavam doze. Essas normas deveriam ser submetidas, entretanto, ao papa, em Roma.

O Papa Inocêncio III, por volta de 1210, conseguira a supremacia do poder feudal do Papado sobre o Estado. Mantinha sobre tutela reis e imperadores, e os coroava e os depunha. Um dia, embora com tamanha preocupação com os problemas da Igreja, principalmente com um movimento herético que abominava o poder mundano da Igreja, viu-se, de súbito, frente a um mendigo, que desejava falar-lhe. Era Francisco, que queria mostrar-lhe a sua doutrina sobre o evangelho de Cristo. Imaginando ser um louco, o Papa ordenou-lhe que se retirasse. Francisco, de pronto, obedeceu.

Uma semana mais tarde, o Cardeal João de São Paulo, por quem o Papa tinha grande consideração, veio falar-lhe de um homem chegado a Roma acompanhado de discípulos e que queria expor as normas de uma nova comunidade religiosa. O Cardeal assim se referiu em relação ao apostolado de Francisco: “Acredito que Deus intenta utilizar o trabalho deles para reformar a fé de sua Santa Igreja em todas as partes do mundo”. Foi o suficiente para que o Papa, no dia seguinte, recebesse Francisco e lhe pedisse para conhecer as normas que houvera escrito. Em princípio, julgou as idéias bastante ingênuas. Afinal, para uma igreja que se preocupava tanto com posses materiais, o ideal de Francisco não poderia ser encarado de forma diferente. O papa ordenou-lhe que ouvisse melhor o que Deus tinha a lhe dizer.

Mesmo assim, tudo indica que as palavras de Francisco também tocaram a consciência do Sumo Pontífice. Resolveu, então, reunir o Conselho de Cardeais, para que examinasse melhor as regras do apóstolo mendigo. Este Conselho apresentou uma sugestão de que se Francisco e seus companheiros quisessem realmente viver no espírito do Senhor, deveriam entrar para alguma ordem religiosa já existente como, por exemplo, a dos beneditinos. Não deveriam instituir, portanto, uma nova comunidade. A preocupação maior era, certamente, a possibilidade de perda de controle sobre aquele grupo que angariava, cada vez mais, um número maior de seguidores.

Mas, Francisco, movido pela sua convicção inabalável, colocou-se, mais uma vez, frente ao Papa Inocêncio: “Em qualquer parte onde estejamos, ou para onde formos, poderemos ter, sempre, nossa cela conosco. Pois, o Irmão Corpo é a nossa cela, e nossa alma é eremita, que fica lá dentro rezando a Deus”.

Essas colocações deixaram os cardeais mais indignados ainda. Advertiram, então, o Papa para que negasse as inovações “perigosas”, que o “mendigo” propunha. Mas, o Cardeal João de São Paulo, que ouvia, em silêncio, a discussão, disse em tom incisivo: “se rejeitarmos a petição deste pobre homem, como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a lei de vida do Evangelho seja nela nele confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo. Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumprí-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho”.

Essas colocações do Cardeal João de São Paulo tocaram fundo na consciência do Papa e abalaram a convicção que ele tinha até aquele momento. Decidiu, então, adiar a reunião para o dia seguinte.

Naquela noite, o Papa, atormentado pela indecisão sobre as normas da nova ordem, teve um sonho: “a grande e velha basílica de São João do Latrão, com todas as suas agulhas e abóbadas, começava a tremer e cambalear, ameaçando tombar para um lado”. Ao mesmo tempo, via um homem, com as roupas rasgadas, correndo de um lado para o outro, tentando segurar a basílica. Ao acordar, Inocêncio reconheceu o homem como Francisco.

No dia seguinte, o Conselho de Cardeais voltou a colocar objeções ao grupo de Francisco: “Como poderá essa comunidade sobreviver, se não mantém bens terrenos de espécie alguma? Como poderá ela deixar de tornar-se uma carga e uma desgraça para a Igreja?”. Mas o Papa, ainda com as imagens do sonho, com grande convicção e, para espanto dos cardeais, afirmou: “Na verdade este é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”. E voltando-se para os frades conclamou: “Ide, com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltai de novo a mim e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos maiores poderes”. O papa curvou-se, abraçou e abençoou Francisco. Era 16 de abril de 1210.

Cheio de alegria, e agora com as bênçãos do Papa, Francisco e seus irmãos partiram de volta para Assis, pregando o evangelho e vivendo na mais completa pobreza. O Bispo Guido designou-lhe a grande catedral de São Rufino, para que ele fizesse as suas pregações. A partir daí, a igreja passou a receber um número cada vez maior de fiéis. Até mesmo seu pai, que o havia renegado, passou a freqüentar as pregações e, embora ainda tivesse restrições à “estranya” vida do filho, sentia orgulho em vê-lo, ali, abençoado pelo Papa.

“Amai-vos uns aos outros e esqueci-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus”. Era assim a sua pregação na Catedral. Mas, não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam, concretamente, o que diziam, no telheiro, em Rivo Torto.

O número de discípulos aumentava, cada vez mais. Um certo dia, uma jovem e bela representante da nobreza local, de nome Clara, juntou-se ao grupo, encantada pelas pregações de Francisco. Havia, entretanto, profundas restrições à entrada de mulheres nesses grupos religiosos. Mas, o encanto de Clara tomou conta de Francisco. Construiu-se, então, uma cabana para que ela morasse, em companhia de outras irmãs que também se juntassem, naquela vida de oração, de evangelização e de amor aos pobres. Essa cabana foi, portanto, a célula inicial da Ordem Universal das Clarissas Pobres. Em menos de um ano, contadas as dos “franciscanos”, já eram quarenta essas cabanas, em torno do local, chamado Porciúncula.

Após um dos sermões de Francisco, um rico conde, Orlando de Chiusi, não podendo dar-lhe dinheiro e riqueza, até porque sabia que ele não aceitaria, ofereceu-lhe espaço numa montanha, chamada Alverno, local considerado de extrema solidão. Este fato ocasionou uma das mais sérias crises da vida de Francisco: passou a viver a indecisão entre continuar sua vida apostólica junto aos homens ou a tentação da solidão em Deus. Aconselhado pela Irmã Clara e pelo Irmão Silvestre, ele optou por permanecer no mundo dos homens, na pregação do Evangelho.

Partiu, novamente, para disseminar a palavra de Deus, no Vale do Espoleto, na cidade de Bavagna, acompanhado de dois discípulos, Masseo e Ângelo. Resolvido o seu conflito pessoal, teve de volta o seu temperamento jovial, dominado pela alegria de viver. Caminhava pela estrada, cantando à frente dos seus companheiros. Numa dessas peregrinações, repentinamente, uma revoada de pássaros reuniu-se ao seu redor. Francisco começou a pregar para os “irmãos de penas”: “Pássaros, meus irmãozinhos, deveis ser muito gratos a Deus, vosso Criador e deveis louvá-lo, porque Ele vos deu a liberdade de voar para toda parte”. Como resposta, os pássaros iniciaram um belo cântico e puseram-se a voar, ao seu redor.

Permanecendo na caminhada, Francisco chegou à pequena cidade de Alviano, pronto a iniciar a sua pregação. Como que a recebê-lo com alegria, centenas de andorinhas começaram a cantar. O povo, em silêncio. Francisco aguardou alguns instantes, inebriado pelo cântico dos pássaros, antes de dirigir-lhes as primeiras palavras: “meus irmãos e minhas irmãs andorinhas, chegou a minha vez de falar. Vós estivestes a cantar todo esse tempo”. E elas, obedientes à sua voz, calaram. Centenas de vozes humanas gritavam, em coro: “Milagre, milagre, um santo”. E Francisco pregou a palavra de Deus, para um público cada vez mais encantado por ele.

Essa mudança de comportamento, em resposta às palavras e aos atos de Francisco, se estendeu por todos os lugares por onde ele passava. Não foi só em Alviano, onde os habitantes aderiram, completamente, à sua pregação. Outras vilas e outros burgos da época, de toda a Itália, passaram a adotar sua forma de vida. Porciúncula e São Damião, as grutas, os mosteiros e conventos, que haviam surgido por toda a parte, mostravam-se pequenos para acolher todos os que desejavam seguir Francisco. E as regras que havia escrito para orientar a sua ação e dos seus onze seguidores - menestréis de Dona Pobreza - tornavam-se insuficientes.

Até mesmo o homem mais poderoso daquele século, o Papa Inocêncio III, embora não tendo se convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma forma inusitada. Conta a história que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria o boato de que a doença que o consumia era a peste e todos temiam entrar no quarto do pontífice. Francisco, embora advertido desse fato, o fez, tomou a sua mão e rezou por ele. O papa morreu, em paz, na presença de Francisco. À noite, quando levado para uma igreja, onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do pontífice, incluindo jóias e, até mesmo, a sua própria roupa. Quando Francisco soube do ocorrido, voltou, imediatamente, tirou seu capote, e cobriu-o, carinhosamente. Esse fato é considerado, pela história, um momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

Na trajetória de Francisco, doutrina e vida eram coincidentes. No entanto, ele temia que o crescimento vertiginoso da ordem pudesse levá-la a desvirtuar os seus princípios fundamentais, calcados na pobreza, na caridade e na humildade. Por exemplo, no ano 1219, cinco mil frades reuniram-se em Porciúncula, todos seguidores dos ensinamentos concebidos por ele. Imaginava que tamanho crescimento poderia levar o seu movimento de volta para uma Igreja preocupada com bens materiais e com poderes mundanos.

Quando o Cardeal Ugolino, mais tarde Papa Gregório XI, mandou chamar Francisco e lhe pediu que indicasse alguns de seus irmãos para se tornarem bispos, ou ocupantes de outras hierarquias da Igreja, a sua resposta foi pronta: "meus irmãos são chamados 'menores' para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes".

Entretanto, uma ordem constituída de milhares de membros seria muito difícil de ser administrada por uma única pessoa. Necessitava de uma organização e, conseqüentemente, de uma hierarquia, o que não era bem vista por Francisco. Coube ao Irmão Elias, um de seus discípulos, a tarefa de dar uma organização clara à ordem dos franciscanos.

O novo Papa, Honório III, havia estimulado os cristãos a travar uma guerra santa contra os “infiéis”, para convertê-los à doutrina de Cristo e conquistar a Terra Santa à Cristandade.

Em 1219, uma poderosa esquadra do exército dos cruzados partiu para o Egito, para aniquilar o “inimigo infiel”, pela força das armas. Francisco também resolveu partir para o Egito, desarmado, sem espada e sem armadura, apenas na companhia de um discípulo, com o objetivo de buscar a conversão daquele povo, pela força, somente, das palavras de amor que Cristo havia pregado.

Francisco pediu permissão ao representante do Papa, que acompanhava o exército cristão, para se dirigir ao acampamento inimigo, a fim de converter o sultão Malique al-Camil, utilizando-se da palavra do evangelho. Foi o que aconteceu. O sultão comprehendeu como sinceros os propósitos de Francisco, reconhecendo-os como preceitos divinos: “meu querido irmão, ide e rezai por mim, para que Alá possa revelar-me qual a fé de que ele gosta mais”. Chamou, então, um subalterno e lhe pediu que escrevesse uma permissão, para que Francisco fosse autorizado a viajar por toda a Terra Santa, nos lugares sagrados cristãos.

Quando em 1220, Francisco regressou dessa viagem ao Egito e à Síria, encontrou a comunidade dos frades muito bem organizada e instalada em construções luxuosas e confortáveis. Parecia que o seu ideal fora vencido pelas necessidades práticas do mundo. Estes fatos deixaram-no entristecido e irritado. Para ele, o seu poder não se constituía em ditar regras e em exercer autoridade sobre os outros. Só conhecia um caminho de orientação: a influência através do exemplo.

O Cardeal Ugolino decidiu que ele próprio seria responsável para tentar convencer Francisco de que sua ordem necessitava de uma nova regra para que pudesse se manter una. Disse ele: “Francisco, a regra que vós traçastes em Porciúncula servia para uma dúzia de homens, vivendo todos sob vossa direta supervisão. Mas, não serve mais para uma ordem de milhares que vivem dispersos pela face da terra. Se quiserdes que vossa santa obra beneficie a humanidade e a Igreja, tereis de dar nova redação à regra, com maior sobriedade e circunspeção, de modo que todos os irmãos possam aceitá-la como uma base para restaurar a paz”.

Francisco refugiou-se em uma caverna, acompanhado de três de seus discípulos mais próximos, para reescrever os ditames. Na primavera de 1221, a nova redação já se encontrava pronta. Apresentada a mais de três mil frades, ela não passava, na verdade, de uma nova versão, calcada nos mesmos apelos e princípios de simplicidade e de humanidade.

Novamente, o Cardeal Ugolino, interpelou Francisco: “Irmãos, vossa Regra é maravilhosa. Mas uma Regra deveria ser algo por meio do qual homens e mulheres pudessem viver. Deveis modificá-la”. Depois de reescrevê-la diversas vezes, sem nunca ter sido aceita, Francisco foi alijado da missão. O próprio Cardeal, ajudado por Elias, decidiu elaborar uma regra “necessária para uma grande ordem”. Foi aí que foi suprimida do texto a alusão à “Dona Pobreza”.

Talvez esteja aí, a grande questão da vida franciscana, no contexto da Igreja como um todo, nos tempos de Francisco. Como se tratava de uma Igreja movida por interesses materiais e ambições de poder, Francisco era considerado, pelos maiores escalões eclesiásticos da época, um rebelde que deveria ser controlado. Por isso, as diversas tentativas de enquadrá-lo em normas ditadas pela hierarquia da igreja, o que ia de encontro à verdadeira essência da vida pregada por Francisco, pois ela se abstraía de todo e qualquer apego material. Para Francisco, tudo teria que ser dividido.

Talvez ele tenha, neste momento, aberto uma cisão dentro de sua própria ordem. Ele teria que reconstruir o seu movimento, a partir do seu próprio exemplo de vida. Ele teria, mesmo que com o arremedo de vida que lhe restava, deixar o seu exemplo. Ele já se encontrava doente, vítima de tracoma, doença endêmica no Egito e que adquiriu durante sua estada naquela região. Seus olhos encontravam-se inflamados e a luz do sol, que tanto amava

e que lhe permitia perceber os homens, as árvores, as flores, as aves e tantas outras coisas belas da natureza, agora lhe cegava ainda mais a visão. Não se queixava da doença e nem do pesar que lhe causava o cisma de sua ordem. Francisco dedicara sua vida à imitação de Cristo e, por isso, tinha também que acompanhá-lo no caminho da cruz. Consta, inclusive, que, nos dois últimos anos de vida, apresentava as mesmas chagas de Cristo, quando crucificado.

A pedido do Cardeal Ugolino, Francisco foi levado a Riéti, onde existiam muitos especialistas em olhos, para que tentassem livrá-lo da cegueira total. Várias tentativas foram realizadas, mas todas sem sucesso. Por fim, o último procedimento, brutal e derradeiro, foi o de cauterizar o rosto. Uma barra de ferro achatada incandescente foi colocada sobre seus olhos, mas de nada adiantou. Ao contrário, uma tosse o fez expelir sangue, antevendo que a morte se aproximava.

O trovador de Deus, mesmo com todo este sofrimento, que o acompanhou por mais seis meses, nunca perdeu a alegria de vida e sempre tinha uma canção nos lábios. Seu último desejo era ser levado de volta a Assis. E assim aconteceu em agosto de 1226. O bispo Guido, o mesmo que havia conduzido a sessão de julgamento de Francisco com seu pai, ofereceu-lhe o salão do palácio para que passasse os últimos momentos de sua vida. Depois de permanecer algum tempo naquele mesmo salão que lhe servira para ser julgado, Francisco foi transportado para a Porciúncula, onde desejava morrer e ser enterrado. No caminho, tendo Assis a seus pés, desejou vê-la pela última vez. Seus olhos já não lhe permitiam as imagens da cidade que ele tanto amou. Mas, essa escuridão que lhe fora imposta pela doença foi iluminada com a luz de sua alma. E, ele a abençoou. Tendo chegado ao seu último destino terrestre, fez um derradeiro pedido: “Descansai meu corpo nu no chão nu, pois, assim, nos braços de minha querida Dona Pobreza, desejo eu morrer”. Ao por do sol do dia 3 de outubro de 1226, morreu Francisco de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Quis Deus eu estivesse presidindo a sessão neste instante sublime desta Casa, quando ouvimos a oração de Pedro Simon. Pedro, não tenho mão santa, mas sou filho de mãe santa; que é Terceira-franciscana.

Então, quero dizer isto: meu nome é Francisco. No colo da minha mãe, aprendi que esse homem, tão bem analisado por V. Ex^a, andava com uma bandeira, onde se lia: “Paz e Bem”. E ele rezava mais ou menos assim: Senhor, faça-me um instrumento de vossa paz. Onde houver ódio, eu leve o amor. Onde houver discordia, eu leve a união. Onde houver erro, eu leve a verdade. Onde houver dúvida, eu leve a fé. Onde houver a treva, eu leve a luz. Onde houver o desespero, eu leve a esperança.

V. Ex^a, hoje, trouxe o melhor da esperança ao povo do Brasil.

E entendo – e entendo bem – o que está escrito no Livro: só Jesus leva ao Pai, a Deus. Mas entendo, como V. Ex^a, que nenhum humano se aproximou mais de Cristo que o nosso irmão Francisco. E, aqui no Brasil, Pedro Simon, V. Ex^a é uma mistura do bravo companheiro de Cristo, Pedro, o primeiro a levantar a Igreja, e Francisco, o continuador que levou a Igreja para os pobres e para os ricos. V. Ex^a é o maior patrimônio da democracia do mundo.

Convidamos para usar da palavra, neste momento de grandeza, a mais grandiosa luz do Partido dos Trabalhadores do Brasil, o Senador Delcídio Amaral.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente e mande uma saudação para a santa mãe de V. Ex^a, exemplo de amor e de grandeza da mulher brasileira.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caríssimo Presidente, Senador Mão Santa. Cumprimento todas as Senadoras e todos os Senadores, cumprimento o Senador Pedro Simon pelo discurso que trouxe luz, energia, paz e harmonia para a nossa Casa, o Senado Federal.

Senador Pedro Simon, eu também tenho formação católica, só que a minha formação é de jesuítico. A Congregação de Jesus, meu caro Presidente, foi fundada por um santo guerreiro, Santo Inácio de Loyola. Então, eu confesso que fiquei muito emocionado ao ouvir o discurso do Senador Pedro Simon, por tudo o que ele representa para nós como político, como brasileiro, como gaúcho riograndense-do-sul e como homem que tem muito a contribuir com o nosso País aqui no Senado Federal.

Achei muito interessante – e confesso, meu caro Senador Pedro Simon, que, quando cheguei, V. Ex^a já estava discursando – toda essa história do nosso querido Francisco, um dos homens mais brilhantes da nossa história, sem dúvida nenhuma, por tudo, pela

referência e pelo exemplo. Quando os franciscanos começaram a andar maltrapilhos, deixando de lado todos os seus bens, isso causou uma crise na própria Igreja, que deveria, muito pelo contrário, trabalhar de forma absolutamente alinhada com tudo aquilo que o nosso santo Francisco vinha falando com os seus companheiros, com a sua gente, com o seu povo, pregando a verdadeira religião católica, cristã, aquilo que Cristo nos deixou. E, dos cardeais, o mais idoso, o mais experiente ou aquele que tinha mais sabedoria fez questão de registrar e mostrar ao Papa e aos demais que esse era o rumo da Igreja, esse era o exemplo.

E me surpreendi quando veio a associação com os tempos de hoje, onde a preocupação de muitas pessoas é com a cultura do ter e não com a do ser. São Francisco representa um exemplo para os dias de hoje, talvez para aquelas pessoas humildes nas esquinas, como V. Ex^a disse, as luzes da cidade. Talvez uma encarnação do próprio São Francisco, levando a sua mensagem de humildade, de desprendimento, de amor, de fraternidade.

Eu não poderia deixar de fazer esse registro antes de entrar no assunto do meu pronunciamento, porque acho que foi um momento sublime, importante, um momento que faz bem para a nossa alma, meu caro Presidente, Senador Mão Santa. Não poderia deixar de destacar, Senador Pedro Simon, até pela minha formação, pelo respeito que tenho por V. Ex^a, a forma tão hábil, peculiar a V. Ex^a, a forma tão inteligente com que fez essa abordagem, trazendo para os nossos dias tudo aquilo que São Francisco deixou para todos nós. Então, não poderia deixar de destacar. Não o aparteei, porque, como seria o próximo, pensei em fazê-lo da tribuna para me estender um pouquinho mais.

Quero agradecer os momentos que V. Ex^a nos proporcionou nesta Casa de leis, no Senado Federal. É uma honra ouvi-lo, tê-lo na nossa Casa como um companheiro, sempre nos ensinando muitas coisas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu também queria registrar que hoje vi o Senador Renan Calheiros relatando uma história bonita, a história do voto, a preocupação dele com o processo democrático no País, com os partidos. Eu infelizmente não pude aparteá-lo. Esta Casa tem proporcionado, nos últimos dias, bons debates. Ele havia me dito que iria viajar, mas me surpreendi, e ele já estava fazendo o discurso aqui. Eu perdi uma oportunidade de fazer algumas observações sobre o discurso dele, mas fica para uma próxima vez, mas, de qualquer maneira, não poderia deixar de destacar também a fala do Senador Renan Calheiros.

Hoje, Sr. Presidente, quero fazer algumas observações sobre os debates que ocorreram especialmente ontem, aqui no Senado, mas antes eu não poderia deixar de fazer um destaque. Houve um seminário hoje, pela manhã, Senador Jefferson Praia, do qual participei com a Consultoria do Senado e com especialistas de vários Estados brasileiros. O tema era a reforma do Código Brasileiro de Aviação ou Código Brasileiro de Aeronáutica – essa é a expressão mais correta –, quanto aos aspectos que pautaram a criação da Anac; os desafios que temos pela frente na reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica para adequá-lo à situação atual; os desafios que temos especialmente no que se refere às atividades da Agência Nacional de Aviação Civil; o mercado atual da aviação civil no Brasil e fora do País; a competição; o atendimento ao cidadão; os tristes acontecimentos que, infelizmente, nós acompanhamos e com os quais sofremos, acidentes aéreos que comoveram todo o País; enfim, onde estão os erros, os acertos, a necessidade de dirigentes competentes para comandar um setor de vital importância; o papel dos militares, o papel dos civis.

Confesso, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, que foi um momento de extrema relevância e uma oportunidade excepcional de se discutir logística, que é um dos desafios do Brasil, com especialistas.

Fizemos uma ampla abordagem da legislação; fizemos uma abordagem clara daquilo que é interpretado e daquilo que determina a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que agora completa seus 20 anos com muita festa; a possibilidade de abertura do aumento de capital estrangeiro ou de investimentos nos aeroportos, principalmente no que se refere a empresas privadas, os desafios que nós temos pela frente.

E eu não poderia deixar de destacar o nível desse debate promovido pela Consultoria do Senado Federal, por intermédio do Bruno, e também coordenado por pessoas que já trabalham há um bom tempo, especialmente tratando desse tema. Com certeza, essa oportunidade engrandeceu o trabalho que o Senado Federal tem desenvolvido ao longo desses anos, particularmente no que se refere à aviação civil brasileira.

Eu também não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, os desafios tecnológicos que temos pela frente. Hoje, funcionando com radar e, daqui a pouco, funcionando com satélites, usando os satélites como referência e, portanto, tendo uma precisão muito maior e uma qualidade de controle melhor. Eu não poderia deixar de destacar esse momento do qual participei esta manhã. Acredito que, com a participação de muitos especialistas, fizemos um grande debate. Foi um momento importante. Acho que muitos projetos serão apresentados nesta Casa especialmente voltados para a aviação civil brasileira.

Também quero fazer o registro do trabalho do Vítor, Consultor Jurídico do Senado, especialista na área, que tem colaborado muito com os trabalhos do Senado Federal no que se refere a esse assunto tão importante para a logística do País.

Sr. Presidente, serei mais breve agora. Ontem não pude participar do debate que ocorreu sobre a crise internacional e suas consequências para o Brasil.

O Senador Tasso Jereissati, ontem, veio à tribuna e foi bastante aparteado. Senadores da Base e Senadores de Oposição tiveram oportunidade de falar sobre esse tema. E eu, como Relator do Orçamento Geral da União, não poderia deixar de falar também alguma coisa a respeito disso.

Nós, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, temos trabalho muito intensamente. Nós temos cumprido, Presidente, todas as metas estabelecidas, todo o cronograma aprovado, de uma forma transparente, conversando com todos os Partidos, conversando com todos os Parlamentares.

Aprovamos, ontem, por unanimidade, o Relatório Preliminar de Receitas, preparado pelo Relator de Receitas, o Deputado Jorge Khoury, da Bahia. A pauta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está em dia, inclusive, adiantada – uma coisa que poucas pessoas imaginavam que conseguíramos executar.

O relatório preliminar aprovado ontem é conservador no que se refere à arrecadação. Aprovamos um valor de R\$818 bilhões ontem, que é o ponto de partida da construção do Orçamento Geral da União e dá orientação, através do relatório preliminar do orçamento, para a construção dos relatórios setoriais de infraestrutura, de meio ambiente, de saúde, de educação e assim por diante.

Sr. Presidente, o relatório aprovado ontem reflete o momento. O Congresso Nacional já responde agilmente a essa situação de crise que o mundo, como um todo, enfrenta, embora poucas pessoas consigam delinear o alcance dessa crise, pelo menos até agora. Mas o Congresso se faz presente com uma avaliação de receita conservadora.

E, agora, trabalhamos no relatório preliminar do Orçamento, que vai prever, sem dúvida nenhuma, condições que sinalizam para eventuais dificuldades que a economia brasileira possa enfrentar em função dos desdobramentos da crise internacional. Tanto o relatório da receita quanto o relatório preliminar do Orçamento Geral da União foram pautados em parâmetros vigentes antes que essa crise eclodisse. Portanto, esse relatório vai estabelecer determinadas premissas, entre elas cortes, que criarão as condições para que o Parlamento, se for necessário e em função do tamanho da crise,

possa, efetivamente, responder e preparar uma peça orçamentária realista que corresponda efetivamente àquilo que o nosso Brasil vai vivenciar.

Claro, Sr. Presidente, que hoje a nossa realidade é muito diferente. Se compararmos a nossa realidade atual com 1999, 1998, o Brasil já teria tido problemas grandes se principalmente os pilares da nossa economia não estivessem tão sólidos hoje: inflação sob controle, exportações, crescimento do País, reservas cambiais já ultrapassando a dívida externa. Portanto, fundamentos muito consistentes.

Mas eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, diante do tamanho dessa crise, envolvendo como está as economias do mundo todo, de que nós devemos ter o cuidado, como tenho observado no Governo Federal, de tomar as medidas necessárias para, com rigor, mas com serenidade e com prudência, tomar a dianteira dos fatos e tentar mitigar, diminuir os efeitos dessa crise no crescimento da nossa economia, no futuro do nosso povo.

Sr. Presidente, precisamos continuar em estado de alerta. Entretanto, não posso deixar aqui de destacar o trabalho do Ministro Henrique Meirelles à frente do Banco Central e do Ministro Guido Mantega, pessoas que têm uma grande experiência. O Presidente Henrique Meirelles conhece intensamente o mercado internacional e tem sido uma sentinelas permanente no sentido de acompanhar todos esses movimentos que têm ocorrido no sistema financeiro internacional – essa crise de desconfiança no sistema financeiro internacional, que hoje assola o mundo, misturada com especulação. Alguns movimentos nós já conseguimos perceber claramente: os marcos regulatórios do sistema financeiro internacional terão que passar por uma revisão. O rei está nu. Inclusive, essa crise levou a uma grande intervenção dos Estados, dos bancos centrais, inclusive uma atuação coordenada, como os bancos centrais europeus fizeram ontem. Portanto, é quase a revisão de um modelo que já demonstrou que não responde a uma economia cada vez mais complexa. São as primeiras lições. Virão outras. Precisamos ficar atentos a todas as consequências.

Sr. Presidente, os pequenos bancos já têm dificuldades hoje. Os grandes bancos não estão comprando as carteiras de crédito desses bancos menores. Portanto, isso exige uma atuação consistente e competente das autoridades econômicas do nosso País.

Ontem, o Ministro Meirelles liberou o compulsório dos bancos, oxigenou, deu mais liquidez ao mercado, com mais de R\$23 bilhões. Medidas provisórias tramitam aqui, também construídas pelo Presidente Henrique Meirelles e pelo Ministro Guido Mantega, para exatamente trazer a tranquilidade que o sistema financeiro nacional precisa para não ser arrastado por essa crise.

Contudo, precisamos continuar acompanhando todos os desdobramentos com muito rigor.

Vai haver uma importante reunião do FMI agora, em Washington, para fazer uma avaliação de cenários, uma avaliação global dos problemas que poderemos, eventualmente, enfrentar.

As nossas exportações hoje, como precisam de linhas de financiamento internacionais, levaram o Governo a se adiantar, porque as torneiras estavam se fechando nas instituições internacionais para financiar as nossas exportações. E é importante também lembrar, Sr. Presidente, que é momento de plantio da agricultura. São necessários recursos não só do Governo Federal, via Banco do Brasil, mas também via instituições privadas. E temos feito um grande esforço para que o agronegócio continue sendo um dos segmentos econômicos mais importantes do País.

Portanto, para o quadro que se avizinha exige-se acompanhamento e rigor muito grande. Não podemos, mesmo com nossa economia caminhando bem, ficar alheios a esses movimentos.

Sr. Presidente, eu apenas gostaria de deixar claro que o Orçamento da União já responderá, mostrando a preocupação do Congresso Nacional, a essa nova realidade. Não tenho dúvida nenhuma. Já deixará as premissas necessárias consubstanciadas, até para que venhamos a trabalhar dentro da ótica mais realista possível. Pode ser que, daqui a um mês, venhamos a avaliar que aqueles parâmetros que nortearam o Orçamento vão prevalecer. Ótimo! Mas não podemos deixar de considerar que o quadro pode vir a ser alterado.

O Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro; eu, como Relator do Orçamento Geral da União, e os Relatores setoriais estamos atentos a isso. E o Congresso saberá responder, nesse momento, com serenidade, austeridade e consciência, no sentido de que o Brasil precisa ficar ligado e precisa acompanhar com efetividade os momentos que o mundo vive depois desta crise, que começou nos Estados Unidos e que agora se espalhou por vários continentes.

Quero também deixar registrado, Sr. Presidente, que esse sobe-e-desce das Bolsas não reflete, muitas vezes, a saúde das empresas brasileiras, que são sadias, fortes, mas que estão sendo levadas, por essa onda de especulação, de insegurança, por todo esse processo, a registrar perdas no dia-a-dia da operação, especialmente a Bolsa de Valores de São Paulo. Mas tenho muita fé nessas empresas, na sua capacidade de gestão, no papel que elas desempenham não só no nosso País, mas internacionalmente. Tenho absoluta certeza de que saberemos administrar isso, não nos escondendo, não com ufanismo, mas com realismo e com espírito público, entendendo como as coisas se movimentam, entendendo

a realidade brasileira e, acima de tudo, tendo compromisso com a população do nosso País.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de registrar.

Quero agradecer a tolerância e a paciência de V. Ex^a com relação ao meu tempo. Espero que, nos próximos dias, tenhamos um quadro mais claro do que efetivamente vai acontecer, fruto desses problemas todos que se iniciaram nos Estados Unidos e que se espalharam pelo mundo. Espero que o Brasil, pelas medidas já tomadas, sofra menos do que outros países que efetivamente vão ter muita dor de cabeça nos próximos anos em função dessa barbeiragem que, infelizmente, ocorreu no sistema financeiro internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a não é uma estrela, porque estrela só brilha de noite. V. Ex^a brilha de noite e de dia e deve ser a luz do Partido.

Eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a, mas muito preocupado com a falta de luz do Poder Executivo. A crise está aí. Teríamos de ter humildade.

Franklin Delano Roosevelt, que presidiu os Estados Unidos quatro vezes, foi tão humilde que disse: “Cada homem que vejo é superior a mim em determinado assunto, e procuro aprender”. Esta humildade o Presidente Luiz Inácio devia ter e convocar V. Ex^a. E V. Ex^a lembraria Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos e enfrentou duas recessões. Não foi a maior recessão, mas a segunda maior, a do pós-guerra, a Segunda Guerra. E o que Franklin Delano Roosevelt ensinou – ô Raupp, aprenda também com o norte-americano! – foi: “Trabalhe, busque um empreendimento; se não der certo, busque outro. Trabalhe”. E foi onde V. Ex^a chegou – para um bom entendedor, meia palavra basta. Não sei se o Poder Executivo tem esse bom entendedor. Ele disse o seguinte – atentai bem: “Vamos botar um pico de luz em cada fazenda, uma galinha em cada panela da fazenda”. Ele disse mais: “As cidades podem ser destruídas; o campo, jamais. As cidades destruídas serão reconstruídas através do campo”. V. Ex^a falou em tudo isso no seu pronunciamento.

Eu queria que o Executivo do Partido que V. Ex^a representa com muita sabedoria o seguisse.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Líder Raupp quer usar da palavra. Antes, porém, o Senador Wellington Salgado, que o substitui com muita grandeza, fez chegar à Mesa dois documentos: um informa que o PMDB elegeu 8.469 vereadores; outro informa que foram 1.194 prefeitos.

Esse é o resultado de uma história longa de todos nós. Mas V. Ex^a lidera o PMDB, e faço parte dele, da sua história, da sua luta e da sua grandeza. Quero dizer que fui o primeiro a assinar o documento para sua condução ao posto de Líder no Senado.

O PMDB de tanta luta, de Ulysses, que está encantando no fundo do mar, jamais vai abdicar da luta para conquistar a Presidência deste Senado; jamais vai abdicar da luta para eleger um Presidente da República, porque, quantitativamente, o povo nos escolheu, o povo nos elegeu. Quantitativamente, somos mais e, qualitativamente, nossos candidatos são muito melhores do que os candidatos apresentados pelo PT.

Jamais! Enganam-se! Vamos lutar pela grandeza do Partido, pela história do Partido, relembrando os que se sacrificaram, relembrando nosso Ramez Tebet, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino. Esse pessoal todo. Vamos lutar para que este Partido tenha candidatura própria. Aí, sim, o Brasil vai ter rumo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meu Líder já está na tribuna, mas, quando V. Ex^a começou a falar dos dados do PMDB, aproveitei e peguei alguns relatórios. Tivemos 18.422.732 votos nessa eleição.

São 18,6% do total de votos dados no Brasil. O Partido que chegou mais perto foi o PT, com 16 milhões de votos. Mesmo com o Presidente da República, que está aí com índices jamais alcançados por nenhum outro presidente, nosso Partido consegue – mesmo sem ter um vice-presidente – ter o maior número de votos do País. Era isso o que eu queria dizer a V. Ex^a, que é um peemedebista autêntico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E eu queria fazer uma homenagem a Minas, que V. Ex^a representa com grandeza. Não iria buscar nosso Tancredo, nosso Juscelino; só iria dizer que Minas está dando o exemplo.

Nossa homenagem ao extraordinário Deputado Leonardo Quintão, que vem salvar a grandeza histórica do **Libertas quae sera tamen**. E o vice Eros Biondini, do PHS. Então, já estamos participando.

V. Ex^a nunca nos decepcionou, não pode nos decepcionar. Sou apenas um desses aproximadamente 18 milhões. Deus me permitiu aproveitar para passar esses anseios desse Partido a V. Ex^a, que nos lidera.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente, Senador Mão Santa. Obrigado, Senador Wellington Salgado, pela apresentação dos números do PMDB.

Antes de ontem, num pronunciamento feito aqui, no Senado, enalteci a vitória do nosso Partido em todo

Brasil, que, sem dúvida, vive um dos melhores momentos. Já vivemos momentos muito importantes na história do Brasil, mas estamos vivendo agora um momento extraordinário na vida política do PMDB, elegendo mais de 1.200 prefeitos, com mais de 18 milhões de votos – até agora, porque estamos disputando em 11 cidades com mais de 200 mil eleitores, em algumas capitais e em outras cidades de porte grande, também, do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em São Paulo, mesmo, estamos empurrando o Democratas. O PMDB é a base, e nós estamos cansados de ser base. Nós queremos ser o pico, o cume, a luz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos disputando em cidades importantes como Porto Alegre, com Fogaça; Belo Horizonte, com Leonardo Quintão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Rio de Janeiro, com Eduardo Paes; Salvador, como é o nome do candidato de Salvador?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – João Henrique.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – João Henrique, em Salvador. Em Goiânia, já tivemos a vitória extraordinária do Iris Rezende; do Maguito Vilela em Aparecida de Goiás; e, agora, disputamos também Anápolis, que é a terceira cidade de Goiás.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Belém.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Então, nas três principais cidades de Goiás, o PMDB já ganhou duas e está para ganhar a terceira.

Em Belém, com Prianti, enfim, estamos disputando em muitas outras cidades do nosso Brasil. Então, o PMDB nos orgulha muito.

Eu já estou há quase 30 anos no PMDB, no meu quinto mandato, assim como V. Ex^a, que já foi Prefeito, Governador por duas vezes, Deputado e Senador, e esse é um Partido que, sem dúvida, nos orgulha muito.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Florianópolis.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos disputando, também, em Florianópolis.

Assisti, ainda há pouco, ao Pedro Simon na tribuna, fazendo um grande pronunciamento. Trata-se de um Senador, também, que tem orgulhado o nosso Partido em todo o País e que está lá, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, apoiando o nosso Prefeito José Fogaça à reeleição.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, falo, aqui, de meio ambiente.

Há dois problemas que nos afligem, hoje, no mundo. Um deles é a crise financeira internacional, que,

graças ao bom Deus, ainda não chegou com força e está sendo sentida muito levemente aqui no Brasil. Esperamos que ela não chegue com força, porque já está destruindo algumas economias em todo o mundo, mas o Brasil, hoje, está sólido, com mais de US\$206 bilhões em reservas, e esperamos que os nossos bancos e as nossas instituições financeiras, que também estão sólidos, possam resistir bravamente a essa crise. Que ela não venha a afetar a nossa economia, que está em processo de crescimento e de consolidação.

Falo, também, de outro problema mundial, que é o meio ambiente. Nós devemos nos preocupar com a crise financeira, com o problema de geração de emprego, de geração de renda e de alimentos, mas o meio ambiente também diz respeito a tudo isso. Então, eu falo, aqui, da preservação do meio ambiente.

Preservar o meio ambiente, esta é a principal tarefa do homem para o século XXI. Se até agora temos agido irresponsavelmente no sentido de dilapidar a natureza para satisfazer as nossas necessidades materiais, é chegado o momento em que não é mais possível continuar agindo dessa maneira, em virtude dos danos ocasionados ao meio ambiente.

Não dá mais para pensarmos que preservar a natureza é sacrificar o desenvolvimento econômico. Se seguirmos essa linha de ação, continuaremos a andar rumo ao desastre ecológico e à inevitável morte de milhões e milhões de seres humanos.

Tenho a plena certeza de que é possível conciliar a preservação da natureza e o desenvolvimento. Para tanto, é preciso conhecer e pôr em prática as linhas que regem o comportamento humano: as pessoas agem motivadas por incentivos ou, então, pelas punições.

Essa percepção, evidentemente, não é minha. Na verdade, os países mais desenvolvidos do mundo sabem disso e estão agindo no sentido de garantir que incentivos do Estado sejam utilizados para conciliar desenvolvimento e preservação ambiental.

A Alemanha, por exemplo, reduziu os impostos sobre turbinas eólicas –aqueles grandes ventiladores que geram energia à base de vento – e painéis solares, para garantir que, até 2010, 20% por cento da energia daquele país sejam provenientes de fontes renováveis.

No Brasil, também há medidas que, mesmo não tendo essa iniciativa clara, acabam por levar à conciliação entre os dois pólos. Um exemplo é o imposto reduzido sobre carros movidos a álcool ou o IPVA reduzido em alguns Estados para os veículos movidos à eletricidade, ou, ainda, o chamado ICMS ecológico, isto é, parte da arrecadação destinada aos Municípios é repassada para unidades de conservação e mananciais de abastecimento.

Essas são medidas importantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num País como o Brasil, onde a carga tributária é altíssima, como sabemos, e onde existe uma imensa biodiversidade a preservar.

Na condição de representante de um Estado da Região Amazônica, sei o quanto é sensível o desmatamento de nosso mais importante ecossistema.

Garantir que a Amazônia possa ser preservada para as gerações futuras e ser fonte de riqueza para milhões de brasileiros é uma de minhas principais preocupações desde o primeiro dia em que resolvi me dedicar à vida pública. Assim, neste momento em que ocupo cadeira no Senado Federal, eu não poderia, na condição de representante do Estado de Rondônia, deixar de propor iniciativas que possam trazer um impacto positivo para a Floresta Amazônica.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei projeto de lei com o objetivo de sustar – seria uma moratória – por 10 anos a derrubada e o corte raso, apenas com planos de manejo: planos de manejo, sim, licitações das reservas, dos parques, das flonas, das reservas estaduais extrativistas, para que a gente possa gerar emprego e renda para o nosso povo, com extração das essências do dendê, do açaí, da copaíba, da castanha, enfim, de tudo aquilo que possa gerar renda para o nosso povo.

O corte raso, a queimada e a derrubada, eu creio, são coisa do passado, Sr. Presidente. Não podemos mais continuar agindo com a irresponsabilidade de queimar a Amazônia. Falo isso porque tenho conversado com todos os segmentos produtivos do meu Estado e de outros Estados da Amazônia também. Sei que há uma vontade de se preservar a natureza, mas precisamos, também, ter algumas compensações.

A Amazônia Legal, que é composta por nove Estados, detém, ainda, 83% das florestas intactas.

Apenas 17% da Amazônia Legal foram derrubados. Então, eu creio que, se nós conseguirmos preservar esses 83% daqui para a frente, poderemos, sim, usar aquilo que já foi desmatado, mas, para isso, deverá haver uma flexibilização do Ibama, ou até a mudança da lei por esse meu projeto.

O que o meu projeto diz? Vamos reflorestar apenas os mananciais, as nascentes, as encostas, os igarapés, as montanhas onde possam ocorrer erosões e vamos liberar todo o resto que foi desmatado, e fazer a preservação em bloco.

O Ministro Mangabeira Unger tem feito uma definição muito correta, dizendo que a nossa Amazônia está virando um tabuleiro: você desmata um pedaço aqui, preserva um pedacinho acolá, mas não faz uma preservação geral. O que eu proponho, agora, é a preservação em bloco, liberando esses 17% que foram desmatados para a subsistência da população que lá existe.

Sr. Presidente, vou falar de 21 alqueires, porque a maioria dos módulos lá no meu Estado, Rondônia, tem 21 alqueires, que são 50 hectares, ou 42 alqueires, que são 100 hectares, mas sei de outros menores. Como é que se vai exigir de quem tem 21 alqueires, ou 50 hectares de terra, que, agora, refloreste 50%? Ele já derrubou. No passado, o Ibama não fiscalizou, não orientou, o Incra dizia que tinha de derrubar, que tinha de ocupar a Amazônia, e, agora, vem o Ibama dizer que tem de reflorestar. Se, no passado, o Ibama não fiscalizou, o Ibama não orientou, ele não pode agora, neste momento, dizer que quem tem um pequeno pedaço de terra, uma pequena parcela de terra, deve reflorestar 50%. E vai fazer o que com a vaca de leite que está lá em cima? Vai fazer o que com o café que foi plantado? Vai fazer o que com o cacau que foi plantado lá?

Faço, aqui, uma pergunta: será que nos outros Estados do Brasil, em que o Código Florestal diz, também, que deveriam ser preservados 20% das florestas, vão exigir o reflorestamento? No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais, no Espírito Santo, enfim, em todos os outros Estados da Federação fora da Amazônia? Onde existem 20% de florestas nas propriedades no Sul do País, no Sudeste do País, no Nordeste do País? E a Amazônia ainda tem 83% das suas florestas de pé.

Então, essa é a minha proposta. O meu projeto de lei visa a preservar, sim, daqui para a frente, tudo o que não foi derrubado ainda, com moratória por 10 anos. Não se derruba, não se queima mais, mas vamos liberar aquilo que está desmatado, aquilo que está derrubado, para continuar produzindo, para a sobrevivência daqueles que lá foram há 30, 40, 50 anos ocupar a Amazônia.

Da mesma forma, alguns parques nacionais – poucos, é verdade – que o Ibama também não fiscalizou. Conheço e vou citar, como exemplo, apenas o Parque Nacional de Bom Futuro, a Flona Bom Futuro. Lá há três mil famílias, que foram entrando pelas beiradas, não sabiam onde eram as divisas, os limites, foram entrando, foram se assentando e já estão lá há 20 anos. Como o Ibama tira agora de dentro do Parque Nacional de Bom Futuro três mil famílias? Aonde vão colocá-las? Se o Incra tivesse mobilidade e agilidade, junto ao Ibama, para adquirir uma grande área de terra, aliás, do mesmo tamanho daquela ocupada, se se as tirassem de uma vez e as assentassem imediatamente em uma outra área já aberta – não adianta assentar no meio do mato –, talvez fosse uma solução, mas, mesmo assim, é difícil. Penso que a melhor solução é o Estado, que já ofereceu há muito tempo e continua oferecendo uma área do mesmo tamanho dessa que foi ocupada na Reserva Bom Futuro, para compensar essa área do Estado para criar uma outra reserva federal, compen-

sando essa área que está ocupada, e liberar essa área – mesmo que seja por meio de uma medida provisória, de um projeto de lei –, que foi ocupada na Flona Bom Futuro, para não sacrificar aquelas três mil pessoas que entraram lá inadvertidamente, porque o Ibama não as orientou, o Ibama não fiscalizou, repito.

Então, a única solução para resolver o problema desse caos fundiário na Amazônia e no Estado de Rondônia é a aprovação desse meu projeto de lei que apresentei, que isenta multas até 2004. Sei que isso, às vezes, é antipático, mas como o Ibama irá, depois de 20 ou 30 anos, começar a multar quem derrubou um pouco mais do que era permitido por lei? Em todo Brasil aconteceu isso. Então, o meu projeto é preservar o que está de pé, e usar aquilo que foi desmatado, o que foi muito pouco, são apenas 17% da Amazônia brasileira. E vejam que a Amazônia Legal, a Amazônia brasileira, corresponde a 61% do Território nacional. É muita área! Se pegarmos só o Estado do Amazônia, que é o maior Estado do mundo, é maior do que muitos países, cabendo dois, três, quatro países da Europa nele, só este Estado tem 97% de áreas preservadas. Apenas 3% das florestas do Estado da Amazônia foram derrubadas. Por isso, quando se coloca no bolo, no contexto geral dos nove Estados, são 17% de áreas desmatadas e 83% de áreas preservadas.

Creio, Sr. Presidente, que essa proposta, como outras em estudo em ambas as Casas do Congresso Nacional, possa ser um meio de garantir que nossos netos receberão um Planeta melhor do que aquele que deixaremos para nossos filhos.

Sr. Presidente, era o que tinha para o momento.

Muito obrigado pela generosidade do tempo.

Mais uma vez quero torcer, assim como os 190 milhões de brasileiros, para que a crise mundial não chegue com força ao nosso País. Que ela não seja sentida e que não sacrifique a geração de emprego e renda do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Líder do Governo, Romero Jucá.

Como Líder do Governo, leve logo meu recado – eu, que sou um dos 18 milhões que votamos no PMDB –: “Jamais vamos abdicar a Presidência desta Casa. Jamais vamos abdicar a luta de chegarmos à Presidência da República”.

Ô Romero, quantitativamente, nós ganhamos as eleições; e, qualitativamente, nós somos melhores do que todos os candidatos apresentados pelo PT. Nós aceitaríamos um desses como vice dos bons nomes que temos no PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa,

Presidente desta sessão, Sr's e Srs. Senadores, antes de me manifestar sobre a questão que vou falar, quero concordar com V. Ex^a quando diz que a vitória do PMDB foi expressiva.

O PMDB, que trabalha um processo de união muito forte, sem dúvida nenhuma, constrói um projeto político para o País. Chegará a hora de o PMDB ter candidato à Presidência da República – espero que seja o mais rapidamente possível. Estamos muito felizes com a aprovação do povo brasileiro ao PMDB, que, hoje, é um grande partido, representado em todos os segmentos da sociedade. Nessa eleição, conquistamos capitais importantes do Brasil, portanto, estaremos comandando grandes cidades, estaremos comandando médias cidades e estaremos também comandando pequenas cidades. Enfim, estaremos espalhados, capilarizados em todo o Brasil, dando, efetivamente, uma demonstração de força política bastante importante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me V. Ex^a cantar o que cantei para tirar este País da ditadura: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

A nossa hora é agora. Nós não abdicaremos à Presidência do Senado e à Presidência da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Essa é uma bela música de Geraldo Vandré, Sr. Presidente.

Pedi a palavra, Presidente Mão Santa – inclusive novamente registrando que estamos muito felizes, nós que fazemos o PMDB, com o resultado dessas eleições –, para falar, especificamente, da eleição em Roraima, porque não tive, ainda, a oportunidade, por conta da correria desses primeiros dias, de vir ao plenário manifestar-me sobre a eleição.

Quero dizer que estamos muito felizes com o resultado da eleição. Primeiro, porque conquistamos vitórias importantes. O nosso grupo político ganhou a eleição na capital, Boa Vista, numa votação de mais de 54% dos votos. Ganhamos metade dos Municípios em que apoiamos no interior. E, hoje, comandamos 80% do eleitorado, ou iremos comandar a partir de janeiro, 80% do eleitorado do Estado de Roraima. Oitenta por cento dos municípios estarão administrados por Prefeitos ou Prefeitas que nós ajudamos a eleger. Isso é muito importante porque se amplia o espectro de trabalho.

Mas o registro que quero fazer é exatamente no sentido de que, encerrada a eleição, quero, aqui, reafirmar a minha posição ao povo de Roraima, a todos os Prefeitos eleitos, independentemente de serem do meu grupo político ou não, de que eu irei trabalhar por todos.

Entendo que, encerrado o processo eleitoral, todos nós temos de descer do palanque, e temos de começar a trabalhar fortemente para resolver os desafios que o Estado de Roraima enfrenta: desafios com a questão in-

dígena; desafios com a regularização fundiária de terras; desafio com a implantação de um modelo de desenvolvimento, de geração de emprego e de progresso; desafio com a necessidade de interiorização da energia para todo o Estado. Portanto, são questões importantes.

Quero aqui registrar que, apesar de ter disputado a campanha, na maioria dos palanques, do lado antagônico ao Governo do Estado de Roraima, eu serei parceiro nas soluções com o Governador Anchieta, com todos os Parlamentares Federais, com todos os Prefeitos, para que a gente possa, efetivamente, enfrentar e resolver esses problemas.

Conversei, ontem, com o Presidente Lula sobre a necessidade de uma atuação forte no Estado de Roraima. Dentro de alguns dias, o Presidente Lula estará assinando o decreto que implantará de vez a área de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim, portanto, duas questões importantes para o futuro da economia de Roraima.

E quero aqui reafirmar, como disse, primeiro, a minha alegria pelas vitórias alcançadas; segundo, quero lamentar onde, efetivamente, não ganhamos a eleição, mas reconhecemos que se tratou da vontade popular. Digo ainda que, encerrado o processo eleitoral, todos nós, de Roraima, temos de nos unir, independentemente de disputa político-partidária, para enfrentar os desafios e resolver os problemas. Eu serei Senador de todos os Prefeitos e Prefeitas eleitos. Atuarei em conjunto, apoando a ação do Governo do Estado. Trabalharei para todos e com todos, para que a gente possa, realmente, nesses dois anos que antecedem outra disputa eleitoral, avançar no Estado de Roraima, rumo ao progresso e rumo à condição melhor da população do Estado.

Parabenizo todos os Prefeitos e Prefeitas eleitos; parabenizo o Prefeito da capital, Iradilson Sampaio, e a Vice, Suely Campos – o Prefeito se reelegeu e a Vice se elegeu na chapa dele. Parabenizo-os pela bela campanha, uma campanha limpa, tranqüila, que eu ajudei a fazer, ajudei a construir, e agora, como disse, encerrada a disputa, vamos todos nos unir. A nossa bandeira é Roraima, e todos nós vamos trabalhar para desenvolver o Estado que todos amamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Papaléo Paes, Alvaro dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, João Tenório, Sérgio Guerra, Pedro Simon e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PSDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, comemoramos a Semana Nacional do

Idoso, o que deu ocasião para que, em todo o País, voltássemos nossa atenção, de forma especial, para nossos concidadãos da melhor idade.

Meu Estado, Sr. Presidente, não fugiu à regra. Em Porto Velho foram promovidas diversas atividades voltadas para os idosos, entre apresentações de dança, bailes, cursos e palestras dirigidos especialmente aos mais velhos, além dos Jogos Abertos da Terceira Idade, organizados pelo Sesc, que incluíram competições em modalidades que iam do atletismo ao xadrez e o dominó, passando pela natação, pelo vôlei e pelo basquete. Foi a oportunidade não só de confirmar, mais uma vez, os benefícios do esporte, como também, para nossos atletas da terceira idade, de demonstrar sua saúde e sua vitalidade, que o tempo não consegue dobrar.

Merce destaque, Sr^as e Srs. Senadores, a realização, nos dias 25 e 26 passados, da II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Assistência Social, ocasião em que foram discutidas propostas trazidas por delegados dos Municípios rondonienses, a propósito da construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Também foram escolhidos os representantes do Estado para a próxima Conferência Nacional, que ocorrerá aqui em Brasília em outubro.

A Semana terminou, no sábado, com um prazeroso momento de congraçamento – uma caminhada “intergeracional”, que saiu da Praça Aluísio Ferreira, no centro de Porto Velho, até o Sesc.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, há algum tempo já, a composição etária da população brasileira começou a mudar. De um país de jovens, estamos evoluindo, confirmando a trajetória pela qual outras sociedades já passaram, para nos tornar um país em que a parcela idosa da população é significativa. As taxas de fertilidade têm caído, ao mesmo tempo em que a expectativa de vida aumenta regularmente.

Tudo isso tem impactos profundos em diversos aspectos importantes da vida social – afetando desde questões relativas à estrutura familiar até o problema da previdência social, sem mencionar as pressões que implica para os sistemas de saúde e de assistência social. É imperativo, portanto, que tenhamos desde já idéias precisas sobre como desenvolver políticas públicas adequadas para esse grupo de pessoas, cujas necessidades muitas vezes exigem uma atenção especial.

O Brasil, infelizmente, embora esteja caminhando para se tornar um país de população mais velha, ainda não trata bem seus idosos. Ainda é penoso, é difícil envelhecer no Brasil, para a grande maioria de nossa população. Ainda precisamos deixar de ver a velhice como perda – perda da beleza, da juventude, da agilidade – e passar a vê-la como ganho – ganho

de experiência, de sabedoria, de compreensão. Precisamos ainda nos esforçar para encontrar e reconhecer a beleza da melhor idade, sua vitalidade peculiar – vitalidade que necessariamente tem, por ser a velhice uma parte integrante não apenas do ciclo vital dos indivíduos, mas também da dinâmica da comunidade em que se inserem esses indivíduos.

Quero encerrar, Sr. Presidente, deixando aqui meus sinceros agradecimentos a todos os idosos de Rondônia e do Brasil pelo muito que fizeram, tornando possível que cada um de nós esteja hoje aqui.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Campeões de Audiência, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 11 de julho do corrente.

A matéria destaca que as idas e vindas da PF, do governo e da Justiça foram o lado cômico do caso Daniel Dantas, mas que a investigação da Polícia Federal na Operação Satiagraha, que levou à prisão do banqueiro Daniel Dantas, levanta suspeitas sobre assessores do presidente do Supremo e ainda promete mais dores de cabeça ao Planalto.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As idas e vindas da PF, do governo e da Justiça foram o lado cômico do caso Daniel Dantas, mas a investigação e ainda promete mais dores de cabeça ao Planalto levanta suspeitas sobre assessores do presidente do Supremo

CAMPEÕES DE AUDIÊNCIA

MINO PEDROSA E LUIZA VILLAMÉA

FALTA DE CRITÉRIOS

A história das algemas nas operações da PF mostra que sob FHC elas foram usadas contra adversários, mas são muito mais presentes no governo Lula

Acena acima aconteceu às 16 horas da terça-feira 15 no gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Foi vendida à opinião pública como um pacto construtivo entre Executivo e Judiciário para melhorar tecnicamente a investigação mais explosiva dos últimos tempos. Na prática, o encontro entre o ministro Tarso Genro, da Justiça, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que passaram a semana anterior às turras por conta da “espetacularização” da ação da PF e do uso de algemas nos presos da Operação Satiagraha, só ajudou na defesa de Daniel Dantas. Na segunda-feira 14, 22 horas antes da reunião dos ministros, o delegado Protógenes Queiroz, responsável pelas investigações, foi convocado para uma reunião

de emergência, no gabinete do superintendente da PF em São Paulo. Disseram que seria uma reunião para analisar a operação e traçar os passos seguintes da investigação. Não foi o que ocorreu. O encontro, do qual participaram dez delegados, foi conduzido por Roberto Ciciliati Troncon Filho, diretor de Combate ao Crime Organizado, que desembarcou de Brasília como representante da cúpula da Polícia Federal junto com o chefe imediato de Protógenes, Paulo de Tarso Teixeira, da Divisão de Combate aos Crimes Financeiros. A reunião durou três horas e foi marcada por queixas, destempers e acusações. Respalpado pelo ministro Tarso Genro, Troncon não mediu palavras ao apontar os erros cometidos no decorrer da operação. Criticou o fato de Protógenes ter recorrido à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) à revelia dos superiores. Condenou o vazamento de informações para uma emissora de tevê e a resistência do delegado em relatar o andamento e as descobertas feitas durante as investigações, deixando o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, à margem dos acontecimentos.

Protógenes chegou a se desculpar, mas diante das pressões reagiu também de forma destemperada. Afirmou que na semana anterior se recusara a informar quais seriam os nomes e os alvos da operação porque temia vazamentos e disse com todas as letras que não confiava "nem em São Paulo nem em Brasília". Em seguida, Protógenes comunicou que deixaria as investigações para dedicar a um curso de aperfeiçoamento profissional. A delegada Karina Murakami Souza, que integrava a equipe de Protógenes, chegou a chorar

diante das pressões. O delegado Carlos Eduardo Pelegrine, recentemente incorporado ao grupo, não continha o nervosismo. No final da reunião, os dois também pediram para deixar o caso.

Enquanto Protógenes recebia a repremenda de seus superiores, alguns dos mais renomados advogados do País se reuniam, em um edifício na Vila Madalena, em um ato de desagravo ao ministro Gilmar Mendes, que concedeu dois habeas-corpus seguidos ao banqueiro Daniel Dantas. Depois do encontro, 150 advogados tornaram pública uma carta de apoio ao ministro. A poucos quilômetros dali, aproximadamente 400 juízes federais e procuradores da República manifestavam solidariedade ao juiz Fausto Martin De Sanctis, que determinou as duas prisões do banqueiro. O problema de Gilmar Mendes começou, na verdade, há três anos, quando o Supremo resolveu manter o privilégio do recesso em julho, regalia que foi retirada das instâncias inferiores da Justiça. Com isso, coube apenas a ele julgar os habeas-corpus impetrados pela defesa de Dantas. Em agosto, o mérito desses mesmos habeas-corpus serão analisados pelo pleno do STF. Se a decisão de Gilmar Mendes for mantida pela maioria dos outros dez ministros, ele provará que está com a razão. Se perder, ficará caracterizada uma fissura

jamais vista no Poder Judiciário. Caso vença por pequena diferença de votos, ficará caracterizada uma divisão no tribunal que terá pela frente o desafio de julgar os desdobramentos dessa operação.

Antes de deixar o comando das investigações, Protógenes fez chegar ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, uma fita de vídeo em que estão registradas cenas de um jantar, num restaurante em Brasília. À mesa estão dois assessores diretos do presidente do Supremo, o advogado Nélvio Machado, um dos contratados para defender Daniel Dantas, e uma mulher alta, de cabelos loiros, bem vestida e ainda não-identificada. **Na conversa é usada a expressão "um milhão de dólares".** A gravação foi efetuada por funcionários da Abin, cedidos pelo diretor-geral da instituição, Paulo Lacerda, à equipe de Protógenes. O delegado também tem a informação de que o ministro Gilmar Mendes foi alertado do registro daquele jantar. O procurador-geral avalia a possibilidade de pedir uma perícia externa à PF para agregar as gravações ao inquérito.

O afastamento do delegado Protógenes só se tornou público na noite da terça-feira 15, horas depois de encerrada a reunião no Planalto. Repercutiu de forma negativa. Ficou claro à opinião pública que o delegado fora pressionado pela cúpula da PF a deixar as investigações. Diante disso, o presidente Lula novamente tentou minimizar os efeitos da crise. Disse que o delegado deveria continuar à frente do inquérito, determinando ainda que

BRASIL / CAPA

se divulgasse a gravação da reunião ocorrida na sede da PF em São Paulo que sacramentou a saída de Protógenes. Divulgaram apenas quatro minutos de um embate que durou aproximadamente três horas. Entre os trechos agora conhecidos está o delegado Protógenes justificando seu pedido de afastamento por causa de um curso de aperfeiçoamento na Academia de Polícia em Brasília. "As minhas operações nunca ficaram no meio do caminho. (...) A exemplo delas, essa também não vai ficar. Só que com um diferencial. Eu não vou ficar presidindo. Eu não pretendo presidir nenhuma investigação mais." Na quinta-feira 17, Protógenes reagiu, formalizando uma queixa ao Ministério Público, na qual denuncia "obstrução nas investigações". Diante disso, dois procuradores pediram a abertura de um procedimento para investigar a atividade policial. A íntegra da fita será a primeira peça desse caso.

É evidente que a Operação Satyagraha cometeu excessos e teve motivações cinematográficas. É correto que a PF use as estruturas da Abin, da Receita Federal, do Banco Central e de outros órgãos públicos para auxiliar suas investigações. Mas esses são procedimentos que envolvem institui-

ções e precisam ser do conhecimento de seus responsáveis. Não é concebível que um delegado aione esses mecanismos por iniciativa própria e sonegue informações a seus superiores. No entanto, a crise produzida pela investi- gação de Protógenes tem, além dessas, outras razões. O delegado estava caminhando em terreno minado. Durante as investigações, foram produzidas sete mil horas de conversas telefônicas. Entre esse material há diálogos que podem vir a assombrar o Palácio do Planalto. Algumas escutas revelaram que fazendas de gado nas regiões Norte e Nordeste foram adquiridas por uma espécie de "consórcio operacional" entre Carlos Rodenburg, ex-cunhado de Dantas e diretor do Opportunity, o próprio Daniel Dantas e Fábio Luís da Silva, o "Lulinha", filho do presidente Lula. Também é mencionado o ministro Roberto Mangabeira Unger. Em uma das gravações, Mangabeira consulta procuradores sobre a possibilidade de seguir dando consultoria a empresas privadas mesmo no posto de ministro. Desaconselhado pela Advocacia-Geral da União

(AGU), ele resolveu ignorar as ressalvas e manteve-se como consultor privado.

Quanto às investigações em torno da Operação Satyagraha, a mais recente decisão do presidente do Supremo acenou com a possibilidade de o caso sair da alcada do juiz De Sanctis. Atendendo a um pedido de acesso aos autos feito pelo senador Hércules Fortes (DEM-PI), que foi citado nos gramos telefônicos e, segundo a PF, teria ligações com o dono do Opportunity, Mendes incluiu o senador no rol de investigados. Com isso, abriu caminho para o senador, que tem foro privilegiado, pedir que o caso seja transferido para o Supremo. Na sexta-feira 18, sindicalistas ligados à CUT protocolaram no Senado pedido de impeachment contra o presidente do STF.

A sucessão de trapalhadas das autoridades que até agora investigaram e julgaram Daniel Dantas teve ares de espetáculo circense e amenizou a defesa do banqueiro. Mas outro grupo de investigadores, no Banco Central, na Receita Federal e mesmo na Agência Brasileira de Inteligência começa a levantar dados que vão dificultar o trabalho dos advogados do Opportunity. Além do circo, existe também o cerco a Daniel Dantas. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Teles avisaram ao juiz que PF teria acesso total a cadastro”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 06 de agosto de 2008.

A matéria destaca que no inquérito da Operação Satiagraha, operadoras de telefonia celular alertaram o Juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto Martin De Sanctis, sobre as dificuldades de verificar se as informações acessadas pela Polícia Federal por meio de senhas respeitavam as ordens judiciais. Ou seja, se os policiais consultaram somente os dados dos investigados e de pessoas que trocaram chama-

Teles avisaram a juiz que PF teria acesso total a cadastro

Operadoras alertaram para risco de dados alheios à investigação serem devassados

Fausto De Sanctis autorizou delegado a receber senhas para acessar o cadastro e o histórico das ligações dos assinantes das companhias

HUDSON CORRÉA
LEONARDO SOUZA

No inquérito da Operação Satiagraha, operadoras de telefonia celular alertaram o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, Fausto Martim De Sanctis, sobre as dificuldades de verificar se as informações acessadas pela Polícia Federal por meio de seu sistema eram de natureza judicial. O juiz, se os policiais consultassem somente os dados dos investigados e de pessoas que trocavam chamadas com eles, não teria problema, por exemplo, em saber que número tinha como saber se as linhas acessadas pelos policiais tinham ou não relação

com as investigações. Conforme a *Folha* revelou no domingo, Sanctis autorizou o delegado Protógenes Queiroz e sua equipe a receber senhas de acesso ao cadastro e histórico

co de ligações dos assassinos das companhias de telefonia. Apesar de os despachos do juiz determinarem que a polícia só poderia consultar dados de identificação e de pessoas que frequentavam clínicas com eles, as senhas fornecidas pelas teleféricas permitem, em tese, que sejam consultadas informações de quaisquer assinantes, mesmo de aqueles sem relação com as investigações.

"Não é possível o controle imediato por parte desta operadora quanto à confirmação de que se trata de linha envolvida [na investigação]", informou a Vivo, em ofício de dezembro de 2007.

Adianta a empresa ressalta que a utilização da rede é das consultas realizadas é de exclusiva e integral responsabilidade das autoridades autorizadas (policiais federais). A rede diz que, se cada ente público só adotar a mesma sistematicidade e quantidade de solicitações, torna-se impraticável e impossível exercer controle do teor da requisição de cada autoridade".

Qualquer número.
- Ja a TIM, firma entender
a ordem do juiz autorizar
a PF a ter acesso "aos dados ca-
dastrais e histórico de chama-
das [...] do número alvo [de
grampo] e de qualquer número
móvel pertencente a essa op-
eradora que seja de interesse da
investigação".

Segundo a *Folha* apurou, as operadoras não têm como saber se os números acessados pelos policiais fizeram ou receberam chamadas de telefones de outras companhias ou usados em investigações. Com a polícia não informa às operadoras os números alvos das concorrentes, as companhias não têm como controlar se as senhas estão sendo usadas como determinados descriptores de dados. Ou seja, em tese, a PF pode consultar os dados cadastrais e históricos de chamadas de

ALETA À FESTA

Em 2007, a Vivo alertou a 6ª Vara Criminal de São Paulo sobre o monitoramento de dados com senha pela PF

Segredo de Justiça

Este ato, considerando a importância da mesma, tem o objetivo de garantir a realização das competições desportivas previstas no artigo 1º, da Resolução do Conselho Federal de Desportos, que estabelece que a realização de competições de futebol entre clubes, associações e federações deve ser autorizada pelo Conselho Federal de Desportos.

EM 2007. Ofício encaminhado pela Vivo, em dezembro, à 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, cujo titular é Fausto De Sanctis, alertando para a falta de controle das informações dos assinantes da companhia telefônica acessadas pela Polícia Federal.

Diretor-geral da PF defende acesso a dados telefônicos

KÁTIA BRASIL

qualquer assinante das empresas de telefonia.

No mesmo ofício, de novembro de 2007, a TIM afirma que a autorização para grampo era de 15 dias, mas que havia dúvida sobre o período de validade da senha. Pela decisão do juiz, a senha era válida por período indeterminado, que culminava a investigação. A PF comunicar à empresa de telefonia o cancelamento da senha.

— Nesta, em ofício enviado também à Justiça Federal, diz estar cumprindo a ordem judicial, porém, considera que o fornecimento do histórico de chamadas é “quebra de sigilo de comunicações telefônicas, motivo pelo qual ponderamos pela necessidade de decisão judicial individualizada”.

A afirmação da Nextel remete ao sistema convencional pelo qual, para saber dados de quem ligou ao investigado, a PF pedia ao juiz a quebra de sigilo para cada cadastro. Para Santistais, tal procedimento tumultuava e inviabilizava a investigação.

o envolvimento a investigação. Sartori diz que a Justiça Federal tem meios de controle parasegurar que sejam acessados dados cadastrais apenas de pessoas que ligaram para o investigado. Ouvidas pela Folha, as empresas Vivo, TIM e Nextel informaram que cumprem as determinações da Justiça, com

base na legislação

Para Justiça, há limites no uso de senhas

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

A 6^ª Vara Criminal Federal de São Paulo, responsável pela Operação Maracanã, declarou que o decreto tem que "a decisão judicial sempre foi fundamentada e estipula limites para utilização de senhas, sendo de inteira responsabilidade dos agentes policiais o manuseio do mecanismo de consulta ao fluxo de informações macias".

Anda conforme a 6ª Vara. "A 6ª Ibjuzo já recebeu pesquisas feitas por funcionários das operadoras de telefonia para dirimir dúvidas e trocar informações sobre o cumprimento das determinações judiciais, além de eventuais esclarecimentos prestados por telefone", informa a 6ª Vara, o que deixa acreditado que é necessário que o juiz em que se devem as investigações, ou seja, a 6ª Vara, seja informado sobre a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida à revista **Veja**, pelo economista americano James Roberts, coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais.

Na entrevista, publicada na edição de **Veja** do último dia 3 de setembro do corrente, o economista discute o grau de liberdade econômica nos países e comenta a lista por ele elaborada que compara a facilidade com que cidadãos de diferentes países conseguem começar um negócio, escolher um emprego, tomar dinheiro emprestado ou usar o cartão de crédito.

Na entrevista, o economista informa:

Em 2003, o primeiro ano do governo do presidente Lula, o país alcançou sua melhor posição no ranking. Ficou em 58º lugar. No ranking deste ano

caiu par a 101ª posição. Hoje o Brasil está ao lado de países como Zâmbia, Argélia, Camboja e Burkina Faso. Com isso, o Brasil mudou de categoria. Saiu do que chamamos de “moderadamente livre” para uma economia “majoritariamente não livre”.

Informa, ainda, que um dos fatores que mais empurrou o País para baixo foi a corrupção.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a entrevista acima citada passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por uma economia livre

Pesquisador da Heritage Foundation, dos Estados Unidos, diz que o “capitalismo de comparsas” cresce na América Latina

O economista americano James Roberts, de 58 anos, é coordenador do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation, entidade de promoção de políticas liberais com sede em Washington, nos Estados Unidos. A lista elaborada por Roberts compara a facilidade com que cidadãos de diferentes países conseguem começar um negócio, escolher um emprego, tomar dinheiro emprestado ou usar o cartão de crédito. Publicado anualmente desde 1995, o ranking tornou-se um termômetro da saúde e da eficiência das economias nacionais. Antes de assumir essa função, Roberts trabalhou no Departamento de Estado durante 25 anos. Como diplomata, coordenou programas destinados a assessorar a transição para o capitalismo em vários países do Leste Europeu. Roberts concedeu a seguinte entrevista à **VEJA**.

A liberdade econômica é capaz de diminuir a desigualdade social de um país? Em primeiro lugar, é preciso definir o que vem a ser igualdade social. Esse conceito pressupõe que todos sejam forçados a viver em casas idênticas, ganhar os mesmos salários, comer as mesmas comidas e acreditar nos mesmos valores? Essa abordagem totalitária já foi tentada na União Soviética e está em pleno vigor em Cuba. Os resultados foram e são desastrosos, para não dizer trágicos. Como os fundadores dos Estados Unidos sabiam muito bem, é impossível para um governo arcar com a missão de assegurar igualdade para todos os cidadãos. As pessoas não nascem iguais. Elas possuem habilidades e talentos próprios. Cada uma deve decidir sozinha o que quer fazer da vida: se prefere trabalhar duro ou levar uma existência mansa e tranquila. O principal papel de um governo não é ir contra essa realidade e forçar algo que não existe nem existirá. O bom governante é aquele que oferece oportunidades iguais para todos buscarem a própria felicidade. O

capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo.

A pobreza diminui nos países com liberdade econômica? Ao dar oportunidades para que a população mais pobre prospere, a liberdade econômica é boa para todos. Quando esse conceito é implementado, a elite política fica impossibilitada de usar a máquina estatal para ganhar vantagens econômicas, o que sempre ocorre em prejuízo dos mais fracos. Essa situação terrível é o que chamamos de “capitalismo de comparsas”. Nos países onde essa prática é institucionalizada, os governantes e seus amigos sobrecregam a população com burocracia e pesados impostos com o objetivo de massacrarem os empreendedores, que vêm como uma ameaça. Quando, por outro lado, existe liberdade, o poder econômico não está sujeito a forças políticas e sociais. Pequenas e médias companhias privadas, que são a espinha dorsal de uma economia e produzem a maior parcela dos impostos, têm melhores chances de crescer. A liberdade econômica é uma doutrina revolucionária que desafia o status quo e os que querem usar o poder em proveito próprio. No longo prazo, sua aplicação produz mais prosperidade, mais igualdade de renda, mais emprego e reduz os níveis de pobreza.

É possível medir esses benefícios? Se dividirmos os países do mundo em cinco grupos, usando o grau de liberdade econômica como parâmetro, vemos que o grupo de países mais livres tem uma renda per capita cinco vezes maior que a do grupo de nações que consideramos repressoras. O desemprego nos países livres é de 6%, enquanto nos economicamente repressores é de 19%. As nações mais livres também possuem menor inflação, que sabidamente corrói o salário dos mais pobres.

Os dois fatores que fizeram o Brasil cair no ranking da liberdade econômica foram a corrupção e a falta de abertura financeira. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros

Como está o Brasil no ranking de liberdade econômica? Em 2003, o primeiro ano do governo do presidente Lula, o país alcançou a sua melhor posição no ranking. Ficou em 58º lugar. No ranking deste ano caiu para a 101ª posição. Hoje o Brasil está ao lado de países como Zâmbia, Argélia, Camboja e Burkina Faso. Com isso, o Brasil mudou de categoria. Saiu do que chamamos de “moderadamente livre” para uma economia “majoritariamente não livre”.

O que fez o Brasil cair tanto no ranking? Os dois fatores que empurram o país para baixo são a corrupção e a falta de liberdade financeira. No último ranking da Transparência Internacional, que mede o grau de corrupção dos países, o Brasil aparece em 72º lugar numa lista de 179 nações. Apesar do uso da internet nas concorrências públicas estar crescendo no Brasil, o que é positivo,

muitas das empresas participantes desses leilões afirmam ter encontrado corrupção em alguma parte do processo. As leis brasileiras são pouco receptivas aos investimentos estrangeiros. O país precisa melhorar as leis de investimento, reduzir as restrições à moeda estrangeira e facilitar a vida dos empresários estrangeiros que queiram operar no país.

O senhor falou em capitalismo de comparsas. Em que países esse fenômeno é mais forte? Muitos países são vítimas desse mal, embora em diferentes graus. Os Estados Unidos já tiveram, em sua história, políticos corruptos que recebiam favores de empresários. Hoje, os americanos não vivem uma situação em que o capitalismo de comparsas possa ser considerado institucionalizado. Isso acontece mais claramente no México, na Argentina e na Venezuela. A economia mexicana é dominada por grandes empresas estatais e privadas, que exercem monopólios ou duopólios. Entre as estatais estão a Pemex, de petróleo, e a CFE, de eletricidade. O resultado é a falta de competição, que prejudica os consumidores mexicanos. Na Argentina, o governo populista dos Kirchner mostra claro favoritismo a setores dominados por colegas peronistas. Nas áreas em que há amigos, o governo não é tão severo ao exigir que as companhias obedeçam às regras ambientais, por exemplo. Já no regime do venezuelano Hugo Chávez, o capitalismo de comparsas domina inteiramente o país. A tal ponto de alguns economistas preferirem não chamar o sistema venezuelano de capitalismo. O governo Chávez é mais parecido com o fascismo ou com a ditadura do KGB, sob o comando de Vladimir Putin, na Rússia. Lá, ter sido um espião é essencial para se tornar um empresário de sucesso.

Quais são as nações que mais melhoraram em termos de liberdade econômica nos últimos anos? Qual foi o impacto disso? Eu destacaria Botsuana, Estônia, Irlanda e Mongólia. O padrão de vida nesses países melhorou muito na última década. Desde 1995, todos tiveram um aumento médio anual do PIB superior a 5%. Ao reforçar o estado de direito e a transparência no governo, todos ganharam estabilidade política e econômica. A Irlanda hoje é um grande exportador de software da União Européia. A Estônia tem seguido o mesmo caminho e investe bastante em tecnologia e informática.

Por que as antigas colônias inglesas da Ásia estão entre os países com maior liberdade econômica? Parte da resposta está na cultura anglo-saxã. Dos dez países no topo do ranking, sete foram colônias inglesas. A Inglaterra é o décimo na lista. É uma tradição inglesa e do norte da Europa ter governos limpos, transparentes e

responsáveis. Servidores públicos não tentam roubar, os tribunais de Justiça procuram ser honestos e não aceitam suborno. Outro fator é a relevância dada aos direitos de propriedade em países com influência anglo-saxã, como Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Botsuana e Irlanda. Outros países protestantes dividem o mesmo legado. Em 1215, a Constituição inglesa já criava um sistema de pesos e contrapesos para o poder governamental, que evoluiu bastante desde então. Graças a isso, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não interferem uns nos outros e formam um sistema transparente, que previne abusos do poder. Uma das bandeiras da reforma protestante no século XVI foi a rejeição total da corrupção que permeava a Igreja Católica na época.

Como está a América Latina no ranking? Quando analisamos o continente americano como um todo, percebemos que a liberdade econômica está diminuindo. A culpa é claramente da América Latina. A região está dividida. De um lado estão governos baseados em uma democracia mais profunda, que estimula o livre mercado e traz prosperidade para a população. É o caso do Chile, que aparece em oitavo lugar no ranking mundial, à frente da Suíça e da Inglaterra. De outro estão governos populistas que vendem fórmulas desgastadas do passado. A Venezuela está entre os dez países mais repressivos, à frente apenas de notáveis

660 capitalismo promove níveis desiguais de prosperidade. Como diria o estadista inglês Winston Churchill, isso é muito melhor do que produzir miséria igual para todos, como faz o socialismo.

ditaduras como a de Robert Mugabe, no Zimbábue, ou a de Kim Jong Il, na Coreia do Norte. Desde que ganhou as eleições, Chávez promove um intenso ataque ao sistema privado. Muitos empresários pararam a produção porque não conseguem mais obter lucros. Na Argentina, a falta de liberdade econômica tem sido uma

tragédia. O país, que em 1933 tinha um PIB equivalente à soma dos de Brasil e México e era uma das dez maiores economias do mundo, tornou-se periférico. Nos últimos 75 anos, seus governantes fizeram com que o país caminhasse para trás, apesar de ser muito rico em recursos naturais. Na Nicarágua, Daniel Ortega ressuscitou seu discurso antiamericano e sua política desestabilizadora, aproximando-se perigosamente de Hugo Chávez e do iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

Qual dos dois grupos de países está mais forte na região? Muitos países estão caminhando em direção a modelos falidos do passado. No nosso ranking, isso se refletiu no desempenho dos países. Dezesseis caíram de posição, enquanto doze tiveram melhora.

Que país poderia servir de modelo para a América Latina? O Brasil pode ser citado como exemplo no que diz respeito à manutenção de sua política antiinflacionária. Exceto pelo Chile, os demais países da região não mostram a mesma disciplina. A maioria dos governos prefere comprar vantagens políticas no curto prazo, mesmo sabendo que isso está sendo feito à custa do crescimento e da saúde econômica a longo prazo.

As mudanças que Raúl Castro está promovendo em Cuba vão ampliar a liberdade econômica na ilha? Não há nenhuma informação que me leve a concluir que Cuba esteja dando passos verdadeiros em direção à liberdade econômica. Não haverá democracia baseada em livre mercado até que o regime de Fidel Castro se vá definitivamente. A transição representada por Raúl não é para valer. Ele só está tentando fazer parecer que há uma mudança, quando não há nenhuma. Os camaradas do partido dizem que as pessoas agora podem comprar celulares, mas só os que ganham pesos conversíveis podem se conceder esse luxo. Isso exclui grande parcela da população de Cuba. O governo é quem decide quem pode ou não comprar computadores e aparelhos de DVD. Ninguém tem vontade de trabalhar na ilha, porque sabe que isso não compensa. O Exército controla 60% da economia e Raúl está no comando dos militares. Certamente não tomará nenhum passo em direção a uma liberdade econômica verdadeira, porque isso ameaçaria seu próprio poder. Tudo não passa de um grande teatro.

De maneira geral, a liberdade econômica tem diminuído ou aumentado no mundo? Quando se somam todos os países, é possível ver que a liberdade econômica tem aumentado, embora muito lentamente. Quem mais puxa a curva para cima são os países europeus. Dos vinte países mais livres, metade está na Europa. Outro destaque são as antigas colônias inglesas. Hong Kong é o campeão, seguido de Cingapura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banqueiro rachou núcleo duro do governo Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho de 2008.

A matéria destaca que a tentativa do banqueiro Daniel Dantas de se aproximar do ainda candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou o primeiro racha no grupo de ministros que ficou conhecido como “núcleo duro” do governo formado por José Dirceu, Luiz Gushiken e Antonio Palocci.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Banqueiro rachou núcleo duro do governo Lula

Dirceu se opôs a Gushiken e agiu a favor de Dantas na disputa pelo controle dos fundos de pensão

João Domingos
BRASÍLIA

A tentativa do banqueiro Daniel Dantas de se aproximar do ainda candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou o primeiro racha no grupo de ministros que ficou conhecido como “núcleo duro” do governo. Então na Casa Civil, José Dirceu operou a favor de Dantas; na estratégica Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken fez de tudo para que o banqueiro não se aproximasse; no Ministério da Fazenda, Antonio Palocci pesou pros e contras e decidiu ficar neutro.

A disputa de Gushiken com Dantas foi motivada pelo controle dos fundos de pensão, sócios das telefônicas controladas pelo banqueiro. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Dantas tinha tanta influência sobre eles que chegou a trocar um diretor da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. Como Gushiken tinha uma empresa de formação de quadros para os fundos, os dois ficaram em lados opostos.

No ano 2000, Dantas chegou a contratar a Kroll – empresa

americana de investigação privada – para bisbilhotar a vida dos sócios da Telecom Itália na Brasil Telecom (ByT), que era controlada por ele. Durante o espião, foram grampeados e capturados até e-mails de Gushiken para Luiz Roberto Demarco, antigo sócio de Dantas. Gushiken nunca operou. E fez de tudo para distanciar os fundos de pensão, assim que o PT ganhou a eleição.

A briga, na qual estavam em jogo R\$ 14 bilhões, acabou vencida por Gushiken. Coordenador da campanha eleitoral de Lula, ele vetou o recebimento de qualquer doação feita por Dantas ou por suas empresas. “Enquanto eu for vivo, esse senhor não contribuirá para a nossa campanha”, assegurava.

Já em 2004, ao saber que o tesoureiro petista Delúbio Soares fazia um trabalho de aproximação com o banqueiro, Gushiken passou-lhe um pírito. Foi profético: “Saia de perto dessa pessoa. Isso vai dar encrencas.”

Na verdade, Delúbio já andava de braço com a encrenca chamada Marcos Valério Fernandes de Souza. Um ano depois, estourou o mensalão.

De acordo com a CPI dos Correios, o dinheiro das empresas Dantas teria abastecido o mensalão, com o esquema que ficou conhecido como “valerioduto”. Os valores entravam para as empresas de Marcos Valério e de Iá satam para partidos aliados.

Os advogados de Dantas sempre negaram. Disseram que eram pagamentos feitos às empresas DNA Propaganda e SMPB, por serviços prestados à Telemig, Brasil Telecom e Amazônia Celular, controladas por Dantas.

Durante os primeiros anos do governo de Lula eram comuns os comentários sobre desentendimentos entre Dirceu e Gushiken. Dizia-se que Gushiken tinha maior influência sobre Lula, provocando ciúmes no chefe da Casa Civil.

Na tentativa de aproximar Dantas do governo, Dirceu aliou-se a Henrique Pizzolato, então diretor de marketing do Banco do Brasil e antigo aliado de Gushiken. Por causa dessa opção, Gushiken acusou Pizzolato de traição. •

Dirceu se queixou com presidente

Ex-ministro reclama de ‘uso político’ da Polícia Federal

Vera Rosa
Vannildo Mendes
BRASÍLIA

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu reclamou pessoalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva do “uso político” da Polícia Federal. A conversa ocorreu há cerca de um mês, em Brasília. Dirceu queixou-se ao ministro da Justiça, Tarso Genro – seu desafeto político no PT –, e disse que a PF é “instrumentalizada” pelo petista para perseguir adversários. Lula ouviu os argumentos de Dirceu, que negou o encontro em seu blog.

A reunião, porém, ocorreu na época em que o então prefeito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Be-

jan (PTB), foi preso pela PF, acusado de desviar R\$ 1 milhão. A PF “vazou” conversa em que Bejan mencionava que teria se reunido com Dirceu e que conseguira liberar “R\$ 70 milhões”. O ex-ministro negou e ficou furioso com a divulgação das imagens. O presidente confia em Tarso, mas avalia que delegados muitas vezes exageram ao dar caráter de “espetáculo” às operações, “vazando” dados sem provas.

Questionado ontem se Dirceu é alvo na Operação Satyagraha, Tarso disse que não, mas sua resposta deixou dúvidas – ele sugeriu que pode ser investigado mais tarde. “A informação que veio sobre Dirceu é lateral e não constitui a centralidade do inqué-

rito. Ele não é alvo. Quem foi envolvido lateralmente só será avaliado posteriormente”, afirmou.

Advogado de Dirceu, José Luiz Oliveira Lima não escondeu a contrariedade. “Essa afirmação é inadequada até porque quem preside as investigações é o delegado – que preservou o ex-ministro José Dirceu – e não o ministro da Justiça”, reagiu.

APF diz que o Grupo Opportunity, de Daniel Dantas, utilizava-se de “pessoas influentes no meio político”, entre elas Dirceu. •

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Na CPI, Aparecido não revela quem fez dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 21 de maio de 2008.

A matéria destaca que o ex-Secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires resistiu ontem às pressões da oposição e, ao depor na CPI dos Cartões Corporativos, não revelou quem mandou fazer o dossiê com gastos reservados do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é o espetáculo de cidadania que levou mais de 125 milhões de brasileiros às urnas no último domingo, que nos traz de volta a esta Casa com disposição renovada. Independente mente dos resultados eleitorais, o Brasil comemora, mais uma vez, seu vigor democrático, sua maturidade de política.

Maturidade da qual não abrimos mão, em hipótese alguma. E é exatamente por isso que os brasileiros – que tanto sonharam e lutaram pela estabilidade política e econômica de seu País – têm o direito de exigir explicações – e explicações claras, realistas – sobre as consequências do vendaval que vem varrendo as finanças internacionais. E que, todos sabemos, já começa a deixar seus rastros em nossa economia.

Não cabe, evidentemente, às autoridades econômicas adotar uma postura negativa, que abalaria a confiança de investidores externos e geraria ainda mais intranqüilidade no mercado interno. Seria absurdo, no entanto, insistir na tese de que estamos blindados contra os solavancos internacionais por conta da solidez de nossa economia.

A crise, que já provocou perdas mundiais de quase US\$1,5 trilhão, chegou a proporções tais que o Governo foi obrigado a acordar e a mudar seu discurso. Não temos, infelizmente, um atestado de imunidade econômica.

O crédito externo está derretendo. O crédito interno, cada vez mais apertado – os prazos de financiamento vêm sendo reduzidos pela metade e as pres-

tações, reajustadas em até 25%. O risco País subiu 48% desde primeiro de setembro e o dólar disparou. O dinheiro da bolsa está evaporando – e o prejuízo é agravado pela queda internacional das *commodities*, diante da expectativa de menor crescimento econômico do mundo todo.

Para os exportadores, o cenário não é nada animador, tanto pela escassez de linhas de crédito quanto pela queda da demanda internacional. Embora os dados de setembro ainda não acusem maior impacto da crise nas exportações brasileiras, a própria Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento já acena com dificuldades na balança comercial nos próximos meses.

Não é o caso, quero deixar bem claro, de menosprezar os avanços de nossa economia. Avanços que nos colocam numa situação bem mais confortável para enfrentar essa turbulência internacional.

O fantasma da dívida externa, os trinta anos de hiperinflação, o desequilíbrio fiscal, tudo isso faz parte do passado. Quem aqui não se lembra que chegamos a inimagináveis cinco mil por cento de inflação antes do Plano Real?

Mas se hoje comemoramos índices de inflação de primeiro mundo, se equilibramos nossas contas externas, se temos um colchão considerável de reservas internacionais, na faixa de US\$206 bilhões, se recuperamos nossa credibilidade no mercado externo e, melhor ainda, se conseguimos, a duras penas, dobrar nosso ritmo de crescimento econômico, também precisamos ter a humildade de reconhecer que ainda estamos bem longe do Brasil com que todos sonhamos.

Não temos um projeto claro de desenvolvimento. Não aprovamos as reformas estruturais de que tanto precisamos, não resolvemos nossos sérios problemas de infra-estrutura, nem conseguimos construir marcos regulatórios efetivos, capazes de garantir a segurança necessária para atrair investimentos de maior vulto. Grande parte do País continua patinando em índices sociais lamentáveis e as desigualdades regionais seguem como uma chaga nacional.

O crescimento econômico que o governo e todos os brasileiros tanto festejamos ainda peca pela fragilidade.

E pior: nesse novo cenário de instabilidade mundial, a estimativa é de que voltemos a amargar um

índice de dois, no máximo três por cento de crescimento em 2009.

O Orçamento da União, que vamos votar em breve, terá de ser revisto, com certeza. E que ninguém se iluda: com a queda da receita, provocada pela atual crise, os níveis de investimento também cairão, inevitavelmente.

Em resumo: vamos ter que adiar, pela enésima vez, nosso projeto de desenvolvimento sustentável.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o momento exige, mais que nunca, espírito público e maturidade política. Vamos ter perdas? Vamos, sim. Mas elas podem ser reduzidas se a atual crise for enfrentada com a seriedade que merece. Não falo aqui apenas de iniciativas pontuais, como o corte da taxa de juros, o aumento do superávit primário, a liberação de mais crédito para exportadores e a redução do depósito compulsório – medidas essenciais para proporcionar o mínimo de alívio financeiro a empresas e consumidores.

Se as incertezas em que o mercado está mergulhado não permitem vislumbrar uma resposta de curto prazo ao plano de socorro norte-americano – talvez nem mesmo uma resposta de médio prazo –, temos que reforçar os pilares de nossa economia.

Essa crise deve servir como alerta: sem apostar em reformas estruturais, sem construir um cenário de efetiva segurança jurídica, não teremos muito fôlego para melhorar nossa competitividade internacional e enfrentar grandes abalos. Convém lembrar que o Brasil ocupa um lugar lamentável no Índice Fiesp de Competitividade das Nações: está na trigésima oitava posição entre as 43 nações que representam 90 por cento do PIB mundial.

Cito aqui apenas um dos motivos para essa péssima performance em termos de competitividade. Um motivo óbvio: a carga tributária no Brasil equivale a 34,1% do PIB nacional; nos países mais competitivos, os impostos representam 29,7% do PIB. Quando teremos, finalmente, a coragem de votar uma reforma tributária séria neste País?

Por fim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nossos dirigentes precisam colocar o dedo na ferida: o governo gasta muito e gasta mal.

Só para se ter uma idéia, os gastos governamentais dobraram nos últimos vinte anos, atingindo cerca de 20 por cento do PIB.

Cortar gastos, planejar com seriedade e espírito público as despesas – sem segundas intenções políticas e eleitoreiras – é medida primeira para não perder o prumo.

A reforma do Estado é, sem dúvida, a reforma mais importante a ser enfrentada. Enxugar a máquina pública é mais do que uma obrigação. É condição básica para não jogarmos água abaixo a estabilidade econômica conquistada nos últimos anos.

São essas as considerações que eu tinha a fazer. Que essa crise, Sr^{as}s e Srs. Senadores, sirva-nos de lição. Que ela nos permita dar um passo decisivo rumo ao Brasil de amanhã.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR
SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na CPI, Aparecido não revela quem fez dossiê

Ex-secretário poupa Dilma e Erenice; oposição desmonta a tese de que informações sobre gastos reservados constituem “banco de dados”

Luciana Nunes Leal
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires resistiu ontem às pressões da oposição e, ao depor na CPI dos Cartões Corporativos, não revelou quem mandou fazer o dossiê com gastos reservados do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar disso, a oposição ficou convencida de que conseguiu carimbar o dossiê como um produto da Casa Civil da Presidência da República. Os governistas, sem muita ênfase, insistiram na versão do banco de dados.

Aparecido e o assessor do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) André Fernandes, que também foi ouvido pela CPI, divergiram em vários pontos, mas, apesar das contradições, a base aliada deve derrubar hoje o requerimento para realizar uma ação entre eles. O depoimento de Aparecido foi suspenso e continuará hoje.

Para sustentar a tese de que foi feito um dossiê na Casa Civil, André Fernandes, com a colaboração do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), enumerou detalhes técnicos que, segundo ele, indicavam que foram selecionados em uma única planilha dados específicos de gastos do ex-presidente. “Vê-se claramente que pinçaram-se dados. Banco de dados pressupõe informações genéricas. Dossiê pressupõe informações pinçadas”, disse o tucano. Para ele, o fato de haver folhas numeradas na planilha é um indicativo de que foram destacados apenas “gastos esdrúxulos”. “O campo denominado número de folha é denunciante. É completamente inverossímil só ter dados exóticos. Um banco de dados teria compras normais de arroz, feijão”, atestou André Fernandes.

AS CONTRADIÇÕES

ALMOÇO NO CLUBE NAVAL

André diz que, quando recebeu o e-mail, marcou almoço com Aparecido para discutir o assunto. Ele que ligou para marcar o encontro.

Aparecido afirma que André não citou o recebimento de nenhuma planilha e que conversaram sobre os rumores de vazamento dos dados. Segundo Aparecido, o convite para o almoço foi feito por um amigo em comum, Nélito Lacerda, que disse que André estaria presente.

PLANILHA ENVIADA

André diz que recebeu o e-mail com a planilha como “intimidação à oposição”.

Aparecido afirma que, “se anexou” o documento, foi “por engano ou desculpa”.

PEDIDO DE EMPREGO

André diz que jamais pediu emprego no governo Lula.

Aparecido afirma que, em janeiro de 2003, recebeu por e-mail o currículo de André, que “cogitou” ser secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento.

ERENICE GUERRA

André garante ter ouvido de Aparecido que a secretária-executiva da Casa Civil determinou elaboração do dossiê com gastos de FHC. Ele diz também que Aparecido se referiu a uma reunião convocada por Erenice em que foi pedido a cada secretário da pasta que cedesse dois funcionários para trabalhar na coleta de dados.

Aparecido diz que jamais tratou com Erenice ou com a ministra Dilma Rousseff sobre banco de dados e que a reunião teve a participação apenas do secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Temóteo, que requisitou os dois funcionários.

BRIGA

André afirma que brigou com Aparecido em 2004, durante a CPI do Banestado, porque o então funcionário da Casa Civil queria que o assessor deixasse de trabalhar com os parlamentares da oposição.

Aparecido diz que a briga ocorreu em 2003, quando o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou à Casa Civil pedido de informações sobre funcionários do TCU cedidos ao ministério, viagens e gastos desses servidores. Segundo Dias, o pedido foi feito em 2005 e não se referia só a funcionários do TCU.

MENTIRAS

Os pontos obscuros eram tantos que nem opositores foram firmes na defesa de Fernandes nem os governistas saíram convencidos de que Aparecido falou a verdade. "Foi um lamentável festival de mentiras. Não sinto firmeza nem sinceridade em nenhuma das partes", resumiu o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN). "Olha que eu sou governista, mas custa-me acreditar que você tenha enviado sem querer. Talvez seu dedo tivesse em um dia de mau gosto ao enviar essa planilha", disse o deputado Sílvio Costa (PMN-PE), referindo-se a Aparecido.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) disse que "José Aparecido pareceu um homem alienado do mundo e abusou do direito de mentir". E acrescentou: "PT e PSD se parecem muito e quando estão encrencados, fica um querendo prestar serviço ao outro".

Os depoimentos praticamente repetiram o que os dois suspeitos falaram à Polícia Federal na semana passada. André Fernandes disse ter ouvido de Aparecido que o dossier foi feito a pedido de Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, braço-direito da ministra Dilma Rousseff. Aparecido isentou de responsabilidade Ereni-



- » Ouça os principais trechos dos depoimentos na CPI
- » Veja a íntegra do dossier com os gastos de FHC
- » Especial multimídia traz a cronologia da crise dos cartões
- » Teste seus conhecimentos sobre o caso dossier

www.estadao.com.br/e/56

ce e Dilma e afirmou jamais ter conversado com nenhuma das duas sobre o que chama de "banco de dados". Disse ainda que enviou a planilha com gastos de

FHC "por engano e descuido" e que queria apenas mostrar um texto sobre administração pública para Fernandes.

Durante os depoimentos, os governistas insistiram na tese de que Fernandes havia convencido o amigo Aparecido a enviar o dossier. "Para mim o que houve foi um grande tráfico de amizade", disse o senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Os dois disseram que, depois de terem rompido no primeiro governo Lula, voltaram a se falar em 2006, mas sem proximidade. No entanto, Fernandes participou da comemoração do aniversário de Aparecido, no dia 26 de março deste ano.

SESSÃO SECRETA

Por 12 votos contra e sete a favor, os governistas derribaram o pedido da oposição para

que Fernandes falasse em sessão secreta. O assessor alegou ter "cinco pontos" que gostaria de falar reservadamente aos integrantes da CPI para "proteger a honra e a imagem das pessoas". "Vai além da confecção do dossier", afirmou Fernandes. Ele se negou a fazer as revelações na sessão aberta: argumentou que eram fatos colaterais, que nada tinham a ver com o dossier.

A sessão, que começou com o deputado Carlos Willian (PTC-MG) sugerindo que André Fernandes jurasse sobre a Bíblia que só diria a verdade, teve momentos de bate-boca, de piadas, de provocações. Os integrantes da CPI caíram na gargalhada quando Aparecido disse não se lembrar o número de participantes de um almoço com apenas quatro pessoas. ■

Imagen e semelhança

O depoimento de José Aparecido Nunes na CPI dos Cartões teria representado um prejuízo de proporções gigantescas se o governo tivesse algum compromisso moral com a verdade, a coerência e a consistência. Como não tem, foi um sucesso.

Decoro

O deputado Carlos Willian tem todo o direito de defender suas idéias. Mesmo as estapafúrdias, como a permissão de reeleições infinitas para presidentes da República.

Mas agressões ao ouvido alheio, a golpes sucessivos de "que sejam", como fez ontem na CPI, o deputado Carlos Willian não tem imunidade parlamentar para cometer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 22 de junho de 2008.

A reportagem destaca que o advogado e compadre do Presidente Lula, Roberto Teixeira, admitiu que recebeu mais de US\$3 milhões referentes a serviços prestados para a VarigLog, incluindo uma taxa de su-

cesso de US\$750 mil pela participação na compra da Varig em leilão judicial.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Teixeira admite ter recebido US\$ 3,2 milhões no caso Varig

Pagamento é um dos pontos polêmicos envolvendo a ação do advogado na compra da companhia aérea

Planilha do software SAP da VRG revela que de 3 de outubro de 2006 até 9 de fevereiro de 2007 foram pagos R\$ 4.853.401,03 ao escritório de Teixeira. As duas primeiras linhas referem-se à taxa de sucesso pela aprovação da compra da Varig: R\$ 1,6 milhão no total.

Mariana Barbosa

O advogado Roberto Teixeira admitiu ao Estado que recebeu US\$ 3.266.825,79 referentes a serviços prestados para a VarigLog, incluindo uma taxa de sucesso de US\$ 750 mil (R\$ 1.600.050) pela participação na compra da Varig em leilão judicial. O valor refere-se ao período de abril de 2006 a junho de 2007. O advogado cobra ainda US\$ 682 mil (R\$ 1.220.448,40) referentes a serviços prestados entre julho de 2007 e janeiro de 2008 e não pagos. Em um ano e nove meses, portanto, os honorários e taxas de sucesso do escritório do advogado totalizaram US\$ 3,95 milhões.

Na última quarta-feira em Brasília, Teixeira afirmou que recebeu apenas US\$ 350 mil da VarigLog. Ele foi a Brasília à convite do Senado para explicar as acusações da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu, que em entrevista ao Estado disse que ele teria se aproveitado do livre trânsito com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu compadre, e com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) para conseguir aprovar a compra da VarigLog e da Varig. Segundo Denise, a atuação do escritório no episódio foi "imoral".

O valor dos honorários apresentado em Brasília causou surpresa e estava bem abaixo dos US\$ 5 milhões que o empresário Marco Audi, sócio afastado da VarigLog, disse ter pago para o escritório Teixeira, Martins e Advogados. "Paguei US\$ 5 milhões ao Roberto Teixeira para ele resolver e ele resolveu", declarou Audi. "Não sei o que ele negociou, mas sua influência foi 100% decisiva."

Segundo Denise Abreu, por pressão da Casa Civil, os sócios estrangeiros e brasileiros da VarigLog foram dispensados de apresentar documentos com comprovação de origem de capital e de renda e que seriam necessários para avaliar denúncias de que o verdadeiro controlador seria estrangeiro. Hoje se sabe que os brasileiros Marco Audi, Marcos Hastel e Lázio Gallo não desembolsaram um real para entrar na sociedade com o fundo estrangeiro Matlin Patterson, embora formalmente fossem donos de 80% das ações com direito a voto. Com isso, o fundo ficou dentro da lei que limita em 20% a participação estrangeira no setor. Um contrato de gaveta até então desconhecido das autoridades dava ao Matlin o direito de adquirir a parte dos brasileiros a qualquer momento. O Matlin, que briga com os brasileiros na Justiça, tentou exercer esse contrato no ano passado, mas foi impedido por uma liminar.

Na tarde de sexta-feira, a reportagem procurou a Assessoria de Imprensa de Teixeira com a informação de que teve acesso a documentos da VarigLog e da Varig que revelam o pagamento de R\$ 7.130.371,00 (cerca de US\$ 3,3 milhões considerando câmbio da época). Quatro horas depois da solicitação, os valores, em dólar, foram confirmados. "Pelos honorários referentes aos serviços prestados para a VarigLog e à aquisição e homologação judicial da Varig, bem como processos de defesa de sucessão recebemos US\$ 3.266.825,79."

A assessoria de Teixeira explicou ainda que os US\$ 350 mil, declarados em Brasília, referem-se apenas ao período de abril a junho de 2006. "O que Roberto Teixeira contestou desde o começo foi a declaração que Marco Audi deu ao Estado, afirmando que do contrato até a aprovação da VarigLog foram US\$ 5 milhões", disse a assessoria. "Observe que o Audi tem mudado sua acusação, cada vez que respondemos a versões anteriores (parece vírus mutante dirigido ao Norton)."

Procurado, Audi reconheceu um "engano" em relação ao período. "Em todas as entrevistas que dei depois eu esclareci isso, e voltei a repetir: as empresas do grupo VarigLog pagaram mais de US\$ 5 milhões ao Roberto Teixeira nos dois anos em que eu estive lá (abril de 2006 até abril de 2008). Tanto fazchar, que se faz não é inteira acreditar que ele recebeu US\$ 350 mil da VarigLog", disparou Audi, que havia declarado que Teixeira "é Deus e faz até chorar". "A questão não é se o valor é pouco ou muito, mas mostrar como ele (Teixeira) opera."

Os pagamentos da VarigLog eram feitos a partir de sete empresas (VRG Linhas Aéreas, VBP do Brasil, Volo do Brasil, Varig Logística, Volo Logistics, Matlin Patterson USA e Matlin Patterson I.A.) A

'Foram muitas horas de trabalho', diz o advogado

...O advogado Roberto Teixeira afirma que os US\$ 3.266.825,79 que admite ter recebido se justificam pelo esforço exigido para aprovar a compra da VarigLog e da Varig. "Os advogados ganham por hora de trabalho. E foram muitas horas em todas essas tarefas", diz Teixeira, em nota ao 'Estado'. "... o volume de trabalho para a VarigLog e VRG (Nova Varig) sempre foi muito grande, mais de 300 processos judiciais, viagens a Brasília, Rio de Janeiro e Nova York", diz. "Todos os recebimentos estão devidamente contabilizados e com prestação de contas." Ele garante que não vão aparecer novos valores para o período de abril de 2006 a julho de 2007. Teixeira não é o único escritório a receber pagamentos milionários da VarigLog. De março de 2007 a fevereiro, segundo relatório da LCA, o Thielier, que representa os sócios brasileiros, recebeu US\$ 2,5 milhões.

Teve acesso a uma planilha de pagamentos do software de gestão SAP da VRG Linhas Aéreas, que revela notas apresentadas e pagamentos efetuados ao escritório de Teixeira de outubro de 2006 a fevereiro de 2007. No período, a planilha registra a saída de US\$ 2.255.455,18 (R\$ 4.853.401,08) para Teixeira. Outros US\$ 440 mil (R\$ 840.887,84) foram pagos de março a junho de 2007, conforme relatório da LCA Consultores do início deste mês. Foram repassados ainda US\$ 1,6 mil (R\$ 1.436.538,10), em cinco pagamentos, de 20 de abril de 2006 a 28 de julho de 2006, por meio da VBP. Formalmente, Teixeira rescindiu o contrato com a VarigLog em janeiro desse ano. Mas ele romreu apenas com os brasileiros, pois no mês seguinte voltou a advogar para a VarigLog, contratado pelo Matlin.

O SR. PEDRO SIMON (PSDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, julgamos ser da maior justiça que esta Casa inscreva em seus Anais a mensagem intitulada “Parar a roda bloqueando seus raios”, em que Dom Pedro Casadáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Xingu, despede-se de “seus irmãos e irmãs”, no momento em que dela se afasta, aos 80 anos de idade.

A mensagem traduz todo o amor e zelo com os quais o Bispo se dedicou aos índios, posseiros e às pessoas mais humildes da terra que tanto amou e aos quais dedicou os melhores anos de sua vida.

Dom Pedro foi um dos mais ardorosos combatentes das injustiças devidas à ditadura militar e prosseguiu na sua luta contra o desmatamento da Amazônia, a corrupção e os desmandos de toda ordem.

Aos 80 anos de idade, com a saúde fragilizada, Dom Pedro vale-se de sua mensagem para advertir a Nação e toda a Terra sobre o mau uso dos seus recursos, em benefício de uns poucos privilegiados, relegando à miséria os menos favorecidos. Assim, transcrevo aqui, *ipsis literis*, a mensagem:

“PARAR A RODA BLOQUEANDO SEUS RÁIOS”

Estava eu pensando a circular de 2008, quando me invade, como um rio bíblico de leite e mel, uma autêntica enchente de mensagens de solidariedade e carinho por ocasião dos meus 80 anos. Não podendo responder a cada um e a cada uma em particular, inclusive porque o irmão Parkinson tem os seus caprichos, peço a vocês que recebam esta circular como um abraço pessoal, entranhável, de gratidão e de comunhão renovadas.

Estou lendo uma biografia de Dietrich Bonhoeffer, intitulada, muito significativamente, Deveríamos ter gritado. Bonhoeffer, teólogo e pastor luterano, profeta e mártir, foi assassinado pelo nazismo, no dia 9 de abril de 1945, no campo de concentração de Flossenbürg. Ele denunciava a “Graça barata” à qual reduzimos muitas vezes nossa fé cristã. Advertia também que “quem não tenha gritado contra o nazismo não tem direito a cantar gregoriano”. E chegava finalmente, já nas vésperas do seu martírio, a esta conclusão militante: “Tem que se parar a roda bloqueando seus raios”. Não bastava então socorrer pontualmente as vítimas trituradas pelo sistema nazi, que para Bonhoeffer era a roda; e não nos podem bastar hoje o assistencialismo e as reformas-remendo frente a essa roda que para nos é o capitalismo neoliberal com os seus raios do mercado total,

do lucro omnímodo, da macro-ditadura econômica e cultural, dos terrorismos do estado, do armamentismo de novo crescente, do fundamentalismo religioso, da devastação ecocida da terra, da água, da floresta e do ar.

Não podemos ficar estupefatos diante da iniquidade estruturada, aceitando como fatalidade a desigualdade injusta entre pessoas e povos, a existência de um Primeiro Mundo que tem tudo e um Terceiro Mundo que morre de inanição. As estatísticas se multiplicam e vamos conhecendo mais números dramáticos, mais situações infra-humanas. Jean Ziegler, relator das Nações Unidas para a Alimentação, afirma, carregado de experiência, que «a ordem mundial é assassina, pois hoje a fome não é mais uma fatalidade». E afirma também que “destinar milhões de hectares para a produção de bio-carburantes é um crime contra a Humanidade”. O bio-combustível não pode ser um festival de lucros irresponsáveis. A ONU vem alertando que o aquecimento global do planeta avança mais rapidamente do que se pensava e, a menos que se adotem medidas urgentes, provocará a desaparição do 30% das espécies animais e vegetais, milhões de pessoas serão privadas de água e proliferarão as secas, os incêndios, as enchentes. A gente se pergunta angustiado quem irá adotar essas “medidas urgentes”.

O grande capital agrícola, com o agronegócio e cada vez mais o hidronegócio, avança sobre o campo, concentrando terra e renda, expulsando às famílias camponesas e jogando-as errantes, sem terra, acampadas, engrossando as periferias violentas das cidades. Dom Erwin Kräutler, bispo de Xingu e presidente do CIMI, denuncia que «o desenvolvimento na Amazônia tornou-se sinônimo de desmatar, queimar, arrasar, matar». Segundo Roberto Smeraldi, de Amigos da Terra, as políticas contraditórias do Banco Mundial por um lado “prometem salvar as árvores” e por outro lado, “ajudam a derrubar a Amazônia”.

Mas a Utopia continua. Como diria Bloch, somos “criaturas esperançadas” (e esperançadoras). A esperança segue, como uma sede e como um manancial. “Contra toda esperança esperamos”. Da esperança fala, precisamente, a recente encíclica de Bento XVI. (Pena que o Papa, nesta encíclica, não cita nem uma vez o Concílio Vaticano II, que nos deu a Constituição Pastoral **Gaudium et Spes** –

Alegria e Esperança. Seja dito de passagem, o Concílio Vaticano II continua amado, acusado, silenciado, preterido... Quem tem medo do Vaticano II?). Frente ao descrédito da política, em quase todo o mundo, nossa Agenda Latinoamericana 2008 apostava por uma nova política; até “pedimos, sonhando alto, que a política seja um exercício de amor”. Um amor muito realista, militante, que subverte estruturas e instituições reacionárias, construídas com a fome e o sangue das maiorias pobres, ao serviço do condomínio mundial de uma minoria plutocrata.

Por sua parte as entidades e os projetos alternativos reagem tentando criar consciência, provocar uma santa rebeldia. O FSM 2009 vai-se realizar, precisamente, na Amazônia brasileira e terá a Amazônia como um dos seus temas centrais. E o XII Encontro Inter-eclesial das CEBs, em 2009, se celebrará também na Amazônia, em Porto Velho, Rondônia. Nossa militância política e nossa pastoral libertadora devem assumir cada vez mais estes desafios maiores, que ameaçam nosso Planeta. “Escolhemos, pois, a vida”, como reza o lema da Campanha da Fraternidade 2008. O apóstolo Paulo, em sua Carta aos Romanos, nos lembra que “toda a criação geme e está com dores de parto” (Rom.8,22). Os gritos de morte cruzam-se com os gritos de vida, neste parto universal.

É tempo de paradigmas. Creio que hoje se devem citar, como paradigmas maiores e mais urgentes, os direitos humanos básicos, a ecologia, o diálogo inter-cultural e inter-religioso e a convivência plural entre pessoas e povos. Estes quatro paradigmas nos afetam a todos, porque saem ao encontro das convulsões, objetivos e programas que está vivendo a Humanidade maltratada, mas esperançada ainda sempre.

Com tropeços e ambigüidades Nossa América se move para a esquerda; “novos ventos sopram no Continente”; estamos passando «da resistência à ofensiva». Os povos indígenas de Abya Yala têm saudado com alegria a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que afeta a mais de 370 milhões de pessoas em 70 países do Mundo; e reivindicarão a execução real dessa Declaração.

Nossa Igreja da América Latina e o Caribe, em Aparecida, se não foi aquele Pentecos-

tes que queríamos sonhar, foi uma profunda experiência de encontro entre bispos e povo; e confirmou os traços mais característicos da Igreja da Libertação: o seguimento de Jesus, a Bíblia na vida, a opção pelos pobres, o testemunho dos mártires, as comunidades, a missão inculturada, o compromisso político.

Irmãos e irmãs, que raios vamos quebrar em nossa vida diária?, como ajudaremos a bloquear a roda fatal?, teremos direito a cantar gregoriano?, saberemos incorporar em nossas vidas esses quatro paradigmas maiores traduzindo-os em prática diária?

Recebam um abraço entranhável na esperança subversiva e na comunhão fraterna do Evangelho do Reino. Vamos sempre para a Vida.

Pedro Casaldáliga
Circular 2008

Espero que as palavras de Dom Pedro não fiquem apenas registradas nos Anais do Senado Federal, mas que sejam profundamente por nós refletidas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 2006, realizou-se, em Montevidéu, a *Cumbre de Ministros da Cultura*, ocasião em que o Brasil apresentou aos países ibero-americanos a proposta de eleger o ano de 2008 como o *Ano Ibero-American de Museus*, proposta que teve o imediato apoio da Espanha e dos demais países participantes do encontro.

No ano seguinte, em junho de 2007, a cidade de Salvador foi a sede do *I Encontro Ibero-American de Museus*, evento que contribuiu para aperfeiçoar a proposta e consolidar suas bases, transformando-a num projeto concreto, com o apoio de 22 países ibero-americanos. Poucos meses mais tarde, em novembro daquele mesmo ano, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na XVII Cúpula Ibero-Americana, aprovaram a proposta e elegeram 2008 como o Ano Ibero-American de Museus.

Assim sendo, já em janeiro de 2008, reuniram-se em Brasília representantes do Brasil, da Colômbia e da Espanha, num encontro em que se instituiu o *Programa Ibermuseus*, como entidade de cooperação, planejamento, articulação, troca de experiências e desenvolvimento de ações conjuntas para estabelecer uma política museológica para a Ibero-América.

A iniciativa representa um esforço inicial no sentido de formar uma rede regional de museus, elaborar um mapeamento do conjunto de museus ibero-ameri-

canos e criar um fundo destinado ao desenvolvimento do setor, em toda a Região.

O conjunto dos museus ibero-americanos é um universo em expansão, que compreende o total de mais de 10 mil museus e um extraordinário acervo de bens tangíveis e intangíveis.

Os museus ibero-americanos recebem mais de 100 milhões de visitantes por ano, geram mais de 100 mil empregos diretos e estáveis, o que significa uma importante contribuição nas áreas educacional, cultural, da cidadania e da formação nos campos das artes, da política, da história e das ciências sociais.

Por isso, o tema escolhido para o Ano Ibero-Americano de Museus foi, com muita propriedade, "Museus como Agentes de Mudança Social", o que, por si só, demonstra perfeitamente a missão, o papel e também representa um desafio na defesa e na promoção da identidade, da história, da memória e do patrimônio cultural dos nossos povos.

A Agenda Internacional do Ano Ibero-Americano de Museus 2008, publicação que tive o privilégio de receber em meu gabinete, apresenta cerca de 900 eventos relevantes, de caráter bastante diversificado, englobando várias instituições e localidades, de toda a Ibero-América.

Trata-se de um documento que representa o esforço coletivo das entidades responsáveis pelo setor museológico de 22 países e de diversas instituições e órgãos governamentais, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Ministério da Cultura do Brasil.

Para todos nós é motivo de grande satisfação verificar que a proposta apresentada pelo Brasil, no ano de 2006, transforma-se agora em realidade e que a Política Nacional de Museus do Brasil tem como um dos objetivos criar um ambiente favorável à integração cultural ibero-americana, em consonância com a Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO e com a Carta Cultural Ibero-Americana.

O Brasil vem cumprindo o seu papel na área cultural ibero-americana, contribuindo para o desenvolvimento educacional, social e cultural da Região e realizando o intercâmbio de experiências que ajudam a fortalecer a cultura regional.

Cito, a seguir, alguns exemplos de nossa atuação para fortalecer e dinamizar o setor em nosso País.

O Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), órgão vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e responsável pelo setor museológico, tem realizado um importante trabalho de implantação e consolidação da Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus registra a existência de 2.500 museus no Brasil, entre museus federais, estaduais, municipais, particulares ou ligados a Organizações Não-Governamentais.

O Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia já realizou 309 oficinas de treinamento e fóruns estaduais e regionais, qualificando aproximadamente 18 mil pessoas na área de museus.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, todos nós reconhecemos a importância e a relevância do setor de museus para o desenvolvimento cultural e educacional do nosso povo e dos povos ibero-americanos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva confere à educação e à cultura o mais alto grau de prioridade do seu Governo.

O Programa Mais Cultura é um ação governamental sem precedentes, que prevê investimentos em cultura da ordem de quatro bilhões e setecentos milhões de reais até 2010. O Programa tem como objetivos primordiais melhorar o ambiente social e o convívio entre os cidadãos, unindo desenvolvimento cultural, social, político, cidadania e também o crescimento da economia.

Não podemos esquecer que o setor cultural, a chamada "economia da cultura", responde por 5% do PIB e também por 5% dos empregos com carteira assinada.

A Política Nacional de Museus é parte integrante, e de grande relevância, nesse esforço governamental de elevar o nível cultural e educacional de todos os brasileiros, sem exclusão e sem discriminação, como, aliás, é própria de um Governo democrático, comprometido com o desenvolvimento e com a inclusão social, como é o Governo do Presidente Lula.

Certamente, esse foi um dos fatores que contribuíram para que, no dia 16 de abril deste ano, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, fosse agraciado, em Lisboa, com o título de Doutor *Honoris Causa* em Museologia, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Consta que aquela Instituição concedeu esse honroso título com base no reconhecimento do "mérito curricular do Ministro, da magnitude do trabalho desenvolvido em prol da Cultura dos países lusófonos e do trabalho em defesa da dignidade humana e dos direitos da cidadania".

Ao encerrar este meu pronunciamento, quero me congratular com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e toda sua equipe de colaboradores, por sua atuação dinâmica e decisiva para transformar o Brasil em um grande polo cultural e de construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão de 9 de outubro de 2008, iniciada às 14 horas.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 39 minutos.)

PARECER N° 45, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado José Guimarães

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 79, de 2008-CN (nº 497/2008, na origem), o Projeto de Lei nº 21, de 2008-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor global de R\$204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais).

Nos termos da Exposição de Motivos nº 00142/2008-MP, de 4 de julho de 2008, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a presente proposta, a abertura deste crédito suplementar visa a reforçar o orçamento vigente do MAPA e do MDA, de acordo com a seguinte demonstração:

R\$1,00

Órgão/Unidade Orçamentária	Valores Suplementados	Origem dos Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.000.000	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	4.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	200.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Administração Direta)	200.000.000	
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários		204.000.000
TOTAL	204.000.000	204.000.000

A suplementação em favor do MAPA permitirá a continuidade de projetos de transferência tecnológica desenvolvidos pela Embrapa.

No âmbito do MDA os recursos possibilitarão a cobertura de despesas de custeio e de investimento nas ações de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, facilitando o acesso desse segmento às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.

Os recursos necessários à abertura desse crédito, da ordem de R\$204.000.000,00, são provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

No prazo regulamentar, o Projeto de Lei recebeu três emendas. A Emenda nº 00001, de autoria do Deputado CHICO LOPES, propõe a suplementação de

R\$40.000.000,00 ao Subtítulo “Fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares – no Estado do Ceará”. A Emenda nº 00002, da Deputada ROSE DE FREITAS, também propõe a suplementação de R\$570.000,00 ao Subtítulo “Formação de agentes de assistência técnica e extensão rural – No Estado do Espírito Santo”. Já a Emenda nº 3, do Deputado Cezar Silvestri, propõe a suplementação do subtítulo “Disponibilização de insumos para a agricultura familiar – Aquisição de Calcário – Rio Bonito do Iguaçu – PR”, com a dotação de R\$1.000.000,00.

II – Voto do Relator

Constatamos, inicialmente, que a fonte de recursos utilizada para sustentar as suplementações propos-

tas está em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Verificamos, também, que o presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, LDO-2008, pois as suplementações em despesas primárias são propostas com recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas primárias, cujo saldo, conforme demonstrado em anexo à referida Exposição de Motivos, ajuíza-se suficiente para esse fim.

Em resumo, as informações prestadas na Exposição de Motivos que acompanha esta proposta de crédito adicional, bem como as análises que empreendemos, indicam haver coerência com dispositivos da legislação orçamentária em vigor e adequação e compatibilidade com o Plano Plurianual para 2008-11 (Lei nº 11.653, de 7-4-2008) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2008 (Lei nº 11.514, de 2007).

Cabe alertar, a propósito, que os atributos plurianuais das ações suplementadas por este crédito deverão incorporar, no que couber, o Plano Plurianual 2008-2011.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS SUBTÍTULOS SUPLEMENTADOS PELO PLN Nº 21, DE 2008-CN

Unidade Orçamentária	Subtítulo a ser Suplementado	GND	MA	Autorizado	Empenhado	Saldo	Excesso (%)	Proposta de Suplementação	R\$ 1,00
22202	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO - NACIONAL	3	90	13.387.560	6.444.558	6.943.002	48,14	4.000.000	
49101	FOMENTO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES - NACIONAL	4	30	7.200.704	1.218.850	5.981.854	16,83	80.000.000	
		3	30	99.291.240	-	99.291.240	0,00	70.000.000	
		3	50	11.907.247	2.435.179	9.472.068	20,45	40.000.000	
		3	90	5.580.102	274.857	5.305.245	4,83	10.000.000	

Fonte: SIAFI/MF - Dados atualizados até 7 de agosto de 2008 - Elaboração COFF/CD

Veja-se que, ao confrontarmos o valor autorizado, o valor já empenhado e o saldo existente em cada rubrica, com o valor da suplementação proposta, notamos, claramente, que até o momento, ainda não existem indícios que permitam prever uma exaustão dos créditos autorizados pela Lei Orçamentária nos referidos subtítulos, ou seja, não existem, na verdade, motivações claras para o Crédito Adicional que estamos relatando.

Deputado **José Guimarães**, Relator.

Quanto às emendas apresentadas, indicamos a inadmissão da Emenda nº 2 por apontar fonte de cancelamento incompatível com o crédito suplementar em análise, o que contraria a alínea a do Inciso II do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN. No mérito, propomos a aprovação parcial da Emenda nº 1, com o valor de R\$19.000.000,00 e a aprovação da Emenda nº 3, no valor proposto.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2008-CN, na forma do substitutivo anexo, que apresentamos em decorrência da aprovação parcial da Emenda nº 1 e da aprovação da Emenda nº 3.

Sala das Sessões, de 2008. – Deputado **José Guimarães**, Relator.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS SUBTÍTULOS SUPLEMENTADOS NO PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2008-CN.

Ainda em relação ao PLN nº 21, de 2008-CN, que se encontra sob nossa Relatoria, consideramos conveniente observar a tabela a seguir, que apresenta a execução orçamentária de cada subtítulo suplementado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21/2008-CN (MSG Nº 79/2008-CNE Nº 497/2008, na Origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00, para re-

forço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00 (duzentos e quatro

milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUBJETIVAMENTE

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

ÓRGÃO: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado José Guimarães, favorável ao Projeto de Lei nº 21/2008-CN, nos termos do Substitutivo apresentado.

Ao Projeto foram apresentadas 03 (três) emendas, APROVADA PARCIALMENTE a de nº 1, DECLARADA INADMITIDA a de nº 2 e APROVADA a de nº 3. Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Bortolho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, , Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Urzeni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zezé Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto, Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **José Guimarães**, Relator.

PARECER N° 46, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2008-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.851.796.868,00 (dois bilhões, oitocentos e cinqüenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Bruno Araújo**

I – Relatório

Com base no art. 61 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 91, de 2008-CN, e nº 573-A/2008, na origem, o Projeto de Lei nº 28, de 2008-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.851.796.868,00 (dois bilhões, oitocentos e cinqüenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais,), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A Exposição de Motivos-EM nº 172/2008/MP, de 25 de julho de 2008, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado objetiva viabilizar:

a) no Ministério da Previdência Social, o atendimento das ações relativas ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados até o final do corrente exercício;

b) no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o pagamento dos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, bem como os da Renda Mensal Vitalícia – RMV;

c) no Ministério do Trabalho e Emprego, o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades e ao abono salarial, até o fim do ano.

A necessidade dos recursos decorre do aumento do salário mínimo e do número de beneficiário em relação ao previsto por ocasião da elaboração do projeto da Lei Orçamentária de 2008.

O crédito correrá à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, relativo às Contribuições para os Programas PIS/Pasep, de excesso de arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas e de anulação parcial de dotações orçamentárias.

A propósito do que determina o art. 61, § 13, da Lei nº 11.514, de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008), é esclarecido na Exposição de Motivos que as fontes de recurso previstas têm natureza primária, bem como as despesas objeto da suplementação e que, portanto, não prejudicarão o alcance da meta de superávit primário.

II – Emendas

Ao PLN nº 28, de 2008, foram apresentadas 2 (duas) emendas. Uma, no âmbito do Fundo Nacional

de Assistência Social, com o objetivo de suplementar a ação Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial – No Estado do Espírito Santo, mediante cancelamento de dotação, no montante de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) na ação Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social a Pessoa com Deficiência – Nacional. A outra, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para suplementar a ação Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) – No Estado do Espírito Santo, mediante cancelamento de dotação, da importância de R\$9.550.000,00 (nove milhões e quinhentos e cinqüenta mil reais), na ação Reserva de Contingência -Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas.

III – Voto do Relator

Do exame do projeto verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, inciso VI, que vedam a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que assim prescrevem:

“Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – superávit financeiro apurado em balança patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e

.....

Da mesma forma, há conformação do projeto com as disposições constantes da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 (LDO/2008) – Lei nº 11.514, de 2007 – quanto às prescrições dos §§ 10 e 11, do art. 61, que têm o seguinte teor:

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma conso-

lida, de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no, art. 64 desta lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas, para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2008 apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 1º, inciso III, alínea a, desta lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional;

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterá o informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2007, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2008 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2007 por fonte de recursos.

Em que pese a regularidade do crédito, vale ressaltar que os cancelamentos promovidos pelo projeto de lei exaure as dotações disponíveis¹ das seguintes programações:

– 11.331.0099.217.0001 – Bolsa de Qualificação Profissional para o Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspensivo;

– 11.331.0099.0653.0001 – Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico;

– 11.331.0104.0585.0001 – Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador artesanal.

¹ Entende-se por dotações disponíveis o valor autorizado no orçamento corrente diminuído dos empenhos realizados.

Merce registro que tal situação pode provocar suplementações nos referidos subtítulos, até o final do exercício, especialmente no que tange à Bolsa de

Qualificação Profissional para o Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspensão, que teve a totalidade de empenhos liquidados, conforme a tabela a seguir:

Cancelamento							
UO	Funcional	Título	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Disponível (a-b)	PLN 028/2008
38901	11.331.0099.0217.0001	Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspensão	4.996.047	4.202.468	4.202.468	793.579	(793.579)
38901	11.331.0099.0653.0001	Pagamento de Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico	27.336.975	15.664.448	9.173.670	11.672.527	(11.672.527)
38901	11.331.0104.0585.0001	Pagamento de Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal	649.528.193	602.175.381	457.238.933	47.352.812	(47.352.812)
38901	99.999.0999.0998.0241	Reserva de Contingência – Recursos de Receitas Vinculadas	4.087.789.409			4.087.789.409	(67.931.313)
55901	08.242.1384.0565.0001	Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.373.948.110	1.304.390.392	706.888.789	69.557.718	(9.216.479)
Total			6.143.598.734	1.926.432.689	1.177.503.860	1.177.503.860	(136.966.710)

Fonte: Siafi

Com relação às emendas apresentadas, em que pese os nobres propósitos nelas consignados, propomos o não acolhimento de ambas. A Emenda nº 1 reduz a dotação contemplada no projeto de lei, com evidentes prejuízos para a programação. Ela retira valores de uma despesa obrigatória.

Com referência à Emenda nº 2, ela não pode ser admitida, em face do que dispõe o art. 109, III, c, da Resolução nº 1, de 2006 – CN, a saber:

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

(...)

III – propuserem:

(...)

d) em projetos de lei de crédito adicional, a anulação de dotações orçamentárias constantes do anexo de cancelamento sem indicar como compensação, a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação.

.....

Em face do exposto, somos pela rejeição da Emenda nº 1; inadmissibilidade da Emenda nº 2, em face do disposto no art. 109, III, c, da Resolução nº 1/2006 – CN; e aprovação do PL nº 28/2008-CN, na forma indicada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 8 de outubro de 2008. – Deputado **Bruno Araújo**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado Bruno Araújo, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 28/2008-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, REJEITADA a de nº 1 e DECLARADA INADMITIDA a de nº 2.

Compareceram os senhores deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Guimaraes, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Urzeni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zezé Ribeiro e os senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto, Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **Bruno Araújo**, Relator.

PARECER N° 47, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$68.397.857,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Antonio Carlos Biffi**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 107, de 2008-CN (nº 620/2008, na origem), o Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$68.397.857,00”.

A Exposição de Motivos – E.M. nº 00177/2008/MP, de 29 de julho de 2008, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativa ao projeto, esclarece que o crédito busca “atender à demanda por novos investimentos priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2008, em razão da revisão da estratégia negocial das respectivas empresas”.

Importante ressaltar as seguintes informações contidas na Exposição de Motivos:

“4. A abertura do crédito ora solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico para 2008 das respectivas empresas.

5. A abertura do referido crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2008, de responsabilidade das empresas do Grupo ELETROBRÁS, no montante R\$1,4 bilhão, fixada por intermédio do anexo III ao Decreto nº 6.468, de 30 de maio de 2008, uma vez que o incremento de despesas está sendo compensado por cancelamento de parte de dotações de outros projetos/atividades e por

outros recursos de longo prazo repassados pela controladora.

6. Segundo as empresas, os cancelamentos ora propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades em 2008.”

O art. 2º do Projeto prevê que os recursos se originam de cancelamento de dotações de outros projetos e atividades da mesma empresa, tal como no caso da suplementação projetada para a ELETRONORTE, no valor de R\$26.000.000,00, assim como de repasses de outros recursos de longo prazo por parte da controladora do grupo, a Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, destinados à subsidiária Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA, no valor de R\$42.397.857,00.

Lida na Sessão do Senado Federal de 25-8-2008, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, 5º 2º da Constituição – de 31/08 a 7-9-2008 – e designado este parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Ao PL nº 33/2008-CN não foram apresentadas emendas.

III – Voto do Relator

O Plano Plurianual, Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, em seu art. 15, § 5º, prevê a inclusão de ações novas por meio de créditos especiais:

“Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.”

O Projeto ora em exame estabelece em seu art. 30:

“Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III a esta lei, em conformidade com o disposto no art. 15 § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.”

O Poder Executivo encaminhou os dados complementares necessários a que se refere o § 5º, parte final, acima, com as projeções plurianuais da única ação nova. Desse modo, este projeto está de acordo com os comandos do Plano Plurianual hoje em vigor.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2008, os acréscimos às programações pretendidas por este crédito suplementar não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Verificou-se, também, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de setembro de 2008. – Deputado **Antonio Carlos Biffi**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado **ANTÔNIO CARLOS BIFFI**, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 3312008-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khouri, José Guimaraes, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rolleberg, Urzeni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zézé Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto, Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **Antonio Carlos Biffi**, Relator.

PARECER N° 48, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 34, de 2008-CAI, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial na valor de R\$66.900.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado William Woo**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 108, de 2008-CN (nº 621, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional, Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$66.900.000,00 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais).

2. De acordo com Exposição de Motivos nº OO18O/2008-MP, de 29 de julho de 2008, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito tem por objetivo incluir categoria de programação na Lei Orçamentária de 2008, a fim de adequar o orçamento vigente do órgão às suas reais necessidades de execução, possibilitando a contratação do serviço de recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, conforme anexo I.

3. Para arcar com essa despesa, está sendo proposta a anulação parcial da seguinte dotação, conforme anexo II:

UO	AÇÃO	VALOR
Ministério da Fazenda	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	(66.900.000,00)
TOTAL		(66.900.000,00)

4. O anexo III do Projeto contém as informações sobre as projeções

plurianuais e os atributos da ação “2081 – Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP”, que passa a se incorporar ao Plano Plurianual 2008-2011, em atenção ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (PPA 2008/2011).

5. O Projeto não recebeu emendas.

II – Voto

6. Analisando o Projeto em questão, verificamos apresenta-se viável e que a proposição não fere dispositivos recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (Plano Plurianual 2008/2011), à Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (LDO/2008) e à Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 (LOA/2008), ressaltando que seu detalhamento segue os princípios da boa técnica orçamentária.

7. Importa salientar que a nova programação objeto deste projeto de crédito especial não afetará a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na LDO-2008 para o corrente exercício, tendo em vista que se propõe remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo.

8. Além disso, a Exposição de Motivos ressalta, também, que o Ministério da Fazenda informou que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

9. Cabe destacar, finalmente, que os atributos e as projeções plurianuais da ação introduzida por este crédito, de acordo com o anexo III, passarão a incorporar o Plano Plurianual 2008-2011 instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, conforme exigido pelo art. 15, § 5º, daquele diploma legal.

10. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 34, de 2008-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de 8 de outubro de 2008. – Deputado **William Woo**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado **William Woo**, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 34/2008-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os senhores deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Se-

tim, Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Urzêni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zezé Ribeiro e os senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto, Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **William Woo**, Relator.

PARECER N° 49, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o fim que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Gim Argello

I – Relatório

I.1. Histórico

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, mediante a Mensagem nº 120, de 2008-CN (nº 202/2008-MP, na origem), submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o fim que especifica”.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a citada Mensagem, a solicitação visa à inclusão de categoria de programação na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento vigente do órgão às suas reais necessidades de execução, com o objetivo de possibilitar o resarcimento ao gestor do Fundo Nacional de Desestatização pelas despesas operacionais que ocorrerão com a contratação de serviços técnicos indispensáveis à estruturação da concessão do serviço público referente ao Aeroporto International de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte.

Alega o Poder Executivo que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

e, segundo o Ministério da Fazenda, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeção de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

O pleito foi formalizado por meio de projeto de lei de crédito especial, por se tratar de inclusão de categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária Anual. Os recursos para viabilizar o crédito correrão à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, que veda “a abertura de crédito suplementar e especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”.

A propósito do que dispõe o art. 61, § 13, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 – LDO-2008, as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução da nova programação, e o § 2º do art. 1º do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao presente projeto de lei.

É o Relatório.

I.2. Análise da Matéria

A solicitação de crédito adicional em análise, na categoria especial, atende plenamente às determinações constitucionais e legais aplicáveis à matéria – art. 167, incisos V e VI da Constituição; artigos 41, inciso II e 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964; e artigo 63 da LDO/2007.

O exame empreendido permitiu a conclusão de que o Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, foi elaborado em boa técnica legislativa, apresenta adequação orçamentária e financeira, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, sendo, além do mais, a matéria nele tratada de relevante mérito.

II – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de junho de 2008. – Senador **Gim Argello**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Gim Argello, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 45/2008-CN. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Urzeni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zezé Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto e Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Senador **Gim Argello**, Relator.

PARECER N° 50, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos E Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 47, de 2008-CAI, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial, no valor da R\$167.400.000,00, para o fim que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Rodrigo Rollemberg**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 122, de 2008-CN (nº 643/2008, na origem), o Projeto de Lei nº 47, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito es-

pecial no valor de R\$167.400.000,00, para o fim que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 206/2008-MP, de 21 de agosto de 2008, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito permitirá que a Marinha do Brasil possa dar continuidade ao Piano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC, instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989, com o objetivo de estabelecer o Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira e, em decorrência, possibilitar que o Brasil possa exercer os direitos de soberania à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos.

Esclarece, ainda, a EM, que a área geográfica a ser incorporada ao território marítimo brasileiro, da ordem de 960 mil km² além das duzentas milhas náuticas que se distribuem ao longo da costa brasileira, ora defendida perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental – CLPC, da Organização das Nações Unidas – ONU, é de suma importância política e econômica para o País, sendo necessário, para tanto, a promoção do levantamento dos limites da Plataforma Continental Brasileira ora proposto pelo presente projeto de lei.

O crédito em análise será viabilizado com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 10, inciso II, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

As alterações decorrentes da abertura deste crédito, conforme informa a EM, não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem “à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias”.

Destaca também que a ação “11RO – Levantamento dos Limites da Plataforma Continental Brasileira” terá sua execução restrita ao exercício vigente, estando, portanto, dispensada de integrar o Plano Plurianual de 2008-2011, nos termos da do art. 22 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Quanto às emendas, dentro do prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.647, de 24-3-2008).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 47, de 2008-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2008. – Deputado **Rodrigo Rollemberg**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2008, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Rodrigo Rollemberg, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 47/2008-CN. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Ayrton Xerez, Bruno Araújo, Carlito Merss, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khouly, José Guimaraes, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Settim, Marinha Raupp, Max Rosenmann, Miguel Martini, Milton Monti, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Urzeni Rocha, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Zezé Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery, Marco Antônio Costa, Neuto de Conto e Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 8 de outubro de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **Rodrigo Rollemberg**, Relator.

CONVÊNIO N° 0026/2008
(Processo nº 004032/08-0)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO
RURAL S.A, PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **AGACIEL DA SILVA MAIA**, e, do outro lado, o **BANCO RURAL S.A**, com sede na Rua Rio de Janeiro, 927, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30.160-914, telefones (31) 2101-4736, 2104-4700, e em Brasília-DF no SRTV Quadra 701, Bloco H, Sala 701, Edifício Record, Asa sul, CEP: 70.340-910, inscrito no CNPJ sob o nº 33.124.959/0001-98, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será coorada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes à taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará ao **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remarcando, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto nº 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, aplicando-se ainda as

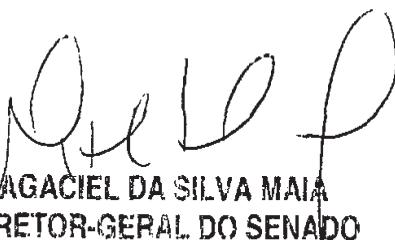
normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

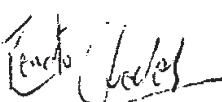
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 09 de setembro de 2008.

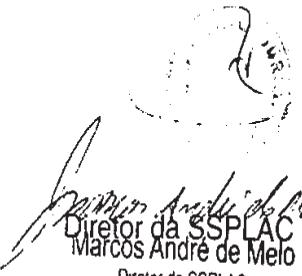

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


GERALDO HENRIQUE DE CASTRO
RG Nº MG-5.225.689 SSP/MG
CPF Nº 749.689.716-72
BANCO RURAL S.A


RENATO COSTA GUEDES
RG Nº MG-9.307.175
CPF Nº 049.517.726-12
BANCO RURAL S.A


Diretor da SADCON

Dimitrios Henrique
SADCON


Diretor da SSPLAC
Marcos André de Melo
Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro*** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papáleo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

- Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
- Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Cláudio	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
-------------	----

PDT

Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)
------------	------------------------

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FERIAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁸⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor ^(8,9,10,11,20)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Fernando Collor (PTB) ^(3,4)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maoria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão. Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007

MEMBROS**PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

Atualização: 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



CONSELHOS AOS
GOVERNANTES

Isócrates
Platão
Kautilya
Maquiavel
Erasmo de Roterdã
Miguel de Cervantes
Mazarino
Maurício de Nassau
Sebastião César de Meneses
D. Luís da Cunha
Marquês de Pombal
Frederico da Prússia
D. Pedro II

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 15

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 202 PÁGINAS